

filantropia[®]

Responsabilidade Social & Terceiro Setor



Departamento de Mobilização de Recursos

Profissionalização do setor garante futuro
consistente para as organizações sociais

Fundador da Microsoft se afasta da presidência da
companhia para se dedicar a projeto social próprio

Entrevista
Bill Gates



Realização



ECONÔMICA
Desenvolvimento Empresarial

- Reflexos na Contabilidade do Terceiro Setor por conta da nova lei contábil – 11.638/07
- Análise dos impactos derivados do Projeto de Lei 3.201/08 na contabilidade das entidades beneficentes – inclusive de saúde.
- Prestação de Contas das Entidades Sociais aos Tribunais de Contas
- Auditoria do Terceiro Setor e as suas peculiaridades frente às atuais mudanças legislativas
- Limites de Responsabilidade do Contabilista que assina a contabilidade das entidades sociais
- Inconstitucionalidades da Legislação do Terceiro Setor
- Gratuidades das Entidades Beneficentes

Informações:

www.economica.com.br
Tel (11) 5102-4654

Hotel Renaissance | 02/10/2008
Alameda Santos, 2233 | São Paulo/SP



Congresso Brasileiro de Direito e Contabilidade do Terceiro Setor

Debater com os operadores do direito, contabilistas, administradores de entidades não governamentais, religiosos e políticos, a respeito dos novos caminhos legais ao desenvolvimento social por meio da sociedade civilmente organizada, bem como acerca das inovações contábeis que refletirão nos registros da entidade beneficente, derivados, respectivamente do Projeto de Lei 3.021/08 e da Lei 11.638/07

Apoio:

FUNDAÇÃO
ODEBRECHT



filantropia
Responsabilidade Social Terceiro Setor



ABRUC
Associação Brasileira das
Universidades Comunitárias

Sarahs, Ruths e as mulheres que lutam por um Brasil melhor

Em um país repleto de “primeiras-damas” de gerentes de bancos, destacam-se algumas mulheres que fazem realmente a diferença no mundo em que vivemos.

São esposas, mães, irmãs, filhas. São mulheres. Sobretudo, são humanas. No mais perfeito entendimento da palavra filantropia: a junção de *filos* e *tropos* – o verdadeiro amor à humanidade.

Sarah Kubitschek, Zilda Arns, Viviane Senna, Regininha Moraes... Ruth Cardoso. Mulheres que são ou que foram grandes personalidades à frente de nossa sociedade, desesperada e carente de um seio repleto de afeto pelos nossos compatriotas menos providos de apoio – seja ele econômico, cultural ou, principalmente, afetivo.

Talvez a trajetória da própria natureza feminina, por sua incrível faculdade de dar à luz e amamentar uma criança, ofereça à mulher um sentimento que se sobrepõe ao masculino quando o assunto é solidariedade. Homens são vis, técnicos, capazes de se impor pela força. Enquanto isso, a mulher, com afago e coração valente, prospera e faz mudar o mundo usando o dom da delicadeza, da sabedoria e da soberania familiar, já que compete a ela a condição biológica de genitora.

É como nossa poderosa mente que, com seus lados esquerdo e direito, forma o equilíbrio. Nessa junção, o setor social é a prova de que necessitamos sempre de dois pesos e duas medidas. O amor sentimental feminino se une à racionalidade masculina, a fim de fortalecer a luta pela construção de um mundo mais justo, mais saudável e mais pacífico, já que as guerras e violências mundanas são justamente caracterizadas pela ausência desse equilíbrio.

Da união entre feminino e masculino formou-se o casal Ruth e Fernando Henrique Cardoso, a quem dedico este editorial, e que serve de exemplo ao Terceiro Setor quanto à necessidade de se praticar a sensibilidade e a racionalidade conjuntamente em suas ações, no processo de sustentabilidade social.

Ruth, seus ensinamentos foram bem aprendidos e, como os passos de Sarah Kubitschek, serão seguidos por longos anos pelos que atuam no setor social.



Fique com Deus.

Marcio Zeppelini

marcio@revistafilantropia.com.br

“Espero que nosso discernimento cresça juntamente com nosso poder, e nos ensine que quanto menos usarmos o poder maior ele será”

(Thomas Jefferson, ex-presidente dos EUA)

 Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia.** 



Zeppelini Editorial Ltda.
Rua Doutor César, 530, cj. 1.308, Santana
CEP 02013-002 – São Paulo/SP – Brasil
PABX (11) 2978-6686

Editor-chefe
Marcio Zeppelini

Administração
Mauro Zeppelini
Stefany Herrán Martins

Coordenação
Carolina Brascioli
Daniel Picado Alvares
Priscila Centin Thuller

Comercial
Hilton Rocha da Justa
Homero Bozzo

Jornalista responsável
Elaine Iorio (MTB 43.306/SP)

Assistente de redação
Paula Craveiro (MTB 39.316/SP)

Coordenação de produção
Adriano Aquino

Assistente Editorial
Cristiane Gonçalves Cabral

Revisão
Paulo César Borgi Franco
Viviane Rodrigues

Diagramação
Arthur Leandro de C. Ribeiro
Rafael Tadeu Sarto
Ruben Moreira da Silva
Vinicius Pinheiro Mendes

Atendimento
Raquel Siqueira Gomes

Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br

Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br

Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br

Tel. (11) 2978-6686

Conselho editorial deliberativo

Marcelo Monello
Marcio Zeppelini
Marcos Biasioli
Mauro Zeppelini
Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta

Anísia Sukadolnik
Antonio Brito
Custódio Pereira
Eduardo Sobo
Felipe Mello

Fernando Credidio
Marcelo Estraviz
Milú Villela
Roberto Ravagnani

Idealizadores



www.economica.com.br



www.sergiomonello.com.br



www.zeppelini.com.br

Organizações parceiras



www.captadores.org



www.acaovoluntaria.org.br



www.apaebrazil.org.br



www.advbfm.org.br



www.cantocidade.org.br



www.voluntariado.org.br



www.facaparte.org.br



www.gife.org.br



mcvolunt@terra.com.br



www.sp.senac.br

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.



12 Entrevista

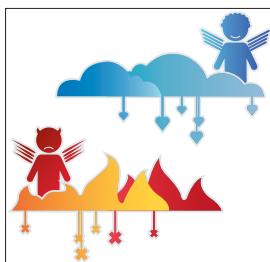
Bill Gates

Ex-presidente da Microsoft demonstra, por meio das ações desenvolvidas pela Bill & Melinda Gates Foundation, seu envolvimento com a área social

32 Capa

Instituição de um Departamento de Mobilização de Recursos

Profissionalização da área é cada vez mais essencial para garantir o futuro das organizações sociais



38 Reflexão

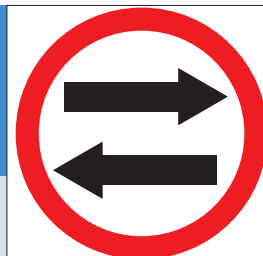
O inferno são os outros

Primeiro, Segundo e Terceiro Setor entre quatro paredes

56 Inclusão

O direito de ir e vir... de carro!

Isenções de impostos para portadores de necessidades especiais deixam o carro cerca de 27% mais barato



Gente que faz o bem	04	
	06	Acontece
Notícias do Planalto	10	
	18	Comunicação
Captação de recursos	22	
	26	Contabilidade
Voluntariado	40	
	42	Especial
Case empresarial	44	
	46	Gestão
Responsabilidade socioambiental	50	
	58	Serviços
Mão dupla	62	
	64	Vitrine social

diálogo social

cursos e treinamentos

Terceiro Setor



Especialização em Responsabilidade Socioambiental
com Lívio Giosa
São Paulo, 22 a 25 de Julho



**O Direito e a Igreja:
a Legislação Aplicada às Organizações Religiosas**
com Marcos Biasioli
São Paulo, 01 de Agosto



**Monitoramento de Indicadores e Avaliação
de Impacto de Projetos Sociais**
com Carol Zanoti
Belo Horizonte, 15 de Agosto



**Oficina de Elaboração, Implementação e Gestão
de um Programa de Voluntariado Empresarial
(curso prático)**
com Laurelena Palhano
São Paulo, 20 a 22 de Agosto



**Alianças Intersetoriais, Convênios Públicos
e Sustentabilidade**
com Tomáz de Aquino Resende
São Paulo, 12 de Setembro



**Captação de Recursos por meio de
Incentivos Fiscais**
com Danilo Brandani Tiisel
São Paulo, 26 de Setembro

Outros temas abordados

- Elaboração de projetos sociais
- Marketing para organizações sociais
- Certificado de Filantropia
- Incentivos Fiscais
- Geração de renda e sustentabilidade
- Vínculo Empregatício no Terceiro Setor
- Responsabilidade Socioambiental
- Gestão de Institutos e Fundações
- Controle e Fiscalização de ONGs
- Imunidade e Isenções no Terceiro Setor
- Tecnologia da Informação no 3º Setor
- Departamento de Captação de Recursos
- Recursos para Projetos Ambientais
- Gestão de Recursos Humanos

Inscrições e informações

✉ www.dialogosocial.com.br
☎ (11) 2281-9643
✉ dialogo@dialogosocial.com.br

Parceira oficial
Revista

filantropia
Responsabilidade Social & Terceiro Setor

Consulte-nos sobre
cursos *In Company*

Cestinha solidária

Ex-capitão da Seleção Brasileira de Basquete e um dos melhores jogadores máster das Américas, Marquinhos fala sobre a importância do engajamento em causas sociais

Por Paula Craveiro

Marcos Antônio Abdalla Leite, conhecido como Marquinhos, é um veterano nas quadras de basquete. Aos 56 anos, o atleta, que já atuou em times como Fluminense, Flamengo, Universidade Pepperdine (EUA), Gênova e Bolonha (Itália), possui em seu currículo nada menos que três olimpíadas, quatro Pan-Americanos, cinco Sul-Americanos, seis Mundiais Interclubes e quatro Mundiais, sendo campeão em 1979.

Entre 1978 e 1984, foi capitão da Seleção Brasileira de Basquete e, em 2000, selecionado para integrar a Seleção do Século. No ano passado, Marquinhos foi eleito o melhor jogador máster das Américas e o segundo melhor jogador máster do mundo.

Mas, além de ser bem-sucedido dentro das quadras, o atleta também mostra que é um campeão na arte de ajudar ao próximo. Atualmente, ele é presidente da Associação Maritacas em Ação e ainda participa do programa de intercâmbio Sports Partner Cities, desenvolvido pela associação em parceria com a Liga Urbana de Basquete (LUB) e a Public School Athletic League (PSAL), dos EUA.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, o jogador fala sobre seu envolvimento e atuação na área social e arrisca iniciativas para minimizar os problemas sociais brasileiros.

Revista Filantropia: Quando começou sua história de engajamento social?

Marquinhos: Minha relação com projetos sociais começou em 1999, com a ONG Primeira Maritaca, direcionada a projetos socioambientais. Porém, por conta de outras atividades, o projeto foi suspenso. Até que, no início de 2007, foi realizada uma reunião com

a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo (Seme), na qual o secretário Walter Feldman pediu para que a ONG fosse retomada.

Atualmente, como presidente da Associação Maritacas em Ação, meu envolvimento no projeto é integral. Porém, não realizamos nada sozinhos. Temos vários colaboradores, como membros da própria Maritacas, e parceiros, como a Liga Urbana de Basquete (LUB), do Rio de Janeiro. Também não me considero um mentor. Sou apenas um dos componentes que fazem o projeto acontecer.

Filantropia: Sua família também é envolvida em causas sociais?

Marquinhos: A família inteira é envolvida! Minhas filhas participam comigo dos projetos e dão suas opiniões, além de cada uma participar de um projeto diferente. Uma das minhas filhas, inclusive, está morando no Tíbet há cinco meses. Inicialmente, a viagem foi feita com o intuito de estudar o budismo, mas, com os recentes problemas que

os tibetanos estão enfrentando, ela acabou se tornando uma militante da causa.

Filantropia: Qual a sua visão sobre o Terceiro Setor no Brasil?

Marquinhos: Fico preocupado quando vejo que existem muitos oportunistas se “vestindo” de ONG para investir o dinheiro, que deveria ser direcionado a projetos, em benefício próprio. Isso é muito triste! Algumas ONGs servem apenas como fachada para o enriquecimento ilícito de alguns indivíduos. É por esse motivo que a Maritacas está ligada a uma Oscip, que responde ao Ministério da Justiça. Assim, nossa responsabilidade e integridade são enormes.

Filantropia: Em sua opinião, quais seriam os setores mais necessitados de atenção, tanto por parte do governo quanto das ONGs?

Marquinhos: Acredito que todos os setores no Brasil precisam de atenção, mas a saúde e a educação são os mais carentes. Por isso, creio que o esporte seja tão importante, pois auxilia na prevenção de doenças e leva a criança a um ambiente muitas vezes diferente do meio em que vive, mais saudável e ligado à cultura e educação.

Filantropia: *Qual o maior problema social do país? Alguma sugestão sobre como resolvê-lo?*

Marquinhos: Acredito que o maior problema que o Brasil enfrenta atualmente é a desigualdade social. Poucas pessoas têm muito, e muitas pessoas não possuem quase nada. Não sou contra as pessoas que possuem muito dinheiro, mas gostaria que todos tivessem mais acesso a essa riqueza. Gostaria que todas as pessoas fossem incluídas na sociedade. Sei que é difícil, mas não é impossível. Por isso, estou fazendo minha parte.

Filantropia: *Quais são suas ideologias pessoais em relação ao desenvolvimento social do país e à melhoria da qualidade de vida da população?*

Marquinhos: Eu não possuo uma ideologia. Acredito que as coisas acontecem naturalmente e você vai abraçando as causas que aparecem à sua frente, uma a uma. E creio também em uma força maior que nos direciona.

Há um ano e meio, me preocupava somente com a área empresarial, sem pensar na área de inclusão social e Terceiro Setor. Mas a vida me ensinou que não podemos ser tão radicais, que devemos ser maleáveis, e me direcionou às causas sociais, que hoje são muito importantes em minha vida.

Filantropia: *Atualmente, além da Maritacas, você também está envolvido com o Sports Partner Cities. Conte um pouco sobre o projeto.*

Marquinhos: O Sports Partner Cities (SPC) foi idealizado no início de 2008 pela Maritacas e pela LUB, que é a responsável pela chancela técnica no âmbito da cultura urbana. O projeto foi criado para alavancar o basquete no Brasil a partir do ambiente escolar, proporcionando aos técnicos brasileiros, principalmente aqueles que trabalham com a formação de crianças e adolescentes, informações privilegiadas sobre a inteligência esportiva norte-americana. O objetivo é mostrar que, por meio do basquete, podemos promover a inclusão social, combater a violência e mudar a cultura em relação à educação esportiva.

Filantropia: *Quais são os objetivos e público-alvo do SPC?*

Marquinhos: O SPC faz parte do Programa Esporte e Cultura Urbana da Seme e tem como foco a realização de diversas atividades para a difusão do *streetball* e da



Jovens da Liga Urbana de Basquete (LUB)

capoeira, modalidades genuinamente americana e brasileira, respectivamente, que serão usadas para promover o intercâmbio e para a formulação de políticas públicas a partir da cultura urbana. O público-alvo das ações são crianças e adolescentes da periferia.

Filantropia: *O projeto será desenvolvido em quais localidades?*

Marquinhos: O acordo prevê a visita de grupos de técnicos e atletas às escolas de Nova York e São Paulo, workshops, *campings*, treinamentos e participação em competições esportivas entre as duas cidades.

Filantropia: *Você tem conhecimento sobre o Terceiro Setor nos EUA? Se sim, existe muita diferença entre EUA e Brasil?*

Marquinhos: Não conheço muito bem o Terceiro Setor nos EUA, mas sei que ele é muito mais avançado que aqui no Brasil. Os projetos são mais sérios, visto que as verbas liberadas às entidades são realmente direcionadas aos projetos sociais. É claro que também existem os oportunistas, mas em escala bem menor devido à fiscalização.

Filantropia: *Para você, qual o maior benefício que o esporte pode trazer a uma criança/adolescente?*

Marquinhos: Acredito que o esporte é um meio de envolver a família e a educação das crianças, fatores essenciais para o desenvolvimento do cidadão. Contudo, muitas famílias estão desestruturadas. Então, esperamos reativar o convívio familiar saudável por meio do esporte e garantir que a criança tenha uma educação mais adequada, para que ela possa se tornar um cidadão incluído na sociedade.



Nate Archibald (ex-NBA), Marquinhos e Marta, jogadores de basquete participantes do projeto Sports Partners Cities



Walter Feldman, Alberto Bial e Marquinhos em ação da LUB em parceria com a ONG Maritacas

Filantropia: *Se você pudesse realizar apenas um desejo para melhorar o mundo, o que você pediria?*

Marquinhos: Eu desejaria mais cumplicidade de ideais. Que as pessoas estivessem empenhadas e verdadeiramente comprometidas com alguma causa. Se todo mundo fizer sua parte, pelo menos com o que se comprometeu a fazer, teremos um mundo muito melhor. 🍌

Link

www.lub.org.br/sportspartner

Programa brasileiro de gerenciamento das emissões de gases de efeito estufa

O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces), em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, o World Resources Institute (WRI), o World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), lançou no dia 12 de maio, em Brasília (DF), o Programa Brasileiro de Inventário Corporativo de Gases de Efeito Estufa, com a metodologia do Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol). Trata-se da metodologia internacional mais usada por empresas para compreender, quantificar e gerenciar suas emissões. Ao longo do projeto serão elaborados treinamentos para as empresas que aderirem à iniciativa.

i www.ces.fgvsp.br
www.ghgprotocol.org



Vista geral do evento

Mais de 37 mil pessoas passaram pela 7ª Reatech

A 7ª edição da Reatech – Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade, realizada de 24 a 27 de abril, reuniu na capital paulista mais de 37 mil pessoas, entre visitantes com deficiências físicas, mentais, visuais, auditivas e múltiplas, familiares e profissionais da área. O evento, que é uma parceria entre o Grupo Cipa Feiras & Congressos e a Revista Reação, cresceu 35% em área vendida quando comparado ao ano anterior. A edição 2009 da feira já tem data e local definidos: acontecerá entre 2 e 5 de abril, no Centro de Exposições Imigrantes, em São Paulo (SP).

i www.feirasnacipa.com.br/reatech

Seminário internacional sobre parcerias intersetoriais

O Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (Ceats), da Fundação Instituto de Administração (FIA), realizou de 2 a 4 de abril, em São Paulo (SP), o seminário internacional "Gestão da colaboração entre organizações da sociedade civil e empresas na região Ibero-americana". O encontro brasileiro, que contou com a participação de dirigentes de empresas, organizações da sociedade civil e públicas, teve como objetivo oferecer elementos de aprimoramento de gestão, por meio da construção e manutenção de parcerias intersetoriais. Eventos semelhantes foram realizados na Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Espanha, México, Peru e Venezuela.

i www.fia.com.br

DIVULGAÇÃO



Jovens do Projeto Ser Ecológico, da UFRN, encenam peça teatral sobre saneamento básico

Dia Global do Voluntariado Jovem – 2008

Nos dias 25, 26 e 27 de abril de 2008, a 9ª edição do Dia Global do Voluntariado Jovem mobilizou mais de 100 mil voluntários nas cinco regiões do Brasil. O sexto ano do evento sob a coordenação do Natal Voluntários teve como diferencial a proposição de ações voluntárias educativas e de controle social em prol do saneamento, potencializando os esforços mundiais do "Ano Internacional do Saneamento" instituído pela Assembleia Geral das Nações Unidas e dentro do contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), que vêm sendo trabalhados pela ONG desde 2005.

i www.diaglobal.org.br

Aumenta o número de crianças de 4 a 6 anos na escola

O acesso de crianças brasileiras às séries iniciais da educação básica cresceu consideravelmente de 2004 a 2006 em todas as regiões do Brasil. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (Pnad) de 2006, divulgada em 28 de março pelo IBGE. O percentual de crianças de 4 a 6 anos que frequentam a escola passou de 70,5% em 2004 para 76% em 2006. A pesquisa também revela um crescimento no número de alunos de 7 a 14 anos e de 15 a 17 anos que estão na escola, que passou de 97,1% em 2004 para 97,7% em 2006.

i www.deolhonaeducacao.org.br
www.ibge.gov.br



Vista geral do evento no momento da teleconferência



Francisco Batista Júnior, presidente do CNS (de costas); Salette Macalooz e Dalmo Dallari

CNS debate criação de Fundações Estatais de direito privado

O 2º Seminário Nacional Sobre Modalidades de Gestão, realizado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) nos dias 12 e 13 maio, em Brasília (DF), teve como objetivo debater alternativas ao projeto de lei complementar nº 92/07, que propõe a criação de Fundações Estatais de direito privado. Para discutir o tema, estiveram presentes a juíza federal Salette Macalooz e o jurista Dalmo Dallari, contrários à criação das fundações; o deputado federal Pepe Vargas e a secretária executiva Márcia Bassit, representando o Ministro da Saúde, favoráveis à proposta.

i <http://conselho.saude.gov.br>

4º Encontro Catarinense do Terceiro Setor

Foi realizado entre 26 e 28 de março, em Florianópolis, o 4º Encontro Catarinense do Terceiro Setor, que teve como objetivo congregar as organizações do Terceiro Setor para que compartilhem suas ações e conhecimentos, gerando alianças estratégicas em prol de uma sociedade inclusiva e consciente. Palestraram no evento profissionais de renome no setor social, como José Júnior, coordenador executivo do AfroReggae; Evandro Badin, diretor executivo da Junior Achievement; Marcio Zeppelini, editor da **Revista Filantropia**; Marcos Biasioli, advogado e assessor jurídico do terceiro setor; Felipe Mello, diretor da ONG Canto Cidadão; e Tomáz de Aquino Resende, procurador de justiça de Minas Gerais.

i www.terceirosetor-sc.com.br

Programa de Desenvolvimento em Gestão para Organizações de Terceiro Setor

Organizações sociais de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, Brasília e Belo Horizonte estão participando ativamente do Programa de Desenvolvimento em Gestão para Organizações de Terceiro Setor (PDG.org), promovido pelo Instituto Hartmann Regueira (IHR) em parceria com o Instituto Unibanco e a Fundação Avina.

As entidades participantes passam por módulos de ensino, com temáticas voltadas para gestão financeira, parcerias, alianças e redes, planejamento, monitoramento e avaliação, gestão de pessoas, entre outras. O programa também visa criar uma rede de aprendizagem contínua, na qual os conhecimentos e as boas práticas produzidos serão compartilhados entre as organizações.

i www.institutohr.org.br

Fórum de Estudos de Governança Social de Minas Gerais

O Instituto de Governança Social (IGS) realizou em 31 março e 14 de abril, respectivamente, a primeira e segunda etapas do Fórum de Estudos de Governança Social de Minas Gerais, que acontece durante todo o ano de 2008. O objetivo principal do evento é estender democraticamente discussões e debates entre conselhos de políticas públicas, representantes da sociedade civil, organizações do Terceiro Setor, setor público e empresas privadas para a formação de visões e entendimentos comuns sobre a governança social, aprimorando os conhecimentos de gestão e de controle social existente na sociedade.

i www.projetoigs.org.br



Participaram do evento Ruth Cardoso, antropóloga e diretora do Comunitas (recentemente falecida); Flávio Alcoforado, diretor executivo do IGS; e Elbe Brandão, secretária de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales de Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas Gerais



Participantes do módulo Parcerias, Alianças e Redes do PDG.org



LUIS SALVATORE/DIVULGAÇÃO IBB

Aluna estuda na nova biblioteca montada pelo Instituto Brasil Solidário

Projeto visa desenvolvimento sustentável da escola

No dia 7 de abril, integrantes do Instituto Brasil Solidário partiram para nove cidades do sertão brasileiro para iniciar ações sociais com os colégios públicos da região, pela primeira fase do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Escola. A iniciativa visa a implementação de bibliotecas, oficinas de fotografia, hortas comunitárias, coleta seletiva, capacitação de professores e agentes locais nas áreas de oftalmologia, odontologia e saúde. Ao longo do ano, as escolas atendidas receberão capacitações e programas complementares, para que os projetos sejam mantidos pelas próprias comunidades ao final dos trabalhos.

i www.brasilsolidario.org.br

Encontro discute atual estágio da ISO 26000

A Fundação Vanzolini sediou no dia 26 de março, em São Paulo (SP), um encontro com representantes de diferentes setores da sociedade para discutir o atual estágio da futura Norma Internacional de Responsabilidade Social, a ISO 26000. O encontro, promovido pela ABNT, contou com a participação do Comitê Espelho Brasileiro composto por representantes de empresas, trabalhadores, consumidores, governo, ONGs, consultores e academia.

i www.abnt.org.br
www.vanzolini.org.br



DIVULGAÇÃO

Educadores participantes do encontro

WWF-Brasil em reuniões da ONU sobre mudanças climáticas

As reuniões sobre clima realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) entre 31 de março e 4 de abril, em Bangcoc, na Tailândia, resultaram em uma agenda de trabalho ambiciosa, que garante a discussão mais aprofundada sobre os principais assuntos relacionados a um novo acordo em 2009. Esta é a opinião do WWF-Brasil sobre a conclusão do primeiro encontro da ONU sobre mudanças climáticas após a 13ª Conferência das Partes em Bali, em dezembro passado. Desta vez, o Japão foi quem mais colocou obstáculos para o avanço das negociações. O país manteve sua posição conservadora ao exigir que as nações em desenvolvimento também assumam metas de redução de emissões.

i www.wwf.org.br

Dia Nacional da Alegria recebe 50 mil crianças

A primeira edição do Dia Nacional da Alegria, realizada em 9 de abril, levou cerca de 50 mil crianças carentes assistidas por instituições aos estabelecimentos de entretenimento associados ao Sindicato Nacional de Parques e Atrações Turísticas (Sindepap) e à Associação das Empresas de Parques de Diversão do Brasil (Adibra). Durante todo o dia, os 13 empreendimentos participantes – nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Goiás – funcionaram exclusivamente para atender as crianças.

i www.adibra.com.br
www.sindepap.com.br

FLAVIO MORAES



Atividade no parque Playcenter, na capital paulista

Encontro reúne educação, arte, jogos e inclusão social

A Editora Peirópolis e o Instituto Avisa Lá promoveram em 5 de abril, em São Paulo (SP), o 1º Encontro de Educação e Inclusão Social por meio de Linguagens Lúdicas e Artísticas, com o objetivo de promover a troca de experiências e suscitar debates entre profissionais ligados à educação. O público teve a oportunidade de ouvir cinco profissionais que atuam na área e elaboram suas experiências pela produção acadêmica e literária: Teca Alencar de Brito, Ana Lúcia Silva Souza, Patrício Casco, Auro Lescher e o Francisco Marques.

i www.avisala.org.br
www.editorapeiropolis.com.br



CRIVELER/CAPAZ

Da esquerda para a direita: Marcelo Furtado, Jodie Thorpe e Fernando Almeida

Começa a edição 2008 do ciclo Sustentável

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds) deu início em 26 de março, no Rio de Janeiro, ao Sustentável 2008 – Ciclo de Encontros sobre Sustentabilidade e Gestão Responsável, com o tema: “Lucro X Sustentabilidade”. Debates e palestras entre representantes do setor público, de empresas e ONGs deixaram claro que os dois conceitos não são opostos, mas complementares. Aberto pelo presidente-executivo do Cebds, Fernando Almeida, o evento reuniu a superintendente do BNDES, Yolanda Ramalho; o então secretário do Ambiente do Rio, Carlos Minc; o diretor presidente da ArcelorMittal, José Armando Campos; o diretor geral de relações corporativas da Ambev, Milton Seligman; Jodie Thorpe, gerente para economias emergentes da SustainAbility; e o diretor de campanhas do Greenpeace, Marcelo Furtado.

www.cebds.org.br

Congresso avalia desafios para proteção da infância e juventude

O 22º Congresso da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude (ABMP), que ocorreu de 9 a 11 de abril, em Florianópolis (SC), uniu atores que atuam na defesa da criança e do adolescente a fim de debater e avaliar os desafios atuais do Brasil para a aplicação das normas de proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes. Promovido a cada dois anos, o evento tem o apoio dos Institutos C&A, Camargo Corrêa, Unibanco, além de Vale, Gerdau, Tractebel Energia, Parmalat, Amil, General Motors, Fundações Itaú Social e Orsa.

www.abmp.org.br

6º Encontro Nacional de Cidadania Empresarial e Responsabilidade Social

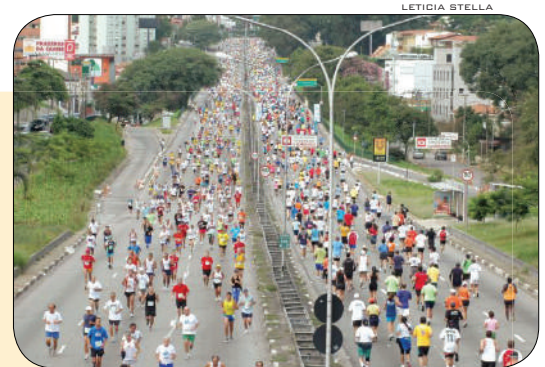
Aconteceu nos dias 28 e 29 de abril, em São Paulo (SP), a 6ª edição do Encontro Nacional de Cidadania Empresarial e Responsabilidade Social, que debateu as práticas que as principais corporações estão adotando para minimizar as dificuldades enfrentadas pelos grupos menos favorecidos da sociedade. Durante o evento, afro-descendentes, pessoas discriminadas sexual ou religiosamente e jovens entre 14 e 24 anos puderam se cadastrar no local para oferecer seus préstimos profissionais. E, no último dia, uma cerimônia homenageou as dez empresas que mais se destacaram na pesquisa “100 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa” – organizada pela Gestão e Rh –, que registrou a Basf em primeiro lugar. São elas: Accor, Avon, Banco Real, Bradesco, Elektro, HSBC, Mantecorp, Marcopolo, Philips e Usiminas.

www.gestaoerh.com.br

Conferência Internacional Ethos 2008

Em quatro dias, a Conferência Internacional Ethos 2008 reuniu cerca de 2.500 pessoas em São Paulo (SP), entre participantes e palestrantes, jornalistas, convidados e visitantes da “Mostra de Tecnologias Sustentáveis” e da exposição “Ethos 10 Anos”. Ao final das quatro mesas-redondas, oito painéis, seis oficinas e várias atividades paralelas, ficou a certeza de que o tema deste ano – “Mercado Socialmente Responsável: uma Nova Ética para o Desenvolvimento” – encontrou respaldo entre todos os participantes. “As pessoas não estão mais se questionando se uma empresa deve ser sustentável ou não. Elas estão cobrando quais são as tarefas que cabe à empresa realizar”, afirmou Ricardo Young, presidente do Instituto Ethos.

www.ethos.org.br/ci2008



LETICIA STELLA

Vista geral do evento

Cerca de 8.000 participam da Corrida e Caminhada Graacc

Apesar do frio e do tempo encoberto, mais de 8.000 pessoas participaram em 11 de maio, nas imediações do Parque Ibirapuera, em São Paulo (SP), da 8ª edição da Corrida e Caminhada Graacc – Combatendo e Vencendo o Câncer Infantil. O vencedor da corrida foi o florista baiano Naval Freitas, 33 anos. O evento foi organizado pela Corpore e teve como madrinha a apresentadora Daniella Cicarelli.

www.graacc.org.br



ANDRÉA GAMBARD

Representantes das dez empresas que mais se destacaram em cidadania corporativa

Divulgado perfil da população em situação de rua

O trabalho e o vínculo familiar são aspectos que compõem a primeira "Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua", realizada pelo MDS, cujos resultados foram divulgados em 29 de abril, em Brasília (DF). A pesquisa, realizada em outubro de 2007 em 71 municípios, revela que a população de rua não é composta por "mendigos" e "pedintes", parcela que corresponde a apenas 16%. De cada cem pessoas em situação de rua, 71 trabalham e 52 têm pelo menos um parente na cidade onde vivem. A atividade mais freqüente é a coleta de material reciclável e uma significativa parcela deste público considera boa a relação com os seus familiares.

www.mds.gov.br

Pacto pelos direitos de crianças e adolescentes do semi-árido

Monitorar as políticas públicas voltadas à garantia dos direitos das crianças e adolescentes que vivem na região do semi-árido brasileiro. Esse é mais um desafio do Comitê Nacional do pacto "Um mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-árido", constituído em 2004 e reafirmado em 2007 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), governo federal, estados, municípios e organizações da sociedade civil. Nos dias 24 e 25 de abril, integrantes do pacto aprovaram a criação do Observatório do Semi-Árido, previsto para ser instalado em julho. A finalidade é monitorar indicadores regionais como mortalidade infantil, desnutrição e trabalho infantil.

www.unicef.org/brazil

800 novos Centros de Referência de Assistência Social

A secretária de Assistência Social do MDS, Ana Lúcia Gomes, informou a expansão do número de Centros de Referência de Assistência Social (Cras): mais 800 unidades até o final deste ano. O anúncio foi feito no dia 26 de março, durante sua palestra no 10º Encontro do Congemas, em Belo Horizonte (MG). De acordo com Ana Lúcia, a distribuição das novas unidades seguirá a critérios objetivos entre os municípios que ainda não possuem o centro. Os Cras são espaços físicos voltados às famílias, à integração da comunidade e à realização de projetos de geração de trabalho e renda.

www.mds.gov.br



O diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, e o presidente Lula durante abertura da Conferência Regional



A diretora do MDS Lúcia Modesto (de óculos) participa de seminário em Juiz de Fora (MG)

Pela integração do Bolsa Família com saúde, trabalho e educação

Durante o 1º Seminário Regional do Bolsa Família, que aconteceu em Juiz de Fora (MG) no dia 13 de março, a diretora do Departamento do Cadastro Único da Secretaria de Renda de Cidadania (Senarc) do MDS, Lúcia Modesto, defendeu a integração do Bolsa Família com saúde, trabalho e educação. Segundo ela, a iniciativa de reunir representantes de 52 prefeituras da região do Vale do Paraíba para discutir temas relativos ao Bolsa Família, como condicionalidades, ações e tempo de permanência no programa, faz com que as informações também se tornem mais coletivas.

www.mds.gov.br

Instalada Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

Foi instalada em 10 de abril, em cerimônia realizada em Brasília (DF), a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), composta por representantes de 19 órgãos do governo e coordenada pelo MDS. A alta nos preços dos alimentos foi o tema que dominou os debates iniciais. Criada pelo decreto nº 6.273/2007, a Câmara integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), ao lado da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), dos órgãos que tratam da segurança alimentar nos governos federal, estadual, municipal, e também de instituições privadas que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do Sisan.

www.mds.gov.br

Acesso à alimentação é foco da Conferência Regional da FAO

Representantes de 33 países latino-americanos e caribenhos, reunidos na 30ª Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), debateram alternativas para aumentar o acesso a uma alimentação saudável, além do desenvolvimento da bioenergia com inclusão social e sustentabilidade ambiental. No evento, que ocorreu entre 14 e 18 de abril, em Brasília (DF), a delegação brasileira foi presidida pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e contou com mais 12 ministros. Também estiveram presentes o presidente do Consea, Renato Maluf; os presidentes da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, e do Senado Federal, Garibaldi Alves, além de representantes da sociedade civil.

www.fao.org.br

Realizada a 1ª Conferência Nacional de Juventude

Entre 27 e 30 de abril, aconteceu em Brasília (DF) a 1ª Conferência Nacional de Juventude, cujo objetivo era unir governo e sociedade civil na consolidação da política nacional de juventude e incluir, permanentemente, o tema na agenda das políticas públicas. Ao final, os 2.000 delegados eleitos apresentaram as 22 prioridades dos jovens brasileiros, que incluem os temas ensino superior, educação profissional e tecnológica, educação básica, trabalho, cultura, sexualidade e saúde, meio ambiente, política e participação, tempo livre e lazer, esporte, segurança, drogas, comunicação e inclusão digital, cidades, família, povos e comunidades tradicionais, jovens negros, cidadania, diversidade sexual, jovens mulheres, jovens com deficiência, fortalecimento institucional da política nacional de juventude e juventude do campo.

i www.conferenciadejuventude.com.br



A ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, discursa na abertura da conferência



O presidente Lula discursa no lançamento do PAS

Governo lança plano para desenvolvimento sustentável da Amazônia

Durante o lançamento do Plano Amazônia Sustentável (PAS), no dia 8 de maio, em Brasília (DF), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, governadores da região e representantes da sociedade civil assinaram uma carta de compromisso pela promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira, com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e redução das desigualdades regionais. As estratégias do plano estão voltadas para a geração de emprego e renda, a redução das desigualdades sociais, a viabilização das atividades econômicas dinâmicas e inovadoras, com inserção em mercados regionais, nacionais e internacionais, bem como para o uso sustentável dos recursos naturais com manutenção do equilíbrio ecológico.

i www.mma.gov.br

Fórum divulga ações para promoção desigualdade racial

A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) da Presidência da República realizou entre 25 e 27 de março, em Brasília, do 7º Encontro Nacional do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial, que contou com a participação de cerca de 250 gestores estaduais e municipais de Igualdade Racial. A meta do evento era aumentar a adesão atual de 490 para 800 órgãos, nos próximos dois anos. Para isso, pretende-se investir R\$ 18 milhões na formação de gestores, realização de encontros regionais, aporte para elaboração dos 27 planos estaduais de Promoção da Igualdade Racial e articulação com a sociedade civil.

i www.presidencia.gov.br/seppir

Países sul-americanos debatem projetos para crianças

Foi realizada no dia 26 de março, em Buenos Aires, na Argentina, uma reunião com dez países sul-americanos sobre programas governamentais de defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes. O objetivo é criar um espaço de intercâmbio entre os países do Mercosul e associados (Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Equador, Peru e Colômbia), discutir os planos de ação de cada um deles, além de definir critérios em comum a serem incluídos no Plano Estratégico de Desenvolvimento Social do Mercosul. No encontro, a representante do MDS, Maura Luciane de Souza, apresentou a Política Nacional de Assistência Social e programas como o de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), de combate ao abuso e à exploração sexual (Sentinela).

i www.mds.gov.br

Programas sociais são apresentados em reunião internacional

Quito, capital do Equador, foi palco de uma reunião internacional em que se debateram, de 28 a 30 de abril, as políticas e programas sociais que vêm sendo desenvolvidos no Brasil, Venezuela, Bolívia, Chile, Argentina, Uruguai e no próprio Equador. Neste contexto, os participantes do Encontro Internacional de Políticas Sociais e Institucionalidade Pública tiveram a oportunidade de conhecer programas brasileiros que vêm despertando o interesse de várias nações. Entre eles, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Benefício de Prestação Continuada (BPC), a Proteção Social Básica, o Bolsa Família e o Sistema Único de Assistência Social (Suas).

i www.mds.gov.br



Gestores de Igualdade Racial e autoridades participantes do encontro

Bill Gates

Fundador de uma das mais renomadas e bem-sucedidas empresas de todos os tempos, a Microsoft, e detentor de uma das maiores fortunas pessoais do mundo, Bill Gates comprova, por meio das ações desenvolvidas pela Bill & Melinda Gates Foundation, que também é um grande filantropo

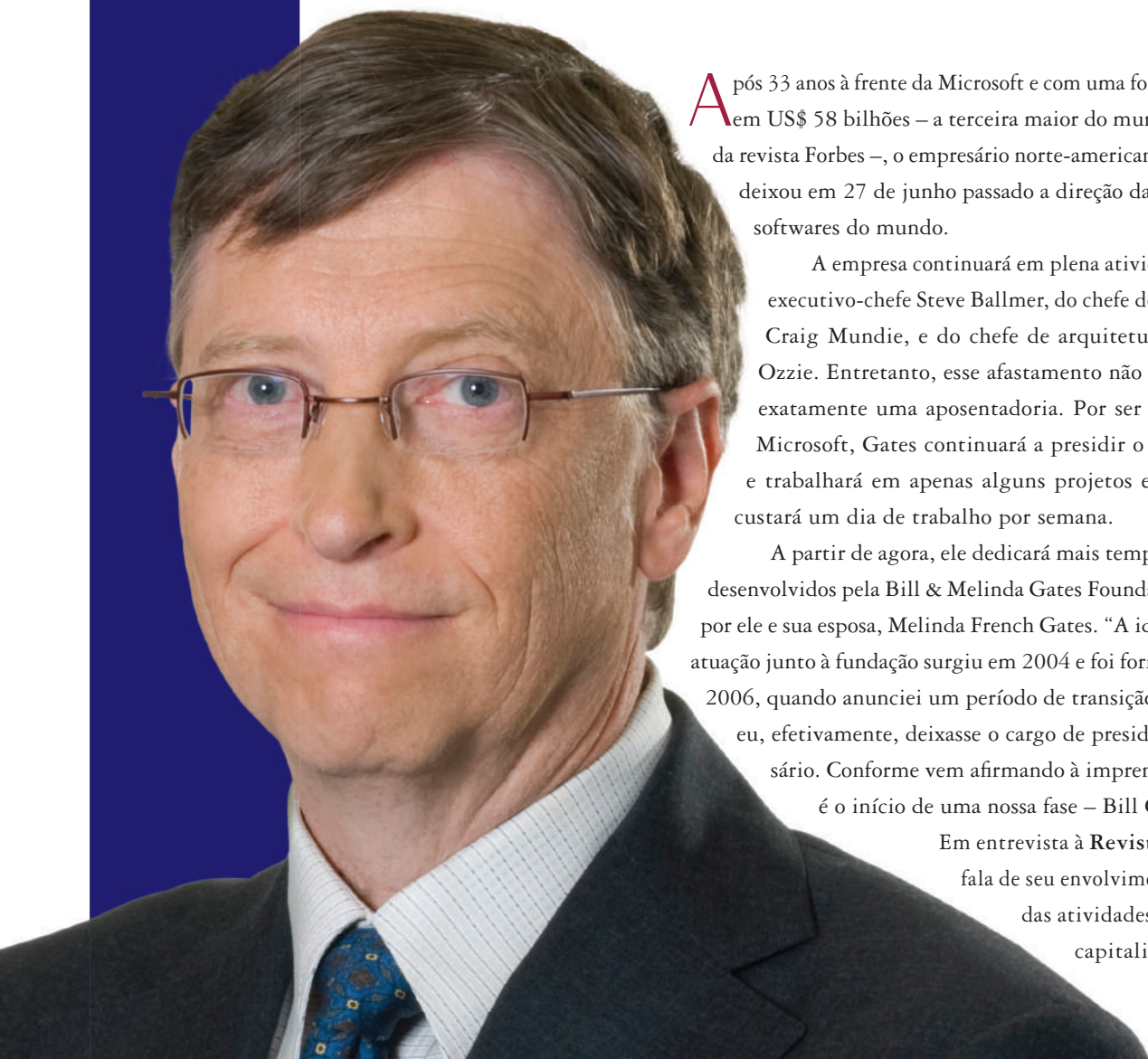
Por Paula Craveiro

Após 33 anos à frente da Microsoft e com uma fortuna pessoal estimada em US\$ 58 bilhões – a terceira maior do mundo, segundo ranking da revista Forbes –, o empresário norte-americano Bill Gates, 52 anos, deixou em 27 de junho passado a direção da maior companhia de softwares do mundo.

A empresa continuará em plena atividade, sob comando do executivo-chefe Steve Ballmer, do chefe de estratégia e pesquisa Craig Mundie, e do chefe de arquitetura de softwares, Ray Ozzie. Entretanto, esse afastamento não pode ser considerado exatamente uma aposentadoria. Por ser o maior acionista da Microsoft, Gates continuará a presidir o conselho da empresa e trabalhará em apenas alguns projetos especiais – o que lhe custará um dia de trabalho por semana.

A partir de agora, ele dedicará mais tempo aos projetos e ações desenvolvidos pela Bill & Melinda Gates Foundation, criada em 2000 por ele e sua esposa, Melinda French Gates. “A idéia de ampliar minha atuação junto à fundação surgiu em 2004 e foi formalizada em junho de 2006, quando anunciei um período de transição de dois anos até que eu, efetivamente, deixasse o cargo de presidente”, disse o empresário. Conforme vem afirmando à imprensa internacional, esse é o início de uma nossa fase – Bill Gates 2.0.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, Gates fala de seu envolvimento com a área social, das atividades de sua fundação e de capitalismo criativo.



Revista Filantropia: Quando começou seu envolvimento com a área social?

Bill Gates: Comecei efetivamente meus trabalhos filantrópicos em 1994, quando criei a William H. Gates Foundation, focada na questão da saúde. Três anos depois, minha esposa Melinda e eu criamos a Gates Library Foundation, que visava disponibilizar nas bibliotecas públicas dos EUA computadores com acesso gratuito à internet. Mas, em 2000, no intuito de ampliar a eficiência e o alcance das ações realizadas pelas duas fundações, optamos por unificá-las, dando origem à Bill & Melinda Gates Foundation.

Filantropia: A partir de julho de 2008, com seu afastamento da Microsoft, você dedicará a maior parte de seu tempo à fundação. O que o motivou essa decisão?

BG: Notei que existem algumas pessoas que são afortunadas, que chegam a determinado momento da vida no qual podem parar e refletir sobre seu trabalho e dizer: “Meu trabalho é ótimo. É divertido, excitante e útil. Eu poderia fazer isto para sempre”. Mas com o passar do tempo, também somos impulsionados a nos questionar: “Além de trabalhar, o que eu fiz até agora?”, “O que mais eu posso fazer?”.

Há dez, 20, 30 anos, eu estava totalmente focado em como os softwares poderiam mudar o mundo. Acreditava que os avanços da tecnologia poderiam ser a solução de muitos problemas – e eles realmente foram, para milhões de pessoas em todo o mundo. Mas esses avanços apenas conseguem mudar as vidas dos indivíduos que podem pagar por eles. Há milhões de pessoas que carecem de grandes inovações tecnológicas e tantas outras necessidades básicas, mas não têm como expressá-las em meios que realmente importam aos mercados. E, assim, continuam passando tais necessidades.

Se pretendemos proporcionar uma séria mudança na vida dessas pessoas e ajudá-las a viver em melhores condições, precisaremos de um outro nível de inovação, não apenas tecnológico. Careceremos de inovações em todo o sistema.

Filantropia: E quais seriam essas inovações?

BG: Os grandes avanços ocorridos nos últimos tempos têm frequentemente agravado as injustiças sociais. Os menos carentes têm mais acesso aos benefícios, enquanto os mais necessitados têm menos. Há aproximadamente um bilhão de pessoas em todo o mundo que

não têm comida suficiente, não têm água limpa para beber, não têm eletricidade. Doenças como malária, que matam anualmente mais de um milhão de pessoas, conseguem menos atenção do que medicamentos que auxiliam no combate à calvície, por exemplo.

Para mudar esse sistema, cremos na importância do trabalho em conjunto com parceiros. Todas as áreas às quais nos propusemos a analisar e a melhorar requerem o talento e os recursos de muitas pessoas e organizações. E, para conseguirmos uma troca duradoura, capaz de mudar esse sistema e gerar novas idéias e comportamentos, devemos colaborar ativamente com governos, empresas e organizações sem fins lucrativos.

Um exemplo disso é o trabalho que fazemos em escolas secundárias dos EUA, que envolve dezenas de parceiros, desde organizações ligadas às comunidades locais até encarregados pela elaboração de políticas nacionais. Para melhorar a educação é requerido esforço conjunto de pais, professores, administradores escolares, diversas entidades voltadas à reforma do ensino e líderes do governo em todos os níveis.

Esse é o tipo de inovação que precisamos que aconteça para que os projetos filantrópicos e a missão de nossa fundação, bem como de todas as demais entidades sérias, sejam realmente concretizados. O desafio é projetar um sistema no qual os incentivos do mercado, incluindo lucros e reconhecimento, conduzam a mudança. Costumo chamar esse novo sistema de capitalismo criativo.

Filantropia: O que seria exatamente “capitalismo criativo”?

BG: O capitalismo criativo é, basicamente, a aproximação e a unificação do trabalho do Primeiro, Segundo e Terceiro Setor, além da sociedade, de modo a proporcionar benefícios

a todos os envolvidos, seja lucro financeiro ou reconhecimento, contribuindo para a redução das injustiças no mundo. Esse tipo de capitalismo é um mecanismo híbrido do interesse pessoal e do interesse coletivo, que se utiliza da fortuna de terceiros e a amarra aos nossos interesses (da fundação), permitindo que ambos obtenham alguma vantagem.

Filantropia: Esse sistema chegou a ser aplicado na Microsoft?

BG: Com certeza. Meu modo de pensar sobre esse assunto foi influenciado por inúmeras experiências, incluindo nosso trabalho na companhia. Nas últimas duas décadas, a Microsoft utilizou a filantropia corporativa como meio de levar a tecnologia às pessoas que não tinham acesso a ela, e doou mais de US\$ 3 bilhões em dinheiro e software. Mas, mais do que simplesmente doar, nós também ensinamos as pessoas a utilizarem essa tecnologia disponível para criar soluções, como ocorre, por exemplo, em nosso laboratório na Índia.

Lá, um grupo de profissionais altamente gabaritados trabalha constantemente no desenvolvimento de novos produtos, tecnologias e soluções de negócios. Um exemplo desse trabalho é a criação de um programa voltado a pessoas analfabetas ou semi-analfabetas, que

“Nosso propósito é contribuir para que a ciência e a tecnologia se apliquem cada vez mais aos problemas dos mais necessitados”

Bill e Melinda Gates brincam com criança participante do programa de tratamento contra a malária em Manhica, Moçambique



JEFF CHRISTENSEN

“Cremos na importância do trabalho em conjunto com parceiros. Para conseguirmos gerar novas idéias e comportamentos, devemos colaborar ativamente com governos, empresas e organizações sem fins lucrativos”

permite o acesso quase instantâneo do usuário ao computador, bastando um treinamento ou auxílio mínimo.

Filantropia: *Quais os passos adotados pela fundação ao iniciar uma ação ou projeto?*

BG: Basicamente, seguimos cinco passos. Inicialmente, delimitamos o problema que pretendemos trabalhar, tendo por base uma série de estudos que comprovavam sua importância e a necessidade de uma ação. Em seguida, desenvolvemos uma estratégia de atuação, que inclui os riscos envolvidos na ação, orçamento, viabilidade em longo prazo, resultados pretendidos e, principalmente, o impacto que essa ação acarretará na vida dos beneficiados.

O terceiro passo é fazer uma reserva financeira consistente, que contribuirá para a constante manutenção das atividades. Após colocar o projeto em prática, é essencial que os resultados sejam mensurados e, posteriormente, se necessário, que esses resultados, bem como os objetivos do projeto em questão, sejam avaliados e ajustados a atual situação.

Filantropia: *Que valores norteiam as ações da Bill & Melinda Gates Foundation?*

BG: A cada dia morrem mais de mil crianças por não terem recebido uma dose da vacina contra o sarampo, que custa US\$ 0,15. Quase 3 bilhões de pessoas no mundo sobrevivem

com menos de US\$ 2 ao dia. Nos Estados Unidos, apenas um terço dos estudantes que concluem o 9º ano conseguem se formar com os conhecimentos essenciais para obter sucesso em uma faculdade e no mercado de trabalho, sendo boa parte deles de origem hispânica ou afro-americana.

Nossa fundação e nossos associados estão tentando resolver estes problemas, porque cremos que o valor da vida humana é o mesmo em todos os cantos do planeta, tanto em países ricos, que possuem serviços de saúde de alta qualidade, quanto em países pobres, com assistência médica quase inexistente; em bairros com escolas secundárias novas e reluzentes ou em comunidades com escassos recursos financeiros, onde a maioria das crianças abandona os estudos muito cedo para ajudar em casa.

A Bill & Melinda Gates Foundation é guiada pelos seguintes princípios básicos: em primeiro lugar, nos concentramos em um pequeno número de lugares para que possamos compreender quais são as melhores iniciativas e como causar o maior impacto positivo possível. Para elegermos tais áreas nos perguntamos: “Que problemas afetam a maioria das pessoas e que problemas não têm recebido a devida atenção?”.

Na área de saúde, nos ocupamos das enfermidades e distúrbios de saúde que têm a maior incidência e taxa de mortalidade,

e que recebem atenção e recursos ínfimos, como é o caso da tuberculose e da malária, que foram erradicadas dos países ricos, mas ainda consomem inúmeras vidas em países em desenvolvimento; e a Aids, que provoca cinco milhões de novas infecções anualmente, sendo a maioria delas em países pobres.

Acreditamos também que a ciência e a tecnologia têm o poder de melhorar a vida humana. Nos últimos anos, temos obtido consideráveis avanços em todos os campos, desde a biologia até a tecnologia da informação, e todos têm o direito de se beneficiar com essas inovações. Nosso propósito é contribuir para que a ciência e a tecnologia se apliquem cada vez mais aos problemas dos mais necessitados.

Além disso, temos consciência de que se costuma esperar muito daqueles que têm recebido mais. Nós temos nos beneficiado de excelentes escolas, serviços de saúde muito bons e um sistema econômico vigoroso. Por isso, sentimos a enorme responsabilidade e necessidade de devolver parte desses benefícios à sociedade.

Filantropia: *Quais as principais áreas de atuação da organização?*

BG: A ONG possui três braços de trabalho: Programa de Desenvolvimento Global (Global Development Program), Programa de Saúde Global (Global Health Program), e Programa Estados Unidos (United States Program).

O primeiro é desenvolvido a partir de parcerias, no intuito de gerar oportunidades para que as pessoas possam sair de situações de pobreza e fome. Já o Saúde Global enfoca três áreas específicas: descobrir soluções para problemas de saúde que causam as maiores injustiças; desenvolver tais soluções dentro de produtos que possam ter grande impacto sobre a população; e certificar-se de que eles estão sendo devidamente entregues às pessoas mais necessitadas.

E o Programa Estados Unidos objetiva aumentar significativamente o número de estudantes que se formam no colegial (ensino médio, no Brasil) com as habilidades necessárias para que estes sejam bem-sucedidos tanto na faculdade quanto no mercado de trabalho; expandir o acesso à informação por meio da tecnologia em bibliotecas públicas de comunidades menos favorecidas; e melhorar as condições de vida de crianças e jovens em situação de risco, além de seus familiares, em Washington (DC) e Greater Portland, no estado de Oregon.

Bill Gates e sua esposa participam de encontro com mulheres do grupo Adashe, na Nigéria



Filantropia: *Para a fundação, o que é mais importante: os recursos financeiros que você destina às pesquisas e ações ou suas habilidades como administrador?*

BG: Sem dúvida nenhuma, minha habilidade administrativa. É evidente que uma entidade precisa de recursos financeiros para funcionar; e isso nós temos. Mas, no final, o que verdadeiramente importa é sermos reconhecidos por nosso trabalho, por nossos esforços no caso de encontrarmos uma vacina para a malária ou para a Aids, por exemplo, e pela quantidade de vidas que podemos salvar com isso, e não pelos US\$ 30 bilhões que destinei à caridade.

Filantropia: *Como a administração de uma multinacional, como a Microsoft, se diferencia da direção de uma fundação de cunho social, como a Bill & Melinda Gates, considerada a maior instituição filantrópica do mundo?*

BG: Na verdade, não existe muita diferença. O essencial é reunir um grupo de pessoas inteligentes, selecionadas a dedos. Com boa liderança e gerenciamento correto, o grupo poderá se tornar bem-sucedido em suas atividades. Nesse caso, a fundação deverá ser compreendida e administrada como uma empresa convencional.

Filantropia: *Uma das prioridades da fundação é a questão da saúde, em especial a erradicação da malária e a descoberta de uma vacina contra a Aids. Quais as reais chances de se alcançar esses objetivos?*

BG: Essas doenças matam principalmente pessoas de países pobres, onde os habitantes não têm condições de adquirir medicamentos. As empresas, que trabalham sob as máximas capitalistas, não têm interesse nesses mercados, pois, se não há recursos financeiros para a compra de remédios, não há razão para se investir nessas regiões. Mas, ao mesmo tempo, o desenvolvimento técnico obtido no campo da medicina foi grande o bastante para poder ajudar no combate a tais doenças. Como é possível que se consiga decifrar o genoma e não se encontre uma vacina para a malária ou para a Aids?

A Aids ainda é a questão mais grave. Mas, por ser otimista, espero eliminar diversas doenças da minha lista de afazeres ou, pelo menos, conseguir na próxima década alguns importantes resultados capazes de salvar muitas vidas.

Filantropia: *Desde o início de sua atuação no campo social, certamente você*

já presenciou diversas situações extremas em países pobres. Há alguma que o tenha marcado mais?

BG: Várias situações me marcaram. Mas, há algum tempo, fiquei três dias na Nigéria a fim de examinar as condições precárias dos agricultores locais. Essa viagem me fez enxergar muita coisa que, até então, eu não enxergava. Costumamos nos esquecer que, dos 6 bilhões de habitantes do planeta, 4 bilhões vivem em situação de risco, que fazem os cidadãos pobres de países industrializados parecerem privilegiados.

Filantropia: *Tendo por base as condições precárias em que se encontram bilhões de pessoas no mundo e sabendo que, por mais que sejam feitos grandiosos investimentos no campo social, não há como reverter essa situação a curto ou médio prazo, como você se posiciona frente a esse cenário?*

BG: Apesar de toda a desigualdade e injustiça que há por aí, o mundo está começando a melhorar. Pelo menos, está melhor do que já foi no passado. Basta verificarmos as condições das mulheres e das minorias na sociedade; o aumento na expectativa de vida, que praticamente dobrou nos últimos cem anos; a quantidade de pessoas que hoje em dia tem direito de votar e manifestar suas opiniões, entre tantas outras coisas. Nestas áreas cruciais, que proporcionam bem-estar ao ser humano, o mundo está melhor.

Essas melhorias foram ocasionadas por avanços na tecnologia, ciência e medicina. Para as próximas décadas, espera-se que tenhamos a possibilidade de diagnosticar diversas doenças e curá-las, educar nossas crianças para o mundo, criar oportunidades para os mais pobres e aproveitar as mentes mais brilhantes para buscar soluções para nossos problemas mais complexos.

É assim que eu vejo o mundo, e é por isso que eu afirmo que sou um otimista. Mas sou um otimista impaciente. É fato que o mundo está melhor em muitos aspectos, mas não está melhorando tão rápido quanto eu gostaria, nem está bom o bastante para todas as pessoas.

Filantropia: *Quais suas perspectivas em relação à fundação para os próximos anos?*

BG: Vejo o futuro com bastante otimismo. Estamos eterna e profundamente agradecidos pela doação que Warren Buffet [empresário norte-americano considerado o homem mais rico do mundo, com fortuna estimada em US\$ 62 bilhões] fez à nossa fundação em junho de 2006, que nos permitirá duplicar



Gates durante visita a instituição filantrópica na Índia

nossas concessões de fundos a partir de 2009. Essa grandiosa doação, de aproximadamente US\$ 30 bilhões, nos inspira e nos faz adquirir ainda mais consciência da oportunidade e profunda responsabilidade que temos de promover um impacto duradouro sobre as pessoas necessitadas.

Alguns dos problemas nos quais estamos atualmente trabalhando já têm solução, e nosso objetivo é colocar tais soluções ao alcance de todos. Para outros problemas, que até agora não haviam recebido a atenção merecida, cremos que a concentração de esforços nos permitirá alcançar avanços surpreendentes. Enfrentamos grandes desafios, mas é igualmente grande a oportunidade de melhorar a vida humana. 🌸

Dados

- Fundação é presidida por Bill Gates, Melinda French Gates e William H. Gates Sr.
- Atua nos Estados Unidos e em mais de cem países
- Possui 543 funcionários
- Recebeu US\$ 37,3 bilhões em doações de terceiros

Link

www.gatesfoundation.org

Centro Comunitário Nossa Senhora Aparecida

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

Cifras apresentadas em reais

Quadro I

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro

Em Reais					
Ativo	2.007	2.006	Passivo	2.007	2.006
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Bens numerários	1.535	947	Fornecedores		4.000
Bancos conta movimento	2.727	820	Salários a pagar	16.922	7.423
Aplicações financeiras	171.163	142.620	Provisão de férias e encargos	55.288	44.654
Impostos a recuperar	7.953	7.953	Impostos e contribuições a recolher	296	811
Demais contas a receber	9.596	11.198	Demais contas a pagar	3.175	
	192.974	163.538		75.681	56.888
PERMANENTE			PATRIMÔNIO SOCIAL		
Imobilizado	347.494	300.572	Superávit acumulados	362.298	405.299
Depreciação acumulada	(72.442)	(44.924)	Superávit / (déficit) dos exercícios	30.047	(43.001)
	275.052	255.648		392.345	362.298
TOTAL DO ATIVO	468.026	419.186	TOTAL DO PASSIVO	468.026	419.186

Quadro III

Demonstração das mutações do patrimônio social

Em Reais			
	Superávit / (Déficit)		
	Acumulados	do Exercício	Total
EM 1º DE DEZEMBRO DE 2.005	316.709	11.259	327.968
Transferência	11.259	(11.259)	
Superávit do exercício		0	0
EM 1º DE JANEIRO DE 2.006	327.968	11.131	339.099
Transferência	11.131	(11.131)	
Ajuste de exercícios anteriores	66.200		66.200
Déficit do exercício		(43.001)	(43.001)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.006	405.299	(43.001)	362.298
Transferência	(43.001)	43.001	
Superávit do exercício		30.047	30.047
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.007	362.298	30.047	392.345

Quadro II

Demonstração do superávit / (déficit)

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais		
	2.007	2.006 (reclassificado)
RECEITAS OPERACIONAIS		
Recursos Privados		
Donativos	55.592	22.344
Rendimentos de aplicações financeiras	13.843	15.497
Convênio Irmãs MNSC	178.604	166.988
Contribuições	8.567	7.772
Demais convênios	170.941	169.108
Receitas diversas	158.705	141.500
	586.252	523.209
Recursos Públicos		
Convênios e subvenções	837.973	668.272
	837.973	668.272
TOTAL DAS RECEITAS	1.424.225	1.191.481
DESPESAS OPERACIONAIS		
Filantrópicas Com Recursos Privados		
Ordenados e encargos	282.670	285.354
Materiais de consumo	111.847	104.103
Conservação de bens	21.970	50.420
Assessorias e consultorias	47.255	58.149
Depreciações	27.518	5.614
Outras	121.095	194.688
	612.355	698.328
Administrativas Com Recursos Públicos		
Promoção social	181.680	75.197
Promoção educacional	600.144	460.957
	781.823	536.154
RESULTADO OPERACIONAL	30.047	(43.001)
SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DOS EXERCÍCIOS	30.047	(43.001)

Quadro IV

Demonstração das aplicações de recursos

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais			
	2.007	2.006	2.005
ORIGENS DE RECURSOS			
Das operações sociais			
Superávit / (déficit) do exercício	30.047	(43.001)	11.131
Ajuste de exercícios anteriores		66.200	
Despesas que não afetam o capital circulante líquido			
Depreciações	27.518	5.614	22.616
Total das origens	57.565	28.813	33.747
APLICAÇÕES DE RECURSOS			
Déficits dos exercícios			
Imobilizado	46.922	63.373	8.298
Total das aplicações	46.922	63.373	8.298
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE	10.643	(34.560)	25.449
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE			
Ativo circulante			
No final do exercício	192.974	163.538	162.334
No início do exercício	163.538	162.334	132.686
	29.436	1.204	29.648
Passivo circulante			
No final do exercício	75.681	56.888	21.124
No início do exercício	56.888	21.124	16.925
	18.793	35.764	4.199
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE	10.643	(34.560)	25.449

Dados :

Presidente : JOÃO JAZINSKI - CPF - 434.251.279-34
Tesoreira: MARIA LUCIA ALCANTARA - CPF - 997.177.538-04

Aluizio Soares dos Santos CPF.133.945.094-15 - TEC. CONTÁBIL -
ISP114522/O-3

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro Comunitário é uma entidade civil sem fins econômicos, com prazo indeterminado de duração, que tem por finalidades promover e participar de atividades culturais, promocionais e de assistência social, dirigidas ao núcleo familiar, à infância, à adolescência, à juventude, ao idoso e ao deficiente físico, bem como a toda comunidade, assim compreendidas no âmbito das áreas econômica, educacional e recreativa.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e demais disposições complementares.

Para fins de melhor apresentação dos resultados das atividades operacionais desenvolvidas pela entidade, a partir do exercício de 2.007 a demonstração do superávit/(déficit), passou a ser segregada por modalidade de origem dos recursos (público e privado). Com o intuito de permitir a comparação, as cifras do exercício de 2.006 foram reclassificadas sem alteração do déficit daquele exercício.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado do exercício

As receitas operacionais decorrentes convênio com órgãos públicos são reconhecidas em regime de competência de exercícios. As receitas com doações, são reconhecidas quando dos efetivos recebimentos.

b) Ativos e passivos circulantes

Os ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos.

c) Ativo Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, acrescido de correção monetária até o exercício de 1.995

d) Patrimônio Social

Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da entidade e não tem capital social.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Composta por aplicações de curto prazo em fundo de investimento e poupança, remuneradas de acordo com as taxas de mercado praticadas e permitidas por lei.

5. IMOBILIZADO

Bens	2.007	2.006
Aparelhos e equipamentos	79.964	70.998
Móveis e utensílios	48.347	37.399
Edificações	167.367	140.359
Veículos	45.111	45.111
Instalações	2.835	2.835
Direito de uso linhas telefônicas	3.870	3.870
(Depreciação acumulada)	(72.442)	(44.924)
	275.052	255.648

6. CONVÊNIO E SUBVENÇÕES

A entidade recebeu as subvenções governamentais abaixo identificadas, destinadas à manutenção dos serviços de creches e educacionais à comunidade de São Paulo.

Órgãos Governamentais	2.007	2.006
Prefeitura do Município de São Paulo	742.360	668.272
Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo	95.613	
	837.973	668.272

7. GRATUIDADES

De acordo com o Decreto nº 2.536 de 6 de abril de 1.998, as gratuidades estão demonstradas como segue:

	2.007	2.006
Receitas com recursos privados	586.252	523.208
Despesa com promoção Assistencial	612.355	698.328
Total das assistências sociais e educacionais	612.355	698.328
Percentual de Aplicação	104.45%	133.47%

8. EVENTO SUBSEQUENTE

Lei 11.638/07 – Mudanças da Lei das S.A.'s

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei 11.638 que altera 6.404 no capítulo relativo à divulgação e preparação de demonstrações financeiras, que vem a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos.

Estas mudanças de práticas contábeis entrarão em vigor a partir de 1 de janeiro de 2008 e podem ser substancialmente resumidas como segue:

- ativos e passivos financeiros pré-fixados devem ser ajustados a valor presente quando os efeitos forem relevantes;
- arrendamentos financeiros passam a ser contabilizados como ativo imobilizados;
- determinados instrumentos financeiros e derivativos deverão ser contabilizados a valores justos;
- ativos adquiridos em processos de aquisição de controle em sociedades, entre partes independentes, passam a ser valorizados a valores justos na sociedade adquirente;
- a equivalência patrimonial passa a ser registrada em função da influência significativa e em sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum; e
- a reavaliação de ativos não é mais permitida;

Os efeitos da aplicação da referida Lei sobre as demonstrações financeiras da Entidade encontram-se sob análise da Administração, assim como a aplicação de determinadas modificações depende de uma regulação posterior a ser emitida pelos órgãos competentes. Assim, o impacto de todas as modificações trazidas por esta nova lei não podem ainda ser mensuradas.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

São Paulo, 03 de abril de 2.008

Aos Administradores

Centro Comunitário Nossa Senhora Aparecida

Examinamos o balanço patrimonial do Centro Comunitário Nossa Senhora Aparecida, em 31 de dezembro de 2.007, e a correspondente demonstração do superávit, das mutações do patrimônio social e das origens e aplicações de recursos do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

Exceto pelo mencionado no parágrafo 3, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu entre outros procedimentos: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis

divulgados; c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Devido a ausência de controles individuais para os bens constantes do ativo imobilizado e, ainda, pela não apuração da depreciação correspondente, não foi possível satisfazermos quanto aos saldos dessas contas em 31 de dezembro de 2.007.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2.006, também foram por nós examinadas e nosso parecer datado de 20 de junho de 2.007, conteve as seguintes ressalvas:

Devido a ausência de controles individuais para os bens constantes do ativo imobilizado e, ainda, pela falta de apuração da depreciação correspondente, não foi possível satisfazermos quanto aos saldos dessas contas;

Divergência a menor entre o saldo contábil e o valor efetivamente adiantado de férias no exercício de 2006 no montante R\$ 22.813;

Divergência a maior entre o saldo contábil e o valor efetivo dos adiantamentos salariais no montante de R\$ 5.237;

Saldo contábil dos financiamentos no montante de R\$ 659 contabilizado indevidamente em ajustes de exercícios anteriores;

Valor de provisão de 13º salário no montante de R\$ 5.589 contabilizado indevidamente em ajustes de exercícios anteriores;

Valor da provisão de férias constituída a maior no montante de R\$ 3.375; e

Em razão dos fatos mencionados nos itens (b) até (f) anteriores, o resultado e o patrimônio social em 31 de dezembro de 2.006 estão demonstrados a menor em R\$ 20.951 e R\$ 14.703, respectivamente

Somos de parecer que, exceto pelos efeitos de eventuais ajustes que poderiam ser requeridos se as contas do ativo imobilizado tivessem sido por nós examinadas e dos valores apresentados no parágrafo nº 4, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo nº 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Comunitário Nossa Senhora Aparecida em 31 de dezembro de 2.007 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio social e as origens e aplicações de recursos do exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

LM AUDITORES ASSOCIADOS
CRC 2SP018.611/0-8

Maurício Diácoli
CRC 1SP129.562/0-5



Alta tecnologia, alto

Como desenvolver e manter um site que funcione como meio de

Marcio Zeppelini
marcio@zeppelini.com.br



A Terra gira, as empresas mudam, as entidades e as pessoas se transformam. Nada mais natural. Assim vem acontecendo no Terceiro Setor já há algum tempo. As instituições se deram conta de que não basta apenas ter espaço físico e colaboradores, mas é necessário estar presente no mundo virtual.

A construção de um site eficiente focado em ser um importante canal de comunicação com seus *stakeholders* torna-se necessária, dado, ainda, aos escassos espaços destinados ao Terceiro Setor na mídia.

Diversas entidades se deram conta desta nova realidade, como o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo (Sescon-SP), que recentemente colocou no ar uma nova página virtual. A Gota de Leite, sediada em Santos (SP), tam-

bém estreou seu novo site há alguns meses e ainda trabalha continuamente para reforçar essa ferramenta.

Há organizações como a SOS Mata Atlântica, que alavancam campanhas de preservação usando o site com habilidade, e o Clickarvore, que é um programa de fomento e restauração florestal em que usuários da internet podem clicar gratuitamente e doar uma árvore por dia. Desde agosto de 2000, ano de sua criação, até outubro de 2007, foram doadas 10.968.471 mudas de espécies nativas.

O site registra picos de 12 mil cliques por dia. Além de colaborar para um mundo melhor, a ferramenta é um ótimo meio de consolidação da imagem institucional e de conquista de novos adeptos da causa.



contato social

divulgação, captação de recursos e de voluntários

As possibilidades são infinitas, porém, há alguns aspectos que essa janela virtual para o mundo real deve possuir para ser eficiente. Vejam a seguir.

Conteúdo objetivo, mas atraente

A abrangência e o poder da internet como meio de comunicação, ligação e junção com o mundo real podem passar despercebidos ou vistos superficialmente. É comum que as idéias para a montagem de um site parem de fluir após os primeiros rabiscos, situação também encontrada no ambiente empresarial.

Parece uma missão difícil, mas torna-se fácil quando se entende o processo de construção de um site e a maneira como levá-lo adiante. Uma simples analogia do problema é suficiente para ajudar no primeiro passo.

Imagine um evento realizado por uma ONG, sem importar o motivo. Pense na quantidade de pessoas que estão em contato com a organização. Perceba a quantidade de informação que entra e sai daquele ambiente por meio de conversas, fotografias, vídeos, opiniões.

Esse é o resultado do contato físico no mundo real que jamais será substituído. No meio virtual, entretanto, essa experiência pode ser repetida inúmeras vezes por dia, por hora ou milésimos de segundo. E o melhor é que tudo isso pode ser registrado, mensurado e melhorado.

O visitante virtual quer ter uma experiência tão rica quanto a presencial. Ele pode se interessar por diversos aspectos da entidade, como ideais, objetivos, infra-estrutura, his-

tórico, necessidades etc. A clareza, a coesão e a profundidade das informações são fundamentais, mas elas devem vir acompanhadas de recursos atrativos como fotos, vídeos e gráficos. Além, é claro, de abrir um caminho para a difusão de notícias, pesquisas e meios de contato.

O importante é imaginar que, assim como o evento presencial, o leque de possibilidades que enriquecem o contato virtual pode ser até mais abrangente. É ir além dos portões da ONG, ligando-se a outras organizações e profissionais que defendem os mesmos ideais, foco ou campo de atuação.

Parodiando Drummond: “João amava Teresa que amava Raimundo que amava...”. Os estudiosos afirmam que estamos a apenas cinco pessoas de contato de qualquer outra na

face da Terra. O público-alvo da entidade pode estar perto ou longe, mas ele só vai encontrá-la se houver um elo de ligação entre as pessoas e os assuntos pelos quais elas se interessam, ou seja, o conteúdo da organização.

Por isso, é importante que o site também contenha notícias, que podem ser copiadas de portais jornalísticos ou da página de outras entidades. Muitos dispõem de termos de direitos autorais que permitem a cópia, desde que citada a fonte.

Design: bom, bonito e para todos

A disposição do conteúdo de um site é sempre uma questão delicada, pois é preciso

entender o funcionamento da web e como pensam as pessoas que por ali passam, a fim de prender a atenção das mesmas. Esse mandamento está ligado com design e diagramação.

Sem essas duas ferramentas organizacionais, de nada adianta ter um bom conteúdo. As páginas do site não podem ser cansativas visualmente, mas devem despertar interesse. Trata-se de padronizar o site, dando a ele uma identidade facilmente identificável pelo internauta nas próximas visitas.

Diferentemente do que muitos pensam, vale a pena seguir padrões e convenções na

montagem de um site, pois essas características são pré-definidas com base em experiências reais. Muitos acessos são apenas para obter informações básicas, como endereço, telefone e e-mail da entidade.

Prefira um layout leve e que tenha uniformidade (uso dos mesmos símbolos – ícones, traços, cores, fontes, gráficos), imagens de qualidade, identidade visual e hierarquia. Outra dica é que espaço em branco não é falta de informação, mas descanso para os olhos. O importante nesse complexo mundo chamado internet é ser objetivo a tal ponto que o visitante não gaste tempo tentando entender o site,

10 dicas fundamentais

Hospedagem – Utilize provedores de confiança, que tenham renome no mercado e lhe dêem segurança e estabilidade tanto na hospedagem como no serviço de e-mail. Atualmente, uma hospedagem profissional varia entre R\$ 18 e R\$ 30 mensais. Cuidado com provedores muito baratos, que podem estar no exterior, pois causam lentidão no acesso ao site ou utilizam máquinas caseiras que não oferecem segurança aos dados. O custo no desenvolvimento é proporcional à hospedagem, porque é ela quem vai guardar o investimento inicial.

Registro de domínio – No Brasil, o NIC.br é a entidade responsável pelo registro de domínios. Para registrar e administrar um domínio é necessário obter gratuitamente um ID (identificador) com senha no site Registro.br. Prefira que o ID esteja ligado à entidade. É comum sites ficarem amarradas a desenvolvedores ou provedores por causa do registro do domínio.

Utilize sempre o DPN (domínios de primeiro nível) “.ORG.BR” e tenha como segunda opção o “.COM.BR”. Hoje em dia, os internautas já sabem distinguir bem o que é empresa e o que é uma organização do Terceiro Setor. Para obter o registro, é necessário enviar o estatuto da entidade para o NIC.br.

Ferramentas para doações – O uso do e-commerce pode ser uma maneira de captação de recursos, seja por meio de doações, adoção de assistidos ou venda de produtos da ONG em uma loja virtual. Existem diversas soluções no mercado, algumas mais caras e outras nem tanto. O meio de pagamento PagSeguro do UOL é uma ferramenta interessante, pois simplifica a instalação do sistema e conta com a credibilidade de um provedor de renome. Muitos ainda têm medo de fazer pagamentos eletrônicos; os que o fazem, preferem usar os grandes sites comerciais ou instituições bancárias.

Contato direcionado – É um meio de mostrar como a organização é estruturada. Importante direcionar o contato para a pessoa correta, incluindo um campo de assunto na área de contato (financeiro, administrativos, captação de recursos, voluntariado etc.).

Sala de imprensa – *Press releases* (textos que falam das ações e atividades da entidade) são ótimas ferramentas de informação à mídia, mas é bom pedir o cadastramento prévio do jornalista para liberar seu acesso. Uma boa decisão, caso haja recursos existentes, é contratar uma agência especializada em assessoria de imprensa, que fará o relacionamento com a mídia na divulgação das ações da ONG. Um banco de imagens também é ferramenta importante, mas precisa ter fotos de todas as pessoas destacadas para conceder entrevistas.

Multimídia/vídeos – Colocar um vídeo em um site exige um conhecimento que nem sempre está às mãos. O Youtube é o melhor e mais fácil meio de publicação, além de ser uma ferramenta de divulgação. Ele gera um *script* (código) para ser inserido em qualquer site. A dica para despertar a atenção dos internautas é colocar vídeos institucionais e didáticos sobre ações, campanhas, festas e eventos. Fundamental: não utilize vídeos muito extensos; eles devem ter no máximo dois ou três minutos, ou menos, se possível.

Google Maps – Essa ferramenta disponibiliza um *script* que pode ser inserido em qualquer site, de preferência na área de contato. Além de ser muito simples de operar, oferece um mapa virtual que detalha como chegar à ONG.

Ambiente administrador (back office) – Ter um ambiente administrador dá maior autonomia à organização para gerenciar o conteúdo de seu site, evitando a necessidade de contatar o desenvolvedor sempre que precisar fazer uma atualização. Várias soluções estão disponíveis no mercado que permitem controlar texto, imagens, links, agenda, downloads e contatos de qualquer máquina ligada à internet.

Prestação de contas e relatórios de atividades/gerenciais – Nenhum lugar é melhor do que a internet para inserir esses documentos públicos, que atestam a transparência e a seriedade da entidade. Pode-se criar um espaço dedicado a isso no site, com os relatórios disponíveis para download em formato PDF.

Divulgação – Todos querem estar no topo do Google. Mas, em se tratando de assuntos de interesse comum, o Terceiro Setor acaba competitivo como o meio empresarial. O mais correto é a contratação de uma empresa especializada em Marketing de Otimização em Buscadores (MOB). A prática de MOB está sempre se modificando, devido às próprias regras dos buscadores, que tentam evitar a entrega de resultados indesejados ou perigosos aos seus usuários.

Uma solução mais barata consiste em otimizar o código de navegação do site para facilitar a indexação nos buscadores. Evite redirecionamentos, uso de palavras-chave nos títulos, nomes de imagens, deixando o máximo possível das informações em forma de texto, e não em animações ou banco de dados.





Site do programa Clickarvore

Diferentemente do que muitos pensam, vale a pena seguir padrões e convenções na montagem de um site, pois essas características são pré-definidas com base em experiências reais

mas vá direto ao assunto que procura, sem dispersar sua atenção.

Um mecanismo inteligente é manter o conteúdo mais importante (logo, menu e matéria principal) no canto superior esquerdo em uma área limitada a 750 x 420 pixels (unidade de medida digital). Por dois motivos: porque é a área preservada em qualquer resolução de tela e é onde os olhos mais se apóiam durante uma navegação. Usar desse critério não significa ser igual aos outros, mas ser acessível e de fácil compreensão.

A animação é o sucesso ou a ruína de um site, sendo bastante discutida sua inclusão por conta de sua proliferação nos últimos anos. Incomodam muito quando obrigam o internauta a esperar o seu fim para acessar o conteúdo. Ou quando ficam piscando ao lado de um texto que tentamos ler. Em contrapartida, a animação é indicada em infográficos, sites de *e-learning* (ensino pela internet) e apresentações.

Na internet, que é um organismo “vivo”, temos diversas nuances de visualização, desde a configuração do computador, passando pelos dispositivos móveis até o



Página inicial do Sescon-SP



Novo layout da Gota de Leite

acesso aos deficientes. A visualização do site deve ser democrática, atendendo a todos, levando em conta a acessibilidade e a usabilidade.

O Consortium (órgão internacional que busca uma internet democrática) abriu recentemente um escritório no Brasil e colocou à disposição diversos textos em português com o objetivo de difundir o conhecimento a um maior número de pessoas. Fica aqui a indicação.

COLABOROU: RICARDO MARCELO DE OLIVEIRA

Links

- www.clickarvore.com.br
- www.gotadeleite.org.br
- www.sescon.org.br
- www.w3c.br
- www.youtube.com


Marcio Zeppelini. Consultor em comunicação para o Terceiro Setor, editor da Revista Filantropia, produtor editorial pela Universidade Anhembi Morumbi e diretor-executivo da Zeppelini Editorial & Comunicação.

Onde e como captar recursos públicos para projetos socioambientais

Amplia-se constantemente no Brasil o financiamento público sustentável para empresas e ONGs

Eduardo Magalhães
magaedu@uol.com.br



 A conversão da dívida externa em financiamento para projetos ambientais serve para minimizar o efeito negativo do impacto das dívidas externas nos países em desenvolvimento e mitigar a destruição ambiental

A possibilidade de financiamentos ambientais com recursos públicos em nosso país é atualmente bastante significativa. Apesar de considerável e, ao mesmo tempo, pouco explorada, a oferta ainda é insuficiente se confrontada com as urgentes necessidades de preservação e conservação do meio ambiente. De qualquer maneira, objetivamos aqui sintetizar as principais fontes com suas características e exigências centrais.

Fundo Nacional para o Meio Ambiente (FNMA)

Criado em 1989, já financiou mais de 1.400 projetos socioambientais, empregando R\$ 210 milhões. Tem como missão contribuir para a realização das políticas ambientais de conservação e sustentabilidade do governo federal. Há dois tipos de demandas: a espontânea – apresentada em qualquer época do ano, oriunda de qualquer região do país, para valores até R\$ 500 mil anuais e enquadrada nos núcleos temáticos¹ –, e a induzida – em resposta a editais.

Entre as várias ações financiáveis estão: realização de empreendimentos econômicos com inclusão comunitária e sustentabilidade ambiental, projetos de educação ambiental, produção de material pedagógico, projetos de MDL (Protocolo de Quioto), entre outros.

Critérios para aprovação: demonstrar ganhos ambientais, não utilizar técnicas que ponham em risco o meio ambiente, contemplar a questão social, poder gerar políticas públicas e ser replicado. É importante notar que a maior parte dos recursos é destinada para ONGs e governos municipais.

Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7)

Nasceu na Rio-92 e atualmente se encontra em sua segunda fase de aplicação, que vai até 2010. Sua missão é proteger a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica em conjunto com a melhoria da qualidade de vida das populações locais. Principais linhas de investimento: desenvolvimento de experiências inovadoras entre comunidades locais e órgãos governamentais, conservação de áreas protegidas, fortalecimento institucional e pesquisa científica.

Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA II)

Suas metas são: aprimorar a gestão integrada – entre governos estaduais e municipais, ONGs e setor produtivo – dos ativos ambientais, melhorar o desenvolvimento institucional do licenciamento ambiental e monitorar a qualidade da água e o gerenciamento costeiro (ordenamento territorial).

Global Environmental Facility (GEF)

É o principal instrumento multilateral de financiamento a projetos ambientais em países em desenvolvimento. Foi criado em Paris, em 1990, para custear iniciativas cujos impactos fossem globais: redução da emissão de gases do efeito estufa, proteção da biodiversidade, proteção de águas fronteiriças, redução da destruição da camada de ozônio, redução da degradação da terra e eliminação de poluidores orgânicos.

Os financiamentos são de pequeno a grande porte (US\$ 25 mil a US\$ 1 milhão) e, ao serem

propostos ao Ministério da Ciência e Tecnologia e durante o ano todo, já precisam contar com a contrapartida de outro financiador.

Áreas elegíveis:

- diversidade biológica;
- mudanças climáticas;
- águas transfronteiriças;
- prevenção da destruição da camada de ozônio;
- degradação da Terra;
- poluidores orgânicos persistentes (Pops).

Algumas características do projeto:

- ser endossado pelo governo do país ao qual se realizará;
- ser replicável em contexto internacional.
- ter base científica e técnica sólida;
- preferencialmente envolver colaboração das comunidades locais;
- contribuir para a qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável.

Plano de Conversão da Dívida Externa para Fins Ambientais

Internacionalmente conhecido como *Debt-For-Nature Swaps*, a conversão da dívida externa em financiamento para projetos ambientais é um instrumento que existe desde os anos de 1980 e serve basicamente para minimizar o efeito negativo do impacto das dívidas externas nos países em desenvolvimento e mitigar a destruição ambiental.

O primeiro caso desse tipo de acordo ocorreu em 1987, entre um grupo de conservação e a Bolívia. Esse grupo pagou parte da dívida externa boliviana em troca de uma grande floresta de preservação. Há dois tipos de conversão:

- a) um país credor perdoa parte da dívida de outro país devedor em troca de concessões ambientais;
- b) há também a possibilidade de uma concessão com sentido comercial: uma instituição financeira vende títulos que possui da dívida externa de um país para uma ONG internacional. Tanto essa venda pode ser feita com substancial desconto ou mesmo os títulos podem ser doados para a entidade que, por sua vez, pode utilizar os títulos para perdoar parte da dívida do país devedor² em troca da aplicação do valor perdoado em ações ambientais. A ONG internacional faz parceria com uma entidade nacional/local para coordenar as ações ambientais, que obviamente deve ter o aval do governo do país onde as ações serão executadas.

No Brasil, o instrumento não só é válido como já possui normatização. O Banco Central, por meio da resolução nº 1.840 e da circular nº 1.988, ambas de 16 de julho de 1991, elaboraram uma primeira legitimação do sistema de conversão para o Brasil. Os interessados devem primeiro obter parecer favorável da Comissão Técnica de Avaliação de Projetos Ambientais, tratada na referida resolução. O segundo passo é apresentar o pedido de autorização ao Departamento de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil com a identificação dos títulos/créditos/dépósitos objetos das doações.

Prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente

Instituído pelo Ministério do Meio Ambiente em 2001, anualmente premia projetos que fomentam o desenvolvimento sustentável na Floresta Amazônica. As ações vitoriosas conquistam divulgação em nível nacional e internacional, além de receberem – no caso dos que ganharem o primeiro lugar – uma bonificação de R\$ 20 mil em cada uma das seis categorias: Liderança Individual; Associação Comunitária; Organização Não-Governamental; Negócios Sustentáveis; Ciência e Tecnologia; e Arte e Cultura.

BNDES

Além de considerar o critério socioambiental na concessão de créditos, oferece suporte para:

- investimentos em meio ambiente que fomentam o desenvolvimento sustentável no Brasil. Linhas de financiamento: saneamento básico; projetos relacionados à gestão de bacias hidrográficas; desenvolvimento da ecoeficiência; recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade; projetos que utilizem o MDL (entre eles o crédito de carbono)³; planejamento e gestão; e recuperação de passivos ambientais;
- eficiência energética (Proesco): podem ser financiados projetos que efetivamente vão contribuir para a economia de energia, tendo as áreas de estudos e projetos; obras e instalações; máquinas e equipamentos; serviços técnicos especializados e sistemas de informação, monitoramento, controle e fiscalização oportunidades reais de financiamento.

Bancos Oficiais

Banco do Nordeste

Sua principal linha de financiamento é o programa Cresce Nordeste, criado para empreendimentos que utilizam a natureza sob o viés

da responsabilidade socioambiental. Podem ser acessados por micro a grandes produtores, sejam rurais ou não, com financiamentos entre R\$ 110 mil e mais de R\$ 35 milhões – no caso das grandes empresas.

Áreas financiáveis: geração de energia alternativa; reconversão energética; manejo florestal e reflorestamento; agropecuária orgânica; criação de animais silvestres; biodiversidade local; estudos, sistemas, certificações e auditorias ambientais; produção mais limpa; equipamentos de controle de poluição; recuperação de áreas degradadas; tratamento de resíduos; entre outros.


Banco da Amazônia

Possui políticas socioambientais de crédito específicas, patrocina projetos sociais e ambientais, financia pesquisas e negócios sustentáveis, além de promover o prêmio Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente, que contempla seus vencedores com bônus de US\$ 100 mil.

Banco do Brasil

Os serviços relacionados ao desenvolvimento sustentável estão concentrados basicamente nos seguintes programas: apoio ao biodiesel; financiamento da produção orgânica; implantação e manejo florestal; fundo ético para investimento em empresas com responsabilidade socioambiental; e eficiência energética. Além da Fundação Banco do Brasil.

Outros fundos públicos

Há ainda outras possibilidades de financiamento público para questões socioambientais. Além do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, gerenciado pelo Ministério da Justiça, há 50 fundos⁴ estaduais – apesar de apenas 18 funcionarem – e 986 municipais – mas com uma parcela em funcionamento menor ainda do que o nível estadual. 

¹ ÁGUA E FLORESTA; CONSERVAÇÃO E MANEJO DA BIODIVERSIDADE; GESTÃO PESQUEIRA COMPARTILHADA; PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL; QUALIDADE AMBIENTAL; E SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS.

² ANUALMENTE, ESSE LIMITE NO BRASIL É DE US\$ 100 MILHÕES.

³ RODRIGUES, EDUARDO MAGALHÃES. CARBONO SOCIAL E CAPTAÇÃO DE RECURSOS. SÃO PAULO: REVISTA FILANTROPIA, EDIÇÕES 32 E 33 (PARTE I E II), 2007-2008.

⁴ NESSE SENTIDO, VALE A PENHA CONSULTAR A REDE BRASILEIRA DE FUNDOS SOCIOAMBIENTAIS.

Eduardo Magalhães. Sociólogo, ensaísta, professor e consultor para o Terceiro Setor. Diretor da ONG Saúde e Cidadania e da empresa Escola para o Terceiro Setor. Membro da International Society for Third-Sector Research (ISTR) e coordenador nacional de projetos da Building and Wood Workers' International (BWWI).

Empreendedorismo e geração de renda própria

Empreendedor competente é aquele que sabe não ser personalista e faz o nome da entidade maior que o seu próprio

Michel Freller
michel@criando.net



Há 60 anos, um grupo de pais de jovens com deficiência mental leve a moderada se reuniu e criou uma ONG que deveria abrigá-los durante o dia. Iniciados os trabalhos terapêuticos, descobriram que a sociedade não iria bancar a instituição e começaram a pensar em produtos que poderiam ser vendidos, para que o resultado entre receita e despesa fosse revertido para a organização se manter e prestar o melhor serviço possível a estes jovens.

Hoje, esta entidade se desenvolveu. Possui loja em shopping center e vende seus produtos como brindes para várias grandes empresas; supermercados revendem seus produtos. Consegue atender cem jovens diariamente em seu galpão, com refeições e atendimento psicológico para toda a família, suprimindo uma necessidade da sociedade.

Uma pessoa que se autodenomina empreendedor social compra remédios no atacado e vende, sem lucro, para a população de uma cidade do Brasil Central. Tem suporte dos laboratórios, que lhe vendem com tabela de atacado, e consegue apoio dos governos municipais para o “seu negócio”. Esquece de alguns *stakeholders*

(público de interesse) importantes como as farmácias locais e do fisco federal – isenção da Cofins. Faz isto com o intuito de atender a missão de sua entidade que não visa lucros, mas, para tanto, remunera familiares.

Outro artesão do litoral paulista reúne jovens para ensinar a sua arte e não cobra nada por isso. Porém, depois, revende os produtos em benefício próprio como justificativa para continuar ensinando. Também vende a arte produzida por ele sob o guarda-chuva da ONG que fundou, dando recibo de donativo para a venda dos produtos – que não é o documento hábil.

Estes são alguns dos casos que já analisamos em nosso escritório, e sempre permanece uma questão: qual a relação do empreendedorismo com este setor que abriga ONGs, associações sem fins lucrativos e fundações, com ou sem qualificação de Oscip ou título de Utilidade Pública? Temos de buscar a sustentação financeira da organização, mas a que preço? Qual a diferença entre os três casos relatados? Quem é o empreendedor social?

Segundo a organização mundial Ashoka Empreendedores Sociais, este personagem é uma pessoa visionária, criativa, prática e pragmática que sabe como ultrapassar obstáculos para criar mudanças sociais significativas e sistêmicas. Possui uma proposta verdadeiramente inovadora, já com resultados de impacto social positivo na região onde atua, e demonstra estratégias concretas para disseminar essa idéia nacional e/ou internacionalmente.

A Ashoka identificou algumas características comuns e aspectos diferenciados do trabalho de líderes sociais com perfil empreendedor, tais como;

- criação de campos de trabalho inteiramente novos na área social;
- criação de novas instituições, mais arejadas e dinâmicas;

- foco em um público-alvo específico, que na maioria das vezes sofre discriminação ao longo dos anos. Com muita persistência, os empreendedores sociais superam as dificuldades e conseguem tornar acessível a esse grupo social noções de organização comunitária e de exercício de cidadania, nunca antes experimentadas.

Como começar?

A questão que se coloca é: qual a diferença de um empreendedor qualquer que começa um negócio e o empreendedor social? Muitas vezes, a entidade que o empreendedor social constrói fica totalmente atrelada a ele, ou seja, ele é seu presidente ou coordenador com salário garantido.

O proprietário de um novo negócio, o microempresário, também contribui para o desenvolvimento da sociedade, para um mundo melhor. Contrata funcionários, paga impostos sobre a venda de seus serviços e produtos. Na verdade, muitos dos projetos de empreendedorismo social são empresas travestidas em negócios sociais. Sem aprofundar mais nesta polêmica, prefiro mostrar as vantagens de um empreendedorismo social de grupo e menos personalista.

Quando um grupo de amigos ou conhecidos resolve se organizar em uma associação sem fins lucrativos, o empreendedor tem visão do que quer atingir e sabe que sozinho não conseguirá. Esta é a essência de uma associação. Ela não começa com um patrimônio, como uma fundação, mas, sim, como uma reunião de pessoas com o mesmo interesse e visão.

É lógico que haverá uma ou duas pessoas que assumirão a liderança da iniciativa e conduzirão o grupo todo, agregando mais homens e mulheres com os mesmos ideais. E, se forem verdadeiros empreendedores sociais, agregarão pessoas que, no futuro, poderão ser

os novos diretores, para que o grupo inicial não se perpetue na direção da associação.

Observamos este tipo de empreendedorismo social coletivo no primeiro caso relatado: uma organização que supera no tempo a maioria das organizações, pois os primeiros empreendedores souberam não ser personalistas e fizeram o nome da entidade maior que o seu próprio. Pensaram em produtos que não tivessem concorrentes e pagaram todos os impostos devidos, emitindo nota fiscal de venda dos produtos – com as isenções possíveis para as ONGs.

As organizações do Terceiro Setor deveriam sempre pensar em meios de diversificar suas fontes de receitas, e uma delas – que sempre recomendamos – é a geração de renda própria. Em algumas ONGs, servirá apenas como mais uma fonte. Em outras, será a estratégia principal, visto que a sua causa não consegue um apoio maior da sociedade, quer de indivíduos ou de empresas.

Sem dúvida, é mais fácil buscar recursos para crianças, educação, meio ambiente, saúde, cultura etc. Porém, quando criamos organizações para cuidar da ressocialização de população carcerária, idosos, deficientes mentais, dependentes de álcool e droga, doentes terminais, a busca de recursos por meio da venda de produtos e serviços torna-se condição indispensável.

Planejamento

Dividimos as organizações em três tipos, de acordo com suas prioridades em relação a quem recebe a receita da venda de produto e serviços:

1. só os beneficiários participam financeiramente. Exemplos: artesanato, comunidade carente, empreendedor social personalista;
2. a instituição e os beneficiários dividem as receitas – não necessariamente 50% para cada: beneficiário produz e pode

3. também beneficiar-se financeiramente; a receita compõe a renda da instituição e faz parte da estratégia de diversificação de fontes de recursos: produtos podem ser fabricados por terceiros e/ou por beneficiários, serviços também podem ser vendidos.

No Plano de Captação de Recursos e Sustentabilidade (PCRS) que elaboramos normalmente, recomendamos os projetos de geração de renda do tipo 3, sempre levando em conta a necessidade da sociedade e todos os *stakeholders* envolvidos.

Os tipos de receitas por meio de geração de renda própria mais comumente encontrados são:

- taxas de associados: poderão ser associados votantes ou mantenedores – conceito mais moderno;
- venda de serviços: consultorias e assessorias, cursos, *web design*, guias de ecoturismo, educação e saúde, palestras motivadoras e/ou esclarecedoras para funcionários de uma empresa;
- venda de produtos: bazar com produtos usados ou novos, doces e salgados, artigos institucionais (canetas, chaveiros etc), artesanato, leilões de arte, *royalties*;
- Marketing Relacionado à Causa (MRC), como o McDia Feliz, Colgate Herbal / SOS Mata Atlântica;
- aluguel de imóveis – recebidos por doação ou comprados –, aluguel de salas ou salão ociosos;
- rendimento de patrimônio (*endowment fund*): receita de juros sobre recursos aplicados no mercado financeiro.

Valem algumas dicas sobre o que é necessário para empreender um projeto social que tenha a geração de renda própria como uma parte importante da receita: conhecimento profundo

“Se forem verdadeiros empreendedores sociais, agregarão pessoas que, no futuro, poderão ser os novos diretores, para que o grupo inicial não se perpetue na direção da associação”

do que se está fazendo ou executando; noções da lógica de mercado; formação de preços; logística e distribuição; marketing; produção própria ou terceirizada; planejamento estratégico para os próximos cinco anos; capacidade financeira para o investimento inicial; plano de negócio; planejamento e gestão; profissionais capacitados; adequação legal; e escala.

Todos estes itens são muito importantes, e sua ordem descrita não é uma lista de prioridades. Sem dúvida, a criatividade, o planejamento e o desenho de produtos inovadores são a chave do sucesso. ☺

Michel Freller. Administrador pela Fundação Getúlio Vargas, palestrante, facilitador, consultor, professor, vice-presidente da ABCR-Associação Brasileira de Captadores de Recursos e diretor da Consultoria Criando.

Links

- www.adere.org.br
- www.artesol.org.br
- www.ashoka.org.br
- www.criando.net
- www.lojaverde.com.br
- www.nesst.org



Participe do maior evento paranaense de Cidadania e Responsabilidade Social. Haverá palestras, mini-cursos, exposição de projetos e debates, divulgando iniciativas de cidadãos, cidadãs, empresas e governos.

De 6 a 9 de agosto de 2008

Local: FIEP - Pavilhão Horácio Coimbra
Av. Comendador Franco nº 1341
Jardim Botânico - Curitiba-PR

Informações e inscrições

www.mostradeacaovoluntaria.org.br / (41) 3322-8076

Realização



Apoio Institucional



Patrocínio Ouro



Patrocínio Prata



Apoio



Certificação das entidades beneficentes e isenção/imunidade de contribuições sociais

Poder Executivo utiliza projeto de lei nº 3.021/2008 para criar nova regras

Sergio Roberto Monello
atendimento@sergiomonello.com.br



As organizações sociais assistem, mais uma vez, a pretensão de ser disciplinada a execução de suas atividades e de sua qualificação, bem como o estabelecimento de regras para o gozo de sua imunidade de contribuições sociais, conceituada de modo equívoca como isenção. Por meio do projeto de lei nº 3.021/2008, o Poder Executivo busca criar novas regras para certificação das entidades beneficentes de assistência social e, ainda, regulamentar a isenção (imunidade) das contribuições sociais.

- **Aspectos gerais:** este projeto de lei objetiva dividir e distribuir as entidades beneficentes de assistência social de acordo com sua natureza, chegando ao ponto de obrigar a divisão e descentralização da pessoa jurídica em várias outras, com objetivo de direcioná-las à supervisão de cada ministério a que estarão sujeitas suas atividades.
- **Aspectos constitucionais:** além da interferência estatal nas entidades, o grande equívoco do PL é tratar a imunidade de contribuições para a Seguridade Social, prevista no parágrafo 7º do art. 195 da Constituição Federal, como se fosse efetivamente isenção, como foi tratado pelos decretos nº 752/93 e nº 2.536/98, além da manutenção da exigência de prestação de serviços gratuitos para compensar a desoneração tributária usufruída.

O PL nº 3.021/2008 fere o art. 5º, inciso XXXVI da Constituição Federal ao revogar o art. 55 da lei nº 8.212/91. O parágrafo 1º do art. 55 da lei nº 8.212/91, em plena consonância com a Constituição Federal, reconhece o direito adquirido das entidades beneficentes de assistência social que estavam no gozo da isenção (imunidade) de contribuições para a Seguridade Social por força do decreto-lei nº 1.572/77. Ora, o inciso XXXVI do art. 5º da Constituição Federal dispõe que a “lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

Portanto, a Constituição Federal está sendo ferida pela omissão e exclusão do reconhecimento do direito adquirido assegurado às entidades beneficentes de assistência social que gozavam da isenção da quota de Previdência Social em 1º de setembro de 1977. O art. 32 do novo PL dispõe que a organização que atue em mais de uma das áreas de atividades, ou seja, educação, saúde e assistência social, deve, no prazo de 12 meses da publicação da lei, criar tantas pessoas jurídicas quanto suas atividades, ou seja, determina a cisão de atividades.

Esta sugestão do projeto de lei, embora salutar para a administração de algumas entidades beneficentes, fere o art. 5º, inciso XVIII da Constituição Federal, que estabelece que “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência

“O PL está ferindo frontalmente o art. 5º, inciso XVIII da Constituição Federal, visto que o Estado não pode de maneira alguma interferir no funcionamento das organizações sociais”

estatal em seu funcionamento”. Ora, ao assim dispor, o PL está ferindo frontalmente o art. 5º, inciso XVIII da Constituição Federal, visto que o Estado não pode de maneira alguma interferir no funcionamento das organizações sociais.

Para melhor organização das entidades beneficentes e acompanhamento pelos ministérios a que suas atividades estiverem sujeitas, o projeto poderia sugerir que sejam criadas pessoas jurídicas distintas por cisão/desmembroamento, mas nunca determinar o procedimento de separação às entidades já existentes.

Incorre no mesmo equívoco dos decretos nº 752/93 e nº 2.536/98, ao determinar no art. 14 que as organizações beneficentes de assistência social educacionais devam aplicar anualmente em gratuidade pelo menos 20% da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, locação de bens, venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e doações particulares, cujo montante nunca será inferior à isenção de contribuições sociais usufruída. Quanto à entidade da área da saúde, para ser considerada de assistência social e fazer jus à certificação (art. 4º do PL), deve ofertar a prestação de todos os seus serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), no percentual mínimo de 60%, e comprovar anualmente o mesmo percentual em internações realizadas, medida por paciente-dia.

Pela redação do art. 14 do PL, o Estado faz com que a entidade beneficente de assistência social educacional pague sua isenção de contribuições sociais usufruída com gratuidades. Sem levar em conta o conceito de imunidade, mas utilizando-se do conceito de isenção, verifica-se que o art. 14 do PL desrespeita o próprio conceito legal de isenção, visto que esta “é a dispensa de pagamento de um tributo devido”, e não pagamento ou mesmo

compensação por outro meio. Ao conceder gratuidades que lhes consomem recursos, a organização está pagando as contribuições sociais como se devidas fossem.

Ao exigir que a entidade beneficente de assistência social educacional conceda gratuidades em valor acima do valor da isenção sobre as folhas de pagamento, o Estado está exigindo delas o pagamento de contribuições sociais em valor acima daquele que as empresas pagam. Tal procedimento, além de inconstitucional, viola princípios de Direito Previdenciário e Tributário e o Código Tributário Nacional (lei nº 5.172/66).

Portanto, pelo preceituado no art. 14 do PL, não existe isenção de contribuições sociais, mas uma maneira diferente de pagá-las, em detrimento do disposto no parágrafo 7º do art. 195 da Constituição Federal. Também, pelo mesmo projeto de lei, o Estado está condicionando o exercício do direito de imunidade à concessão de gratuidades para as entidades beneficentes de assistência social da educação e, para as entidades beneficentes de assistência social da saúde, a opção pelo SUS, sobrepondo a toda a doutrina do Direito que trata da imunidade.

- **Aspectos legais:** ao revogar o art. 55 da lei nº 8.212/91, o projeto de lei está ignorando e suprimindo a disposição legal que dispõe tanto sobre o direito adquirido das organizações de assistência social quanto sobre a isenção (imunidade) de contribuição para a Seguridade Social. Por força do art. 55 da lei nº 8.212/91, a entidade beneficente de assistência social da saúde, da educação e da assistência social não sofrem a incidência de contribuições sociais sobre suas folhas de pagamento (art. 22).

E mais, para aquelas que gozavam da isenção da quota patronal de previdência social em 1º de setembro de 1977 e

atendiam à legislação vigente anterior, ficou-lhes ressaltado no parágrafo 1º desse artigo o direito adquirido a essa isenção, em decorrência do disposto no decreto-lei nº 1.572 de 1º de setembro de 1977. Pelo projeto de lei, é vedado às entidades beneficentes dirigir suas atividades a público restrito, categoria ou classe, ou ainda, visar o benefício exclusivo de seus associados.

- **Aspectos administrativos:** para que as atuais organizações de assistência social, assim reconhecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que atuam em mais de uma área – ou seja, saúde e/ou educação e/ou assistência social –, queiram continuar gozando da isenção (imunidade) de contribuições para a Seguridade Social, pelo art. 32 do projeto de lei, serão obrigadas a proceder à cisão/desmembroamento de suas atividades, com criação de pessoas jurídicas distintas para cada pessoa jurídica.

Este procedimento de separação de atividades pode ser salutar à entidade beneficente, visto que em cada uma de suas áreas de atividades poderá segregar adequadamente seus custos e proceder a uma melhor administração.

- **Aspectos religiosos:** com a disposição contida no art. 32 do PL, as atividades religiosas também devem ser separadas das demais áreas, da mesma maneira que ocorre em saúde, educação e assistência social. Com a cisão/desmembroamento das atividades religiosas, as organizações podem se constituir corretamente como tal, como estabelece o Código Civil Brasileiro (lei nº 10.406/02).

Sergio Roberto Monello. Advogado, contabilista, professor, Salesiano cooperador, sócio da Advocacia Sergio Monello e do Escritório Contábil Dom Bosco.

 **ARA-ATUALIZA**

Grupo Arilton Portella

- ▶ Contabilidade entidades do 3º setor
- ▶ Assessoria no Setor de Recursos Humanos inclusive na elaboração de folhas de pagamentos
- ▶ Assessoria e Consultoria Jurídica para entidades do 3º Setor

Rua Izidoro Chanoski, 157 - Vista Alegre
Curitiba - Paraná - CEP 80820-580
Tel. (41) 3335-3437
Fax. (41) 3336-2814

www.ara-atualiza.com

Estabilidade à gestante

Não há perda da estabilidade da gestante devido ao falecimento de seu filho. Os legisladores nada previram sobre isso nem condicionaram a estabilidade ao nascimento com vida da criança. Esse foi o entendimento da 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao julgar o recurso de revista de uma funcionária carioca demitida quando estava com aproximadamente dois meses de gravidez. Enquanto a ação tramitava, a gestante teve parto prematuro aos seis meses e, cinco dias depois do nascimento, sua filha faleceu. A decisão garantiu à trabalhadora a estabilidade por cinco meses, tendo como marco inicial a data do parto.

i www.tst.gov.br

Disponível ao empregador

O tempo gasto pelo motorista em viagem realizada para cumprir escala de trabalho, por exemplo, quando vai assumir a direção do veículo em outro município, integra a jornada do empregado para todos os efeitos legais, pois configura tempo à disposição do empregador. Essa foi a decisão da 1ª Turma do TRT-MG, com base em voto da desembargadora Deoclécia Amorelli Dias, ao negar provimento a recurso de empresa de transporte coletivo que protestava contra as horas extras deferidas ao reclamante em primeiro grau.

i www.trt.gov.br

Doação simultânea de alimentos

A resolução nº 28/2008 regulamenta a sistemática e as condições de aquisição e doação simultânea de alimentos da agricultura familiar, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) será responsável pela modalidade de Compra da Agricultura Familiar, com doação simultânea aos agricultores familiares enquadrados no Pronaf, desde que organizados em cooperativas ou associações. Os alimentos adquiridos serão doados para instituições governamentais ou não-governamentais para atendimento a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

i www.conab.gov.br

Prestação de contas

A Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) prorrogou o prazo para a prestação de contas eletrônicas e a validade das certidões das entidades de Utilidade Pública Federal (UPF) e das organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips). As prestações de contas referentes ao exercício de 2007 deverão ser entregues até o dia 31 de julho deste ano, conforme portaria nº 16, publicada no Diário Oficial da União de 14 de abril.

i www.mj.gov.br

Aviso prévio

Durante o prazo do aviso prévio concedido pelo empregador, a jornada de trabalho do funcionário deve ser reduzida em duas horas diárias, sem prejuízo da remuneração. Entretanto, a lei permite ao trabalhador optar por trabalhar sem a redução mencionada, caso em que poderá faltar ao serviço durante o prazo do aviso prévio – sete dias corridos – também sem prejuízo da remuneração. Esta opção também não implica o término antecipado do aviso prévio e do contrato de trabalho. Os prazos, tanto do contrato de trabalho como do aviso prévio, continuam a fluir normalmente até o 30º dia do aviso. Assim, a data da baixa na CTPS será a que corresponder ao 30º dia do aviso prévio trabalhado, e a homologação, se for o caso, bem como o pagamento das verbas rescisórias, ocorrerá no 1º dia útil após o fim do aviso.

i www.mte.gov.br

Débitos trabalhistas

Valores devidos ao trabalhador devem ser atualizados pelos índices previstos em lei para débitos trabalhistas até a data do levantamento do crédito, ainda que os depósitos judiciais recebam a correção paga à caderneta de poupança. A decisão é da 10ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, ao dar provimento a agravo de petição interposto por ex-funcionário de uma indústria multinacional. A partir do acórdão, foi determinado o prosseguimento da execução até o integral pagamento das diferenças devidas. O credor argumentou que teria direito à incidência da atualização monetária e juros relativos aos créditos trabalhistas mesmo após a efetivação do depósito judicial, que aconteceu em 31 de outubro de 2001.

i www.trt15.jus.br

Câncer de mama versus isenção de impostos

Mulheres mastectomizadas podem comprar um automóvel zero km com câmbio automático e direção hidráulica com isenção de impostos como IPI, ICMS, IPVA e liberados de rodízio. No caso da mastectomia, perde-se parte da força no braço em razão de esvaziamento das glândulas axilares. O primeiro passo para a conquista é renovar ou tirar a carteira de habilitação, quando a mulher passa pela avaliação de um médico cadastrado pelo Detran, que provará a mobilidade reduzida. É interessante já levar os exames que comprovam a mastectomia. Existem auto-escolas especializadas que oferecem carros automáticos para os exames práticos. Depois de estar com a habilitação em mãos, inicia-se a entrada nos pedidos de isenções na Secretaria da Fazenda Estadual.

i www.denatran.gov.br

Direito adquirido

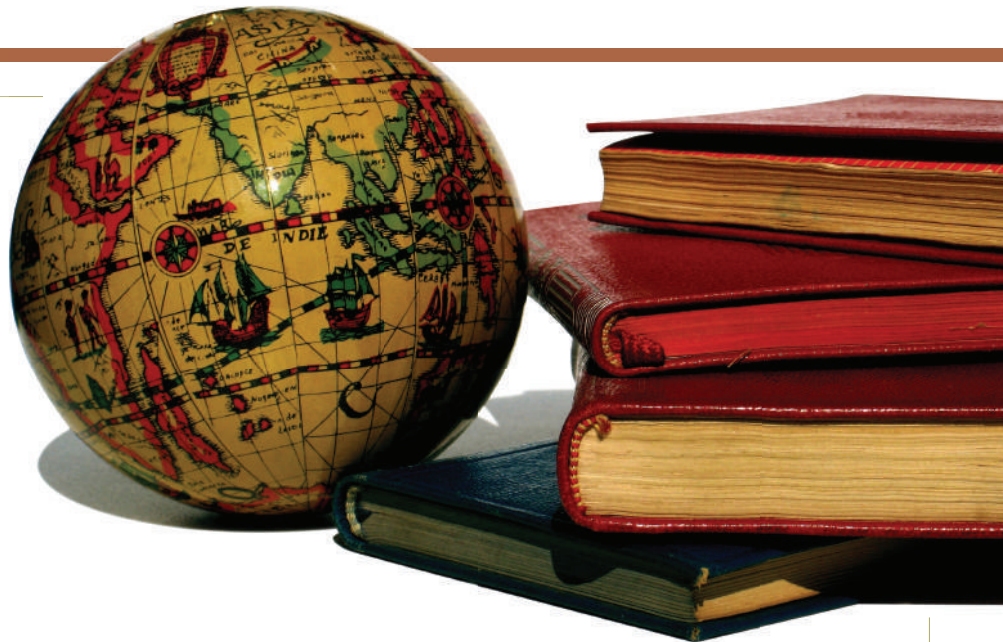
Súmula aprovada pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) pacifica a questão do direito adquirido para a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas). De acordo com o enunciado nº 352 "a obtenção ou a renovação do Cebas não exige a entidade do cumprimento dos requisitos legais supervenientes". Em relação à manutenção do certificado, a Primeira Seção do STJ compreendia inicialmente que a entidade reconhecida como de caráter filantrópico, antes da publicação do decreto-lei nº 1.572/77, possuía direito adquirido. Todavia, ao longo dos anos tal entendimento foi superado, culminando no enunciado em epígrafe.

i www.stj.gov.br

Bolsas do ProUni

As instituições de ensino superior, com ou sem fins lucrativos, inclusive beneficentes de assistência social, que tenham aderido ao Programa Universidade para Todos (ProUni), poderão oferecer bolsas complementares àquelas exigidas em função da adesão ao programa, conforme determina a portaria nº 1/2008. Tais bolsas caracterizam-se como parciais de 25%, oferecidas adicionalmente àquelas previstas nos termos de adesão ao ProUni e àquelas previstas no art. 8º do decreto no 5.493/2005. Como de costume, as bolsas serão concedidas a brasileiros não-portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal *per capita* não exceda o valor de até três salários-mínimos.

i <http://portal.mec.gov.br>



Imposto de Renda

As diferenças salariais recebidas em decorrência de sentença judicial são tributadas pelo Imposto de Renda de acordo com a natureza do rendimento: a) os rendimentos tributáveis, inclusive juros e correção monetária, sujeitam-se à incidência do Imposto de Renda na Fonte no mês do efetivo recebimento e na Declaração de Ajuste Anual; b) as férias são tributadas em separado quando do seu recebimento e somadas aos demais rendimentos na Declaração de Ajuste Anual; c) o 13º salário é tributado em separado, exclusivamente na Fonte. Os rendimentos isentos ou não-tributáveis não integram a base de cálculo para efeito de incidência do Imposto de Renda na Fonte e na Declaração de Ajuste Anual.

i www.receita.fazenda.gov.br

Crédito-prêmio IPI

O Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), proferiu a primeira decisão da corte que declara diretamente a extinção do crédito-prêmio IPI em junho de 1983. Disputa bilionária movida por exportadores pelo reconhecimento da vigência do benefício fiscal até hoje, o caso ainda não foi julgado no Supremo. Criado em 1969, o benefício confere um crédito de até 15% sobre o valor das exportações de bens industrializados. A União alega sua extinção em 1983, enquanto que os contribuintes argumentam que ele não foi extinto até hoje. O STJ, que até 2004 concordava com os contribuintes, passou a entender, desde o ano passado, que o crédito foi extinto em 1990. Como a maioria dos processos foi ajuizada depois de 1994, o resultado do STJ significará perdas quase completas a empresários e advogados.

i www.stj.gov.br

Financiamento estudantil

O Ministério da Educação pretende suprir carências educacionais e de saúde pública com a inserção de profissionais formados com auxílio do Financiamento Estudantil (Fies). De acordo com o MEC, a adesão não seria obrigatória e, sim, uma maneira de quitar os empréstimos feitos junto ao governo. São recursos que a União deixa de receber e que ampliariam as ações face às necessidades educacionais. A inadimplência média do programa, para todos os cursos, é de aproximadamente 23%.

i <http://portal.mec.gov.br>

Auxílio-creche para o pai

Aconteceu na iniciativa privada, mas poderia ser em qualquer entidade do Terceiro Setor. A 9ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região decidiu que um ex-funcionário de hospital receberá 20% do salário a título de auxílio-creche. Os juízes seguiram o voto da relatora, Jane Granzoto Torres da Silva, no sentido de que a norma coletiva assinada entre empregadores e sindicato da categoria não faz qualquer distinção quando ao gênero do funcionário. O acordo diz que o trabalhador, com filho de menos de seis anos, tem direito a adicional de 20%, se a empresa não tem creche. Para a juíza, como o trabalhador preenche os dois requisitos, não se pode alegar que, por ser homem, ele está impedido de receber o direito.

i www.mte.gov.br

Adicional noturno 1

O trabalho realizado em horário noturno, seja na área urbana ou rural, exige maior esforço do organismo humano por se desenvolver em período que normalmente seria destinado ao repouso do trabalhador, além de poder gerar sérias dificuldades no relacionamento familiar do trabalhador, comprometendo inclusive o seu bem-estar social. Nas atividades urbanas, considera-se noturno o trabalho executado entre 22h e 5h. Nas atividades rurais: entre 21h e 5h, na lavoura; e 20h e 4h, na pecuária.

Adicional noturno 2

A CLT, em observância ao disposto no art. 7º, inciso IX da Constituição Federal, que assegura remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, garante aos empregados urbanos que trabalham em horário noturno um adicional de 20%, no mínimo, sobre a hora diurna. Para os trabalhadores rurais, a legislação específica determina que o trabalho noturno seja remunerado com o acréscimo de, no mínimo, 25% sobre a remuneração normal.

i www.mte.gov.br



O que é contrato de gestão?

De acordo com a lei federal nº 9.637/98, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, visando à celebração de parceria para fomento das atividades. O contrato de gestão deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade. Ainda, deve especificar o programa de trabalho proposto pela organização social; definir as metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução; prever critérios objetivos de avaliação de desempenho, mediante indicadores de qualidade e produtividade; assim como estipular os limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das organizações sociais, além de prever demais cláusulas relativas às bases contratuais.

Em quais casos a Escrituração Contábil Digital deve ser utilizada?

A Receita Federal do Brasil vem adotando práticas de fiscalização, cada vez mais eficazes, sobre a situação econômica e tributária de seus contribuintes. Em decorrência desse acompanhamento, foi instituído o sistema de Escrituração Contábil Digital (ECD), que será utilizado pelas pessoas jurídicas, estabelecidas pela Coordenação Especial de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (Comac), com base em diversas variáveis. O ECD compreenderá a versão digital do Livro Diário, Livro Razão, Livro Balançetes Diários, Balanços e Fichas de Lançamento, sendo os mesmos assinados em formato eletrônico, por meio da infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), e transmitidos à Receita Federal. Todavia, a portaria RFB nº 11.211/2007 estabelece em seu artigo 4º, parágrafo 1º que, além das indicações da Comac, poderão ser objeto deste acompanhamento diferenciado pessoas jurídicas "imunes, isentas ou beneficiárias de incentivos fiscais". Não há, no entanto, nenhuma obrigatoriedade, até a presente data, para que todas as entidades, indistintamente, realizem qualquer prestação de contas por este meio, devendo-se aguardar, em cada caso específico, prévia, determinação da Receita Federal.

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) incide sobre a doação de entidade sem fins lucrativos?

A norma constitucional contida no art. 150, VI, linha "c" da Constituição Federal confere imunidade tributária às instituições sem fins lucrativos de educação e de assistência social, dentre outras. Primeiramente, há de se avaliar a legislação estadual, a fim de verificar se o legislador previu hipótese de não-incidência via isenção. A título de exemplificação, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo estabelece no art. 4º, do decreto nº 46.655/2002 (Regulamento do ITCMD), as hipóteses de não-incidência do imposto na transmissão de bens ou de direitos ao patrimônio, contemplando em seu rol os templos de qualquer culto e as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos. Neste caso, basta a entidade procurar a Secretaria da Fazenda de seu estado e requerer o reconhecimento do seu direito por via administrativa. Caso o pedido seja negado ou se não houver a previsão legal para tanto, a entidade deve se valer dos meios judiciais cabíveis, visando o reconhecimento à imunidade Constitucional.

Uma entidade precisa manter um Conselho Fiscal em sua Diretoria Executiva?

Em geral, o Conselho Fiscal tem por competência fiscalizar toda a conduta da entidade na esfera financeira. Dessa maneira, o Conselho Fiscal se responsabiliza pela emissão de pareceres sobre os balanços e demonstrações contábeis de cada exercício fiscal anterior à assembléia geral. Muito embora tenha prestígio tarefa, não é o órgão obrigatório para o funcionamento legal das entidades. Portanto, cabe a cada organização decidir, guardadas as nuances legais, sobre a criação ou não do mencionado conselho. Exceções feitas às Oscips, cuja exigência se verifica como condição à obtenção da titulação, e às entidades educacionais de ensino superior que, por exigência de legislação própria, devem manter um Conselho Fiscal em sua Diretoria Executiva.

Se a entidade promover o pagamento dos estudos de seus funcionários, esse valor deve incorporar o salário?

O pagamento de verbas educacionais, quando tiver a finalidade de complementar o salário, será considerado como salário *in natura* e, assim, incorporado como salário-de-contribuição. Todavia, os valores recebidos para incentivar a formação profissional, muito bem caracterizada desde o princípio, não podem ser considerados como salário *in natura*, já que não retribuem o trabalho efetivo. Com isso, não integram a remuneração do empregado, visto que a verba está sendo disponibilizada para o trabalhador e não pelo trabalho. A própria legislação trabalhista, no artigo 458, parágrafo 2º, inciso II, estabelece que não são consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador: educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático.

É preciso aprovação em assembléia geral para a criação de uma filial da entidade?

É necessário que tal disponibilidade de abertura esteja prevista em estatuto, uma vez que este instrumento é objeto de análise junto à Receita Federal do Brasil, órgão competente para o registro do CNPJ. Tanto para incluir essa possibilidade em estatuto como para encerrar as atividades de uma filial, é necessário, previamente, que haja a respectiva deliberação em assembléia geral.

Julho

Dia	Obrigação	Fato gerador
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged) – 1ª via	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em junho/08
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de junho/08
	DCTF Mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em maio/08
10	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência junho/08, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em junho/08
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência junho/08 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
15	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em junho/08
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em junho/08
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30/6/08
31	Previdência Social	Recolhimento em GPS, da competência junho/08, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/7/08
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo), correspondente aos fatos geradores ocorridos em maio/08
	Contribuição Sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em junho/08. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
31	IRPF – 4ª quota	Pagamento da 4ª quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste relativa ao ano-calendário de 2007, acrescida de juro de 1%
	Envio de documentos ao Ministério da Justiça	Obrigação da entidade filantrópica perante o Ministério da Justiça, do envio de documentos com referência ao Título de Utilidade Pública Federal por meio do sistema CNEs

Agosto

Dia	Obrigação	Fato gerador
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged) – 1ª via	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em julho/08
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de julho/08
	DCTF Mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em julho/08
9	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência julho/08, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em julho/08
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência julho/08 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
15	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em junho/08
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em junho/08
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 31/7/08
29	Previdência Social	Recolhimento em GPS, da competência julho/08, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/7/08
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo), correspondente aos fatos geradores ocorridos em junho/08
	Contribuição Sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em julho/08. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
29	IRPF – 5ª quota	Pagamento da 5ª quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste relativa ao ano-calendário de 2007, acrescida de juro de 1%

Tabelas práticas

Contribuições previdenciárias (INSS)

1 – Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso

Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF
de	até		
-	R\$ 868,29	8%	8%
R\$ 868,30	R\$ 1.447,14	9%	9%
R\$ 1.447,15	R\$ 2.894,28	11%	11%

2 – Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)

Salário de contribuição		Alíquotas para fins de recolhimento ao INSS		
de	até	empregado	empregador	total
-	R\$ 911,70	8%	12%	20%
R\$ 911,71	R\$ 1.519,50	9%	12%	21%
R\$ 1.519,51	R\$ 3.038,99	11%	12%	23%

3 – Segurado: contribuinte individual e facultativo

A partir da competência abril/03, para os segurados contribuinte (individual e facultativo) o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição

4 – Salário-mínimo

Período	Valor
maio/04 a abril/05	R\$ 260
maio/05 a março/06	R\$ 300
a partir de abril/06	R\$ 350
a partir de março/08	R\$ 415

5 – Salário-família

Remuneração	Valor
Até R\$ 472,43	R\$ 24,23
De R\$ 472,44 até R\$ 710,08	R\$ 17,07

IR – Fonte e Carnê Leão (2007)

Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir
até R\$ 1.372,81	-	isento
de R\$ 1.372,82 até R\$ 2.743,25	15%	R\$ 205,92
acima de R\$ 2.743,25	27,50%	R\$ 548,82

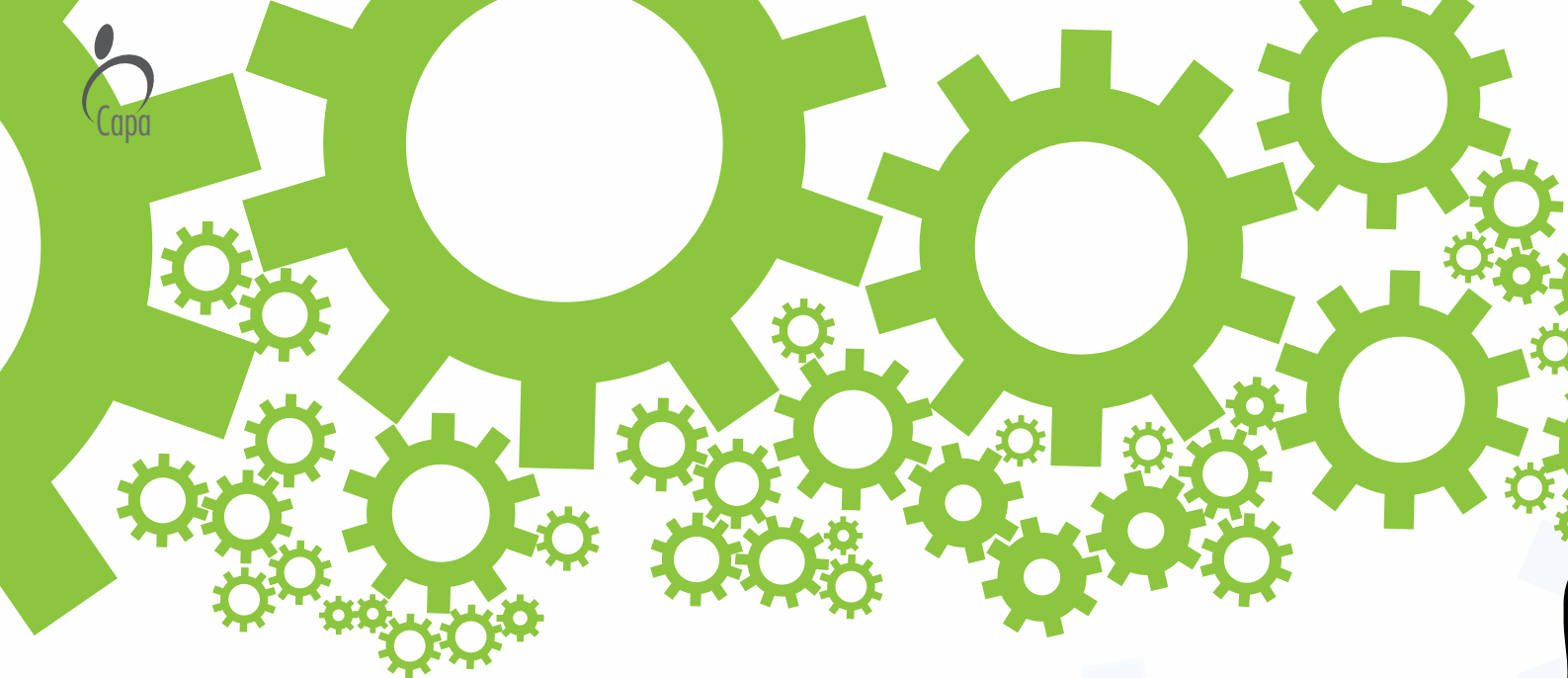
Deduções admitidas:

- Por dependente, o valor de R\$ 137,99 por mês.
- Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.372,81 por mês, a partir do mês que o contribuinte completou 65 anos de idade.
- As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais.
- As contribuições para a Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

Cálculo do imposto:

- Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas.
- Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtraí-se a parcela a deduzir.

*Tabelas sujeitas a alterações.



Instituição de um Departamento de Mobilização de Recursos

Profissionalização da área é cada vez mais essencial
para garantir o futuro das organizações sociais





Nos dias de hoje, já é seguro dizer que a captação de recursos é a engrenagem que move uma organização social. Sem ela, as ações perdem força e visibilidade, o que faz com que também sejam perdidas oportunidades de crescimento e parcerias. A atividade de captação é tão importante para a manutenção de uma entidade social como o motor é para o funcionamento do carro. Por isso, a profissionalização da área se faz cada vez mais necessária.

Nos Estados Unidos, por exemplo, isso acontece há cerca de 30 anos, e os salários do Terceiro Setor são bem maiores que no Brasil. “Muitas organizações existem hoje e não possuem um departamento de mobilização de recursos. Talvez seja herança de modelos de financiamento da cooperação internacional, do governo ou de prestação de serviço”, conta Rodrigo Alvarez, coordenador de Mobilização de Recursos do Instituto Elos Brasil, consultor da The Resource Alliance no país e vice-presidente de Desenvolvimento Institucional da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR).

Porém, com o desenvolvimento do Terceiro Setor e organizações cada vez mais preparadas, essa realidade precisa mudar para a sobrevivência das próprias entidades. Segundo Aduino Basílio, diretor de Captação de Recursos da SOS Mata Atlântica – organização que desde 1986 atua na proteção da natureza na valorização do patrimônio –, é possível, sim, manter uma entidade sem ter um departamento especializado em captar pessoas e recursos. Porém, isso depende de sua condição de credibilidade, atuação e articulação. Mesmo assim, se quiser crescer, precisa se profissionalizar.

“Além da criação e negociação dos mecanismos de captação, essa área também é responsável pela transparência junto ao patrocinador, bem como por todo o relacionamento durante a execução da aplicação dos recursos captados. Isso é o que garante a continuidade dos investimentos”, explica.

Perfil profissional

Ter envolvimento com a causa é o principal requisito para o cargo de captador de recursos. “Sempre que me perguntam quem deve exercer esse papel, eu respondo: tem de ter o B.O. (brilho nos olhos)”, conta Marcelo Estraviz, presidente da ABCR. “Isso mostra que alguém simplesmente acredita na causa, está nela de corpo e alma, dedicado e pronto para conquistar novos aliados”.

A vontade de ajudar e contribuir para alguma causa social é grande na sociedade e também nas empresas. O papel das organizações é, então, conquistar esse espírito solidário para a sua causa, facilitando o processo da doação e do investimento. Para isso, além da paixão pelo trabalho realizado, é necessário também ter uma equipe profissional e capacitada para a função.

“O grupo precisa de pessoas com boa comunicação oral e escrita, postura ética, perseverança e capacidade de articulação, tanto com a iniciativa privada quanto com o poder público”, explica Danilo Brandani Tiisel, coordenador da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP e diretor da Consultoria Criando. Além disso, é preciso saber planejar, definir e implementar as estratégias de captação de recursos adequadas para a entidade.

Para Basílio, da SOS Mata Atlântica, as organizações partem do princípio que devem buscar doações junto à iniciativa privada e à sociedade ou junto ao governo. “Portanto, uma área de captação de recursos capacitada e organizada garante a subsistência da ONG, mudando o conceito de captação, ou seja, profissionalizando, falando a linguagem dos empresários. Oferecemos um produto ou uma campanha de boas práticas, e não mais ‘passamos o chapéu’ em busca de doações. Isso dá consistência para que mais projetos em longo prazo sejam desenvolvidos.”

Saber “pedir o que se quer” e convencer as pessoas de que sua causa é digna de ser abraçada também faz parte do trabalho do captador. Por isso, é necessário saber quais são as necessidades reais da organização para que as

oportunidades apareçam e, principalmente, de onde o apoio pode surgir.

Por exemplo, se a organização deseja focar em indivíduos e escolher estratégias de marketing direto, esse profissional deve entender de marketing direto. Se escolher captar recursos da cooperação internacional, deve ser uma equipe com bom trânsito nos órgãos de fomento internacional, além de saber escrever bons projetos. Por isso, não é possível definir somente um tipo de captador de recursos.

No Projeto Quixote, Oscip existente desde 1996 e que atua com crianças e jovens em situação de risco social, a área responsável

pela captação de recursos conta com um coordenador com nível superior e cinco anos de experiência no Terceiro Setor, um assistente de captação e comunicação e dois assistentes comerciais: um para produtos e projetos de marketing relacionados à causa e outro para a venda de serviços da agência.

“Além desses profissionais, a coordenação do Quixote participa ativamente da captação”, conta Bettina Grajcer, coordenadora de Parcerias, que tem como foco a profissionalização da gestão da captação de recursos. “Queremos garantir cada vez mais a transparência na prestação de contas, a comunicação dos resultados para todos os *stakeholders*, a busca da sustentabilidade por meio do financiamento de projetos, apoios institucionais, doações e venda de produtos e serviços.”

Planejar para começar

Antes de se pensar nas ações necessárias para a captação de recursos, é necessário traçar estratégias e metas a serem alcançadas. Para começar, deve-se definir a justificativa, ou seja, o motivo da arrecadação dos recursos. Assim, é preciso checar a credibilidade e as necessidades da organização, seu tamanho e as metas do projeto em questão. Depois, vem a liderança.

É importante que as pessoas que estão na diretoria ou conselho da organização social participem das atividades e do próprio processo de captar recursos. Por fim, vem a pesquisa de doadores, ou seja, definir as fontes de captação. É importante também se ater a outras questões: verificar qual é o problema social sobre o qual o projeto atua, que organizações têm a mesma atuação, analisar os objetivos e metas e estudar estratégias para alcançá-los.

Para 2008, o Projeto Quixote, por exemplo, tem uma meta específica: “Vamos construir uma sede própria e estamos viabilizando parceiros para garantir a sustentabilidade do novo espaço”, explica Bettina. “Acreditamos que a transmissão de nosso aprendizado por meio de cursos e consultorias também pode nos trazer resultados financeiros, assim como ações de marketing em parceria com a iniciativa privada. O bom relacionamento que mantemos com os nossos atuais financiadores possibilita a continuidade de grande parte dos projetos desenvolvidos.”

Assim, estudar estratégias para metas definidas já é um bom começo no planejamento da captação. “A mobilização efetiva dos recursos nada mais é que o resultado da

implantação com sucesso de um plano estratégico de captação de recursos, documento que define e direciona todas as atividades da área de desenvolvimento institucional”, diz Tiisel.

A principal dificuldade é que muitas organizações não sabem como começar um departamento de captação de recursos, levando o assunto sem tentar a profissionalização. “A organização pode conseguir, no futuro, ter um departamento desenvolvido de mobilização de recursos. Como isso pode ser um passo muito grande para algumas organizações, pelo menos definir quem será a pessoa que pode dedicar um dia da semana para organizar a atividade já é um bom começo”, comenta Alvarez.

Se não assumir isso como algo estratégico, a organização pode ficar na mão dos intermediários, que oferecem “ajuda” e cobram comissões para fazer com que o dinheiro chegue à entidade.

Fontes financiadoras

As organizações sociais do Brasil, que antes dependiam muito da cooperação internacional, atualmente precisam encontrar outras fontes locais para captar recursos. Assim, a busca é mais diversificada e abre portas para contatos com diversos tipos de possíveis financiadores, aumentando também as possibilidades de arrecadação.

As empresas brasileiras já dão o exemplo do aumento da participação no Terceiro Setor, com a crescente importância da responsabilidade social e ambiental. De acordo com a pesquisa “Ação Social das Empresas”, realizada recentemente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a participação empresarial na área social passou de 59% em 2000 para 69% em 2001. Isso significa que, no último ano da pesquisa, as empresas investiram R\$ 4,7 bilhões em organizações e projetos sociais.

O estudo também mostrou que a alimentação é a área prioritária de atendimento, englobando 52% das ações, seguida pela assistência social, com 41%. A criança continua sendo o principal interesse das empresas, atingindo 63% dos investimentos, mas ações em prol de idosos e portadores de doenças aumentaram, envolvendo, respectivamente, 40% e 17% das empresas.

De acordo com a publicação “Captação de diferentes recursos para organizações da sociedade civil”, de Célia Cruz e Marcelo Estraviz, as fontes que podem ser financiadoras têm vantagens específicas:

“Uma área de captação de recursos capacitada e organizada garante a subsistência da ONG, mudando o conceito de captação, ou seja, profissionalizando, falando a linguagem dos empresários”
Adauto Basílio, da SOS Mata Atlântica



Adauto Basílio, diretor de Captação de Recursos da SOS Mata Atlântica

Empresas

- Parcerias que agregam credibilidade e visibilidade.
- Menos burocracia.
- Maior retorno financeiro.
- Divulgação.
- Doações em dinheiro e trabalho voluntário especializado.
- Decisões sobre doações feitas ao longo de todo o ano.

Indivíduos

- O recurso vem solto, podendo ser utilizado para financiar seu custo operacional.
- Constitui uma rede de doadores.
- Agente multiplicador.
- Atingidos pelo coração.
- Menos exigência e mais envolvimento.
- Resposta mais rápida.
- Doações em longo prazo.
- Podem doar trabalho em várias áreas, além de recursos financeiros.
- Apóiam causas ousadas.

Fundações

- Dão credibilidade.
- Somas substanciais, doadas geralmente de uma só vez ou, no máximo, por três anos.
- Apresentam modelos para propostas e auxiliam no desenho de indicadores e obtenção de resultados.
- Possuem missão clara, facilitando a identificação com o projeto apresentado.
- Prestação de contas necessária.
- Mais democrático.
- Falam a mesma língua.

Geração de renda

- Autonomia financeira.
- Continuidade.
- Geração de emprego.
- Agências financiadoras e fundações gostam de contribuir com projetos que dêem sustentabilidade para a organização.
- Podem ser criativos.
- Podem fortalecer os vínculos com os doadores.

Governo

- Fortalecimento do trabalho por meio de assessoria técnica.
- Legitimação.
- Garantia de verba (convênios).
- Grandes somas por longos períodos.

Instituição religiosa

- Identificação com a organização.
- Credibilidade.
- Divulgação na comunidade.
- Apoio no custo operacional.
- Projetos de longa duração.
- Também contribui financeiramente.

Eventos especiais

- Recurso vem solto e pode ser utilizado para financiar seu custo operacional.
- Marketing e divulgação da organização.
- Aproximação com a comunidade.
- Pode-se construir um banco de dados de potenciais doadores.
- Podem ser criativos e divertidos, tornando-se marcantes.
- Fortalecem o vínculo com os doadores.

Confira algumas dicas para captar recursos:

- Prepare suas propostas de acordo com a personalidade, os interesses e as exigências do potencial doador.
- Indique os benefícios da doação: dedução de impostos, publicidade etc.
- Verifique com segurança a época oportuna para sua solicitação.
- A proposta deve indicar as qualificações de um grupo gerencial competente.
- Demonstre com estatísticas ou pesquisas a necessidade do projeto.
- Estabeleça uma ampla base de apoio com uma parte de sua comunidade.
- Contato pessoal direto com a pessoa responsável pela decisão final sobre a doação é a melhor maneira para conseguir os recursos.
- Procure doações iniciais. Comece a lista com sua diretoria e conselho.
- Apresente sua proposta com bastante antecedência das datas finais.
- Desenvolva e descreva cuidadosamente as finalidades e os objetivos.
- Obedeça explicitamente as indicações de aplicação da doação, quando essas forem fornecidas.
- Planeje um programa para associação permanente à medida que você planeja o seu recrutamento.
- Considere um programa de marketing para vendas dos produtos ou serviços relacionados.
- Não deixe de enviar notas de agradecimento aos doadores.
- Mantenha registros detalhados e precisos de receitas e despesas, e analise cada projeto ao seu final, para poder efetuar reduções e economias subsequentes e aumentar a produtividade de outros programas.
- Esteja sempre preparado para receber respostas negativas na maioria das solicitações que fizer a doadores em potencial.
- Prepare perfis dos doadores potenciais, procurando descobrir o melhor meio de obter suas contribuições.
- Determine as razões específicas pelas quais sua proposta foi rejeitada e verifique se é possível corrigi-la e reapresentá-la.
- Mostre ao potencial doador que outras pessoas já contribuíram.
- Reconheça publicamente as doações, se autorizado pelo doador, ou em particular, caso contrário.



Infra-estrutura do departamento

Um departamento de captação de recursos requer investimentos, assim como qualquer outra área da organização social. O que pode dificultar é saber quanto do orçamento deve ser direcionado para isso. “Não existem dados brasileiros sobre o assunto. Estudos em outros países consideram adequado um limite de 20% do orçamento total para custos administrativos – entre eles, a mobilização de recursos. O que deve ser considerado é que conseguir dinheiro custa dinheiro”, explica Estraviz.

Danilo Tiisel concorda que os gastos com a captação devem estar incluídos nos gastos administrativos e não devem passar de 25%: “Uma área de desenvolvimento institucional com custo muito elevado acaba afetando a legitimidade da organização, que deve aplicar a maior parte do recurso arrecadado no cumprimento de sua missão”.

Nos Estados Unidos, onde a atividade já existe há mais tempo, espera-se que esses gastos não ultrapassem 5% ou 10% do volume captado. “Não temos dados concretos no país, mas certamente o volume varia conforme a estratégia escolhida”, complementa Rodrigo Alvarez. Nas organizações em que ainda não há uma área específica para a captação de re-

ursos, basta uma pessoa dedicada, algumas horas para a atividade, um computador, uma linha telefônica e um banco de dados para começar. A atividade vai naturalmente se sofisticando. Para Bettina, do Projeto Quixote, “a profissionalização possibilita uma maior transparência para a organização. No entanto, deve-se sempre ter em mente qual é o percentual dos recursos que está sendo empregado nessa área, assim como em sua comunicação, não se esquecendo que o maior aporte deve ser feito para a atividade fim”.

De olho na sustentabilidade

O processo de captação de recursos indica a ação de obter capital, voluntários ou algum tipo de apoio para a organização social. Depois disso, há outro passo: o da mobilização de recursos. O verbo “mobilizar”, segundo definição do dicionário, significa movimentar, colocar em circulação. E é exatamente o que a organização deve fazer, juntamente com a captação, porque os recursos só terão sentido quando forem utilizados para seus fins específicos.

Para isso, é preciso haver uma comunicação adequada, uma boa relação entre a equipe e um entendimento claro quanto aos objetivos e à missão da organização. No fim, não só a área de captação, mas todos os departamentos

ficam responsáveis pelos recursos captados, e, como consequência, vem a sustentabilidade dos projetos.

Motivação dos funcionários

Para quem trabalha no Terceiro Setor, a principal motivação pode, e deve, ser a causa com a qual a organização trabalha. Até porque o captador não pode trabalhar como um vendedor. Não se trata de convencer alguém a consumir alguma coisa; o objetivo é aliar pessoas à uma causa. “O profissional deve ter a percepção de que, quanto mais ele capta, mais cresce a organização, e ele também. É bom fazer cursos de formação e ter perspectivas de crescimento”, explica Alvarez.

Outra questão é que muitos “não” serão ouvidos. “Mas os ‘sim’ compensam”, diz Estraviz. “E digo sempre que não se trata só de pedir. Para isso existe o período específico da campanha da captação. No resto do ano, o departamento oferece coisas, como convites para eventos, informativos, fotos, relatórios. Trata-se de conviver com os apoiadores”, complementa.

Um salário justo e o planejamento adequado, que possibilite a visualização clara dos resultados da área, também são fatores de motivação para o captador, que vê o impacto efetivo do seu trabalho.



Atividades culturais realizadas pelo Projeto Quixote com jovens em situação de risco social

Os captadores devem receber comissão?

A velha polêmica sobre o comissionamento ou não dos captadores de recursos continua existindo, embora a idéia de não comissioná-los seja mais aceita. De acordo com a Lei Rouanet (Lei Federal de Incentivo à Cultura), é possível disponibilizar um percentual do custo do projeto para o captador de recursos, ou seja, um valor relativo ao que foi captado. Porém, para a ABCR, essa possibilidade não existe.

O item 2 do Código de Ética e Padrões da Prática Profissional da associação afirma que “o captador de recursos deve receber pelo seu trabalho apenas remuneração pré-estabelecida, não aceitando, sob nenhuma justificativa, o comissionamento baseado em resultados obtidos; e atuando em troca de um salário ou de honorários fixos definidos em contrato”.

Porém, há alguns casos aceitos pela ABCR. Se a organização costumeiramente trabalhar com bônus por metas alcançadas em outras áreas, o captador também poderá receber eventual remuneração variável, como uma premiação por seu desempenho. O outro caso é quando as organizações ainda estão em processo de construção da sustentabilidade e a remuneração é firmada em contrato de risco, com valor pré-estipulado com base na experiência, na qualificação do profissional e nas horas de trabalho realizadas.



“Não deve ser a comissão o que motiva um captador. Se for isso, é melhor que atue na área comercial de uma empresa”

Marcelo Estraviz, da ABCR

Para os profissionais entrevistados, entretanto, captação de recursos não deve ser uma atividade comissionada. Segundo Rodrigo Alvarez, o captador que receber esse benefício terá uma tendência a “queimar etapas” e tentar ir às “vias de fato”, ou seja, fechar o patrocínio ou apoio.

“Isso pode gerar conflitos de interesse entre o que o captador quer e o que a organização precisa naquele momento. Além disso, um recurso conquistado é resultado de um bom trabalho do profissional, mas também de todo o restante da equipe. Afinal, organizações que têm planejamento de futuro e as contas organizadas têm mais chances de captar recursos. Por que só o captador seria comissionado, se todos tiveram responsabilidade pelo resultado final?”, pondera Alvarez.

Outra questão levantada por ele é o doador. O que ele pensaria se soubesse que parte

do recurso que doou para cuidar de crianças com câncer, por exemplo, foi utilizada para comissionar aquele profissional que está “vendendo” a causa com tanto entusiasmo?

Por esse ponto de vista, o salário do mobilizador de recursos deve ser como o de qualquer outro profissional da entidade. “Não deve ser a comissão o que motiva um captador. Se for isso, é melhor que atue na área comercial de uma empresa”, diz Estraviz. “O que deve motivá-lo, repito, é a causa. E, claro, um salário de acordo com o padrão da entidade.”

Danilo Tiisel também conclui que o salário deve ser a única contrapartida financeira para o captador. “O motivo é simples: esse recurso, quando doado pela sociedade para uma organização do Terceiro Setor, passa a ter caráter e fim públicos. Então, não é legítimo que o captador fique com ‘uma fatia’ para benefício individual.”



Links

www.captadores.org
www.projetoquixote.org.br
www.sosmatatlantica.org.br

O inferno são os outros

Primeiro, Segundo e Terceiro Setor entre quatro paredes



Felipe Mello
felipe@cantocidadao.org.br



O filósofo existencialista francês Jean Paul Sartre (Paris, 21 de Junho de 1905 – Paris, 15 de Abril de 1980) escreveu uma peça de teatro com o título “Huis Clos”, em português traduzido como “Entre quatro paredes”. Nesta obra, três personagens estão confinados em um ambiente fechado – segundo o autor, estão no inferno e cada um é o carrasco dos outros dois –, posteriormente ao episódio de suas próprias mortes.

Deste local, eles têm a oportunidade de visualizar cenas de seus próprios funerais, acompanhando quem prestou as últimas homenagens, quais foram os comentários e assim por diante. Também durante este momento de confinamento, os três começam a conversar e, a partir destes diálogos, surgem argumentos, hipóteses, críticas, dúvidas e teses acerca das relações humanas. O clima ganha ares de tensão, e o maior objetivo de todos é sair daquele local. Afinal de contas, “o inferno são os outros”.

A máxima immortalizada nesta obra de Sartre é, e deverá ser por muito tempo, atual, especialmente no que tange às responsabilidades sociais, foco deste texto. O esporte predileto de uma quantidade incrível de cidadãos é a “empurroterapia”, técnica pela qual transferimos a “culpa” de todo e qualquer desajuste da comunidade para outrem. Felizmente tal sorte de traquinagem só habita a área social (!!).

O poder imagético do leitor criará em sua mente esta cena proposta: os personagens originais da peça substituídos por outras três pessoas: os três setores (governo, empresas e ONGs). Que reflexões fariam este trio ao observarem, do claustro, o Brasil?

“Nunca se é homem enquanto não se encontra alguma coisa pela qual se estaria disposto a morrer” (Sartre)

Os três personagens de nossa história adaptada ficarão por um tempo observando o que estava acontecendo lá embaixo. Afinal de contas, haveria de ser interessante contemplar a morte do Primeiro, Segundo e Terceiro setores. Que caos! Fim dos governos, empresas e iniciativas da sociedade civil organizada. Mas, como quase tudo na vida, eles perderiam o interesse na observação passiva e se voltariam uns para os outros, ávidos por esclarecerem os motivos daquelas mortes e o conseqüente prejuízo que o país teria com o abandono repentino de suas estruturas formais.

Imponente, o governo se levantou, pigarreou, procurou no bolso do seu terno Armani as folhas de seu encomendado discurso e, não as encontrando, decidiu falar de improviso. Tartamudeou muito antes de pegar no tranco;

afinal de contas, há tempos não falava sem discurso preparado, pois espontaneidade de verdade requer sinceridade.

Iniciou seu palavrório falando de tudo o que já tinha feito pela nação, das conquistas democráticas, da união nacional, do momento mágico que estava acontecendo, nunca antes visto na história do país. A mensagem mais forte do Primeiro Setor era que ele estava sempre certo, e que qualquer deslize no desenvolvimento do país deveria ser creditado à falta de apoio dos outros, quem quer que sejam eles. Sem dúvida alguma era um discurso potente, especialmente quando dirigido a uma platéia passiva e portadora de cartões sociais que davam direito a dinheiro todos os meses. Mas o público daquela sala era diferente. Não eram carpideiras.

“Detesto as vítimas quando elas respeitam os seus carrascos” (Sartre)

O Terceiro Setor não se conteve frente ao descaramento do Primeiro. Era tão simplório o argumento de que tudo vai bem desde que o mundo atenda aos nossos direcionamentos. E, então, ele começou a discorrer sobre as questões estruturais do país. Afinal de contas, de que adiantava aquecer a economia no curto prazo – com a distribuição do cachê às carpideiras –, se as bases ainda estavam capengando? Educação com resultados pífios em termos qualitativos, como por exemplo em São Paulo, onde as escolas estaduais ficaram com média 1,4 no Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo (Idesp).

O Terceiro Setor ironizou ainda ao lembrar que se a unidade federativa mais rica estava assim, o que se poderia esperar



de outros rincões do país. E as acusações não pararam! Com veias saltadas, ele praticamente generalizou a epidemia da corrupção e incompetência no trâmite das reformas indispensáveis, que vinha se repetindo há gerações de representantes públicos. Ainda que o governo fosse composto de três braços, verdadeira competência e liderança se dão quando se cria sintonia entre quem legisla, quem executa e quem julga descaminhos.

“És livre, escolhe, ou seja: inventa” (Sartre)

O momento mais tenso do debate ainda estava por vir. Após ouvir todas as acusações do Terceiro Setor, o Primeiro apenas ergueu uma das sobranceiras e, com aquele tipo de voz carregada de ironia, disse que o país era democrático graças a Deus, e que se os representantes públicos estavam lá, geração após geração, escândalo após escândalo, era porque o cidadão assim o desejava. Então, olhou firme nos olhos do Terceiro Setor e pediu para ele dormir com este barulho, porque eram os seus integrantes que elegiam os tais incompetentes e desonestos.

Aquelas palavras desceram como ácido pela garganta do Terceiro Setor, e, se não fosse a intervenção do Segundo, a sala viraria ringue de boxe. Enquanto o “deixa-disso” acontecia, era possível ouvir o ofendido gritando que a maioria da população era politicamente inconsciente e que o Terceiro Setor existia exatamente para reverter este quadro de bovinismo eleitoral. O Primeiro Setor ouvia e dava gargalhadas, insinuando calmamente que tudo aquilo só reforçava o quanto o Terceiro Setor ainda era inócuo, porque se voltava para seus projetos narcisistas e nem ao

menos conseguia ser uma escola de formação de cidadãos – seu verdadeiro papel – para romper com aqueles grilhões que estavam sendo apresentados.

“Quando os ricos fazem a guerra, são sempre os pobres que morrem” (Sartre)

Depois de alguns instantes, o Segundo Setor conseguiu colocar pano quente no imbróglcio entre os outros dois. Era fundamental que eles parassem de se estranhar; afinal de contas, as duas pontas eram indispensáveis para o seu bem-estar. De maneira institucional e repleta de pompa, o Segundo Setor proferiu palavras de parceria e ética, lembrando aos outros dois que era preciso investir cada vez mais em desenvolvimento humano, tecnologia e abertura de novos mercados. Lembrou os preceitos máximos das teorias econômicas, que profetizaram a ampliação do bem-estar coletivo pelo avanço dos meios de produção.

Naquele momento ele se sentia o dono do pedaço. O Terceiro Setor estava com dores nas cordas vocais de tanto gritar e com a moral ofendida em seu íntimo, pois sabia que havia muita verdade no que o Primeiro Setor dissera a seu respeito. O Primeiro Setor, por sua vez, estava recolhido a um canto da sala, torcendo para não mais ser envolvido nas discussões. Ele havia decidido responder a todas as acusações com a tese de que não sabia de nada e que apenas queria que os outros o deixassem trabalhar.

Todavia, no auge do discurso quase onipotente do Segundo Setor, uma voz invadiu a sala. Toda aquela verborragia de responsabilidade social seria desmontada em

instantes. Como era bastante ponderada, a grave voz não generalizou, mas citou apenas um exemplo que certamente refletiria o comportamento da grande maioria dos habitantes do Segundo Setor.

Será que a direção de uma empresa enorme e lucrativa não sabe que a produção da matéria-prima dos seus produtos, como por exemplo, o tabaco, é feita com a participação maciça de crianças? E que a realização dessa tarefa impregna o organismo dos rebentos com níveis de nicotina tão altos quanto as de um adulto fumante? Será que o diretor daquela empresa oferece cigarro ao seu filho de quatro anos, enquanto ele assiste ao canal de televisão paga?

Só existe uma punição para este tipo de gestão empresarial, que patrocina e faz ouvidos de mercador à desgraça na cadeia produtiva: criminalização com penas severas, assim como pagam caro gestores que fazem mau uso dos recursos financeiros dos acionistas, como no caso da estadunidense Enron.

Silêncio sepulcral na sala. A voz se despediu convidando os três a se olharem, se conhecerem melhor, pararem com hipocrisias e vaidades e realmente se darem as mãos. Era o único modo de ressurreição. Afinal, se o inferno são os outros, o paraíso também são outros.

“O importante não é aquilo que fazem de nós, mas o que nós mesmos fazemos do que os outros fizeram de nós” (Sartre)

Felipe Mello. Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Voluntariado empresarial incentiva cidadania

Ganha a empresa, os funcionários e a comunidade

Percebe-se com frequência cada vez maior empresas e empregados que falam da responsabilidade e do poder de transformação de comunidades que uma companhia tem. Seja contribuindo com o desenvolvimento de projetos sociais comunitários ou engajando seus funcionários no voluntariado, a participação da empresa em comunidades é muito saudável para uma prática ainda recente no Brasil: a promoção da cidadania.

Muitas iniciativas buscam a superação do assistencialismo. Embora continue importante atender populações em situação de risco, o conceito-chave não é mais socorrer aos necessitados, mas incentivar a cidadania – promovida por meio de projetos educacionais ou que visam a capacitação profissional, por exemplo.

A proximidade da empresa com a comunidade também incentiva a atividade voluntária de muitos colaboradores no exercício de serviços muito salutares ao desenvolvimento do próprio voluntário. Isso porque, ao ter contato com a comunidade, o voluntário consegue compreender de maneira mais contextualizada os problemas que envolvem o desenvolvimento social e pode contribuir com essa mudança, incentivando a participação cidadã do colaborador e servindo como estímulo à participação da comunidade.

“O contato entre empregados e a comunidade, incentivado por meio de programas empresariais de voluntariado (PEV), é muito importante para o crescimento e desenvolvimento de ambos. O empregado consegue perceber melhor seu papel social, e a comunidade obtém um grande incentivo ao seu desenvolvimento. Estimulados pela empresa, o resultado desses projetos é

positivo para todos os envolvidos, inclusive para a própria empresa”, afirma Fernanda Rocha dos Santos, coordenadora do CAV e consultora em Programas Empresariais de Voluntariado.

Ela afirma que os colaboradores envolvidos com atividades não-remuneradas na comunidade são pessoas mais produtivas e satisfeitas, uma vez que percebem a relevância social do que fazem, identificando-se também com os princípios da empresa em que trabalham. “Além disso, é uma importante oportunidade de desenvolvimento profissional e pessoal, melhorando relacionamentos, criando laços de cooperação mais fortes com familiares e colegas de trabalho.”

Fernanda ainda aponta que “o PEV fortalece a imagem da empresa junto à imprensa e aos formadores de opinião, atingindo positivamente os segmentos que influenciam a população”. As ações voluntárias também podem construir uma forte ligação da empresa com a comunidade de seu entorno, promovendo o conhecimento mútuo, o que reduz resistências de ambas as partes, além da transferência de competências e técnicas modernas, disseminando conhecimentos para além dos muros da empresa.

Uma interessante experiência desse tipo vem sendo desenvolvida pela Itaipu Binacional. O incentivo à atividade voluntária e à participação de colaboradores na comunidade há três anos movimentando Itaipu, tanto em Curitiba quanto em Foz do Iguaçu. O principal objetivo do Programa Força Voluntária é ampliar o número de voluntários comprometidos com a busca de melhorias na atuação social. Para que isso aconteça, a empresa estimula a participação, permite que os colaboradores reúnam-se em

horário de expediente e oferece todo o apoio logístico necessário.

Com o crescimento do programa, desde 2007 a Itaipu oferece Oficinas de Elaboração de Projetos aos seus funcionários-voluntários, com o objetivo de capacitá-los para a execução de projetos estruturados. Eles representam as instituições sociais junto à Itaipu, concorrendo aos recursos para seus projetos sociais. Abrigados dentro do Banco de Projetos, os funcionários voluntários respondem cada vez mais positivamente aos estímulos da empresa. Em 2006, foram seis os projetos incentivados. Em 2007, após a primeira oficina, foram 13 inscritos, com oito aprovados – quatro em Curitiba e quatro em Foz do Iguaçu.

O próximo passo do grupo de voluntários é realizar a 1ª Gincana de Integração “Nossa Força Voluntária”, cujo objetivo é integrar funcionários, estagiários, dependentes, terceirizados e assistidos em uma mesma causa: o despertar do espírito voluntário em cada um. As provas acontecem nos meses de junho, agosto e outubro. De acordo com a coordenadora do Força Voluntária, Lilian Paparella, a gincana pretende incentivar as pessoas a conhecerem os diversos programas da empresa e se motivarem a realizar trabalhos voluntários. As equipes irão conhecer os programas de Itaipu e terão a tarefa de repassar o que foi aprendido a escolas e outras entidades. ↷

**Centro de Ação Voluntária
de Curitiba (CAV)**

i www.acaovoluntaria.org.br
empresarial@acaovoluntaria.org.br
(41) 3322-8076

Adere capacita para mercado de trabalho

Dedicada a melhorar a qualidade de vida da pessoa com deficiência mental, a Adere (Associação para Desenvolvimento, Educação e Recuperação do Excepcional) comemora mais uma vitória. A associação firmou parceria com uma operadora de televisão a cabo a fim de capacitar aprendizes que poderão ocupar uma vaga na empresa.

O acordo visa 12 meses de treinamento, que inclui processo de prontidão para o trabalho e o desenvolvimento de habilidades específicas, de acordo com a necessidade da companhia. “Com a parceria, os jovens são contratados pela empresa e encaminhados

para nós. Durante o treinamento eles recebem salário e, ao término da capacitação, aqueles que tiverem condições de assumirem as vagas disponíveis serão contratados”, explica a coordenadora institucional da Adere, Soeni Domingos Sandreschi.

Esse é um dos muitos trabalhos da Adere para o desenvolvimento e a inserção da pessoa portadora de deficiência mental na sociedade e no mercado de trabalho. Uma das atividades mais conhecidas da associação é o artesanato. Os aprendizes dedicam-se à confecção de produtos feitos à base de madeira e materiais recicláveis.

Todos os objetos produzidos estão à venda e podem ser adquiridos pelo site ou diretamente na Associação. A verba arrecadada é revertida à organização e aos aprendizes que os confeccionam. Além desse trabalho, a Adere oferece orientação jurídica e práticas esportivas aos aprendizes e à população em geral. ☺

Adere

i www.adere.org.br
(11) 5562-4523

Vovô digital

Quem pensa que o mundo da informática está intimamente ligado apenas ao universo juvenil se engana. Em consonância com o Estatuto do Idoso, que prevê a volta da terceira idade ao ambiente escolar, o Colégio Mace, de Campo Grande (MS), desenvolve desde 2001 o projeto “Integrando gerações: informática na terceira idade”, com a participação de alunos da escola e pessoas entre 65 e 81 anos.

Como o nome indica, o projeto prevê a inclusão de idosos no mundo digital. A idéia veio de um evento realizado no Centro de Convivência do Idoso João Nogueira Vieira (CCI), no qual estava presente a diretora pedagógica do colégio. Em conversa sobre voluntariado com as assistentes sociais do centro,

ela propôs a elaboração de um programa de atendimento para que o idoso desenvolvesse atividades diversas e pudesse se integrar aos avanços tecnológicos.

O professor de informática logo pensou no projeto e convidou alunos da 5ª à 8ª séries para serem monitores no laboratório de informática. Desde o começo da atividade, cerca de 200 idosos do município foram capacitados. Há dois grupos: básico, com conhecimento introdutório; e sênior, para quem já tem uma base. Os alunos recebem certificados em cerimônia aberta às famílias, aos integrantes do CCI e aos demais estudantes do colégio.

A cada ano mais alunos e idosos se interessam pelo projeto. A procura motivou

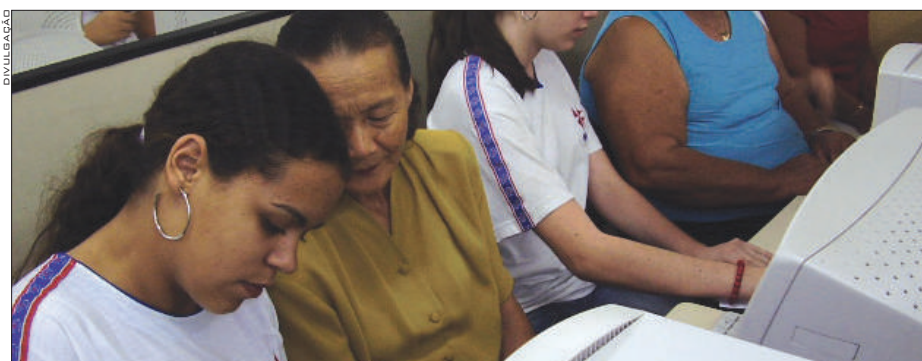
novos cursos. Em 2001, eram apenas aulas de informática. Atualmente, com a colaboração de voluntários, há aulas de espanhol, hidroginástica, oficina de texto e grupos de vivência.

Mas a informática continua sendo o carro-chefe e vem transformando a vida de vovôs e vovós. Se antes eles pediam para filhos e netos resolverem questões simples, como consultar o saldo bancário, agora acessam suas contas com facilidade, navegam na internet, trocam e-mails e escrevem textos. O computador passou a fazer parte da vida deles.

O projeto recebeu reconhecimento nacional. Em 2004, foi premiado no concurso Banco Real Talentos da Maturidade. Em 2005, foi um dos vencedores do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, como a melhor tecnologia social do Centro-Oeste. Em 2005 e 2007 foi reconhecido com o Selo Escola Solidária, concedido pelo Instituto Faça Parte, em parceria com o MEC, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e a Unesco. ☺

Colégio Mace

i www.mace.com.br
(67) 3316-3600



Encontro de gerações no Colégio Mace



Pela causa dos bichos

Como exatamente funcionam as organizações que lutam pela proteção e bem-estar dos animais?

Por Valeuska de Vassimon

Cuidar de um bicho não representa apenas uma boa ação. Há muito tempo isso se tornou um trabalho sério e de impacto no mundo todo, envolvendo entidades comprometidas com o bem-estar dos animais e a conscientização das pessoas sobre a causa.

Uma das principais ONGs a atuar no setor é a Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA), com 900 afiliadas em 153 países. Criada em 1981 para combater a caça de focas e baleias e o transporte internacional de animais, a entidade atua por meio de trabalhos de campo, campanhas, projetos legislativos, cursos e programas de treinamento.

“O trabalho legislativo é uma peça-chave, pois muitas melhorias para os animais só irão acontecer com o cumprimento de leis. Por isso, procuramos melhorar a legislação animal existente e auxiliamos na criação de novas regras”, afirma Bernardo Torrico, gerente de comunicação da WSPA Brasil.

Recentemente, a entidade firmou um acordo de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para ministrar um treinamento a fiscais federais e funcionários de frigoríficos sobre as boas práticas no manejo pré-abate dos animais.

Outra medida da organização tem sido o patrocínio a um concurso acadêmico sobre bem-estar animal dirigido a universitários, que fornece como prêmio uma viagem a Londres e à fazenda-modelo da WSPA em Oxford, Inglaterra. “É lá que alunos e professores conhecem as técnicas de criação de animais com alto grau de bem-estar”, conta Bernardo.

Entidades nacionais

Também na luta pela causa dos animais está a Arca Brasil,

fundada em 1993 e considerada uma das maiores referências no setor. A entidade é uma das pioneiras a organizar a demanda por alternativas à vivissecção (uso de animais vivos no ensino) e a exigir a implementação de comitês de ética nas instituições de pesquisa.

“A Arca faz o papel de mediador entre os profissionais responsáveis pela promoção da saúde e do bem-estar dos animais, traduzindo o conhecimento técnico em informação para a comunidade leiga. Na outra mão, leva a demanda dos cidadãos comuns aos especialistas”, afirma Marco Ciampi, presidente da organização.

Com ações que envolvem políticas públicas, diversas campanhas e divulgação de informação (o site recebe em média 35 mil visitas por mês), a ONG abriu portas para o diálogo entre governo e veterinários no Programa de Controle de Animais Abandonados, implantado em 1996, em Taboão da Serra, na Grande São Paulo.

No projeto, a prefeitura do município cede os medicamentos às clínicas veterinárias, que realizam as castrações a preços viáveis para toda a população. O programa foi reconhecido pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e serviu de modelo para iniciativas semelhantes em várias cidades do país.

Ainda em formação e com o intuito de promover a conscientização do público sobre a sensibilidade dos animais (capacidade de fruir sensações como medo ou bem-estar), o Projeto Anajé de Reabilitação de Aves de Rapina, do Rio de Janeiro, também desempenha um papel importante na área.

Em parceria com a ONG Projeto Água, a entidade está criando um centro de reabilitação de aves de rapina que serão preparadas para retornar à natureza. “Muitas dessas aves encontram-se nos setores extras de zoológicos após tratamento veterinário, esperando apenas um treinamento adequado para que possam voltar à vida livre”, conta Aparecida Negreiros, uma das idealizadoras do projeto.



Recursos

O Projeto Anajé, cujo nome significa “gavião” em tupi-guarani, tem enfrentado certa dificuldade na captação de recursos, embora receba apoio de outras ONGs, como o Instituto Pro Bono. A idéia é construir os viveiros das aves e dar início ao processo de reabilitação e soltura em breve.

Já a Arca Brasil conta com um programa de doações de associados e uma linha de produtos à venda on-line, como camisetas, adesivos e livros para garantir a estrutura e continuidade dos trabalhos. Um dos projetos que a ONG deve lançar em breve tratará de animais criados em confinamento para o consumo humano.

A WSPA, cuja totalidade das verbas vem de doações privadas, tem investido no desenvolvimento de suas afiliadas para atingir um resultado mais abrangente, devido ao tamanho da organização. Questionado se há alguma espécie de “rixa” entre as entidades gigantes e as menores do setor, Bernardo acredita justamente o oposto. “Há um sentido de colaboração, já que todos têm o mesmo ideal: aliviar o sofrimento dos animais e promover um melhor relacionamento homem-animal.”

Campanhas de peso

As ONGs de proteção animal são bastante conhecidas por meio de suas campanhas – muitas vezes, polêmicas –, que representam uma forma direta e eficaz de atingir o público e alertar as autoridades para a causa animal.

A People for the Ethical Treatment of Animals (Peta), maior associação defensora de direitos dos animais com cerca de 1,8 milhões de membros no mundo todo, é famosa por suas campanhas radicais contra o uso de casacos de pele, por exemplo. A última ação, lançada nos EUA em dezembro de 2007, traz estrelas de Hollywood nuas em outdoors com a frase: “Pele? Eu prefiro sair nua”.



Aparecida Negreiros, do Projeto Anajé, cuida de um bugio no setor extra de um zoológico de Niterói

Já a Rencitas, ONG fundada em 1991 com base em Brasília e que lida com o tráfico de animais silvestres, realiza uma grande campanha desde 2004 em parceria com o grupo Itapemirim de transporte. Denominada “Tráfico de Animais: não caia nessa armadilha”, a campanha chama a atenção do público por meio de propagandas que estampam as capas das passagens, outdoors, busdoors, kit-lanches, papéis de bandeja e sacolas de bordo.

Outra campanha de grande apelo é contra a touradas na Espanha, promovida pela WSPA. Foi através dela que uma proposta de lei foi levada ao congresso catalão para pôr fim à prática. A entidade também atua na campanha contra a Farra do Boi, em parceria com as afiliadas da região sul do Brasil e o Ministério Público de Santa Catarina, estimulando a informação e a fiscalização dos eventos no sul do país.

Segundo Torrico, da WSPA, “uma ou outra campanha já recebeu críticas, principal-

mente de grandes ou pequenos negócios que vivem da exploração animal e que implicam em crueldade contra animais. No entanto, a maioria da população incentiva a medida”.

O presidente da Arca Brasil, Marco Ciampi, aponta a relevância da campanha sobre corte de orelhas, rabos e outras mutilações recentemente proibidas pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária. Além disso, a entidade lutou pela “consulta popular” do Ibama sobre a venda de animais silvestres em *pet shops*. Segundo Ciampi, o Brasil tem uma das legislações mais avançadas do mundo para o setor. “Agora, o desafio é fazer essas leis serem sempre cumpridas.”

Links

- www.acolhe.org.br
- www.arcabrasil.org.br
- www.peta.org
- www.rencitas.org.br
- www.vimeo.com/443831
- www.wspabrasil.org



Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br



Unimed Seguros

Funcionários integram Comitê Interno de Responsabilidade Social e são incentivados a participarem de projetos de voluntariado empresarial

Por Elaine Iorio

“A Unimed Seguros, marca que representa a Unimed Seguradora e sua controlada, a Unimed Seguros Saúde, iniciou suas operações em 1989 com o objetivo de atender as demandas do Sistema Unimed, formado pelas 377 cooperativas, 106 mil médicos cooperados e 14,6 milhões de clientes em todo o Brasil. Atualmente, a empresa conta com 5,3 milhões de segurados e encontra-se entre as maiores empresas do setor.”

O perfil publicado no site da companhia evidencia sua grandeza e importância no mercado nacional de seguros. Por outro lado, não reflete uma outra faceta que merece igual destaque: suas ações corporativas em responsabilidade social (RS).

Segundo seu presidente, dr. Dalmo Claro de Oliveira, a trajetória de atuação social da Unimed Seguros teve início em 2002, quando a empresa começou a apoiar a Associação Pequeno Ser de Amor – creche que beneficia cerca de 70 crianças de zero a seis anos no bairro da Freguesia do Ó, em São Paulo (SP). Assim, por três anos, várias campanhas de arrecadação de alimentos e roupas foram realizadas com o envolvimento dos colaboradores da empresa.

“Devido à importância e amplitude da RS como fator estratégico para a condução dos negócios, e visando profissionalizar sua atuação, foi criada, em 2005, a área de Responsabilidade Social”, explica Oliveira. Viabilizadas com recursos financeiros da empresa, as práticas com enfoque social são desenvolvidas em prol dos públicos com os quais a empresa se relaciona: acionistas, colaboradores, prestadores de serviços e fornecedores, consumidores, comunidade, governos e organizações da sociedade civil.

Missão e valores corporativos

A missão da Unimed Seguros é “oferecer produtos de qualidade em seguros de saúde, vida e previdência, atendendo as necessidades das cooperativas e do mercado em geral”. Quanto aos valores, Oliveira conta que, em 2007, durante reuniões realizadas com superintendentes,

dirigentes e gerentes, a companhia deu início ao processo de formalização de seus valores corporativos, que integram os três pilares do seu planejamento estratégico: liderança, qualidade e valores. “O trabalho incluirá um diagnóstico com os colaboradores e clientes para o alinhamento entre os valores pessoais, os percebidos e já existentes na empresa e os valores desejados.”

O presidente explica que, para traçar suas estratégias, a Unimed Seguros considera os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, aprovados em 2000 por 191 países-membros da ONU, a serem atingidos até 2015 por meio de ações concretas dos governos e da sociedade. “De acordo com esta perspectiva, desenvolvemos várias iniciativas, dentre elas o apoio ao projeto ‘Águas do Cerrado, da Estação Ecológica de Águas Emendadas (Esec-AE)’, do WWF-Brasil, que tem como objetivo dar continuidade às ações conservacionistas com foco nos recursos hídricos da região, na conservação da biodiversidade das espécies locais e na mudança de atitude das pessoas que cercam a estação.”

Principais projetos

Atualmente, as principais práticas de RS em desenvolvimento pela Unimed Seguros são:

- formalização e disseminação dos valores corporativos;
- desenvolvimento, em parceria com a Unimed do Brasil e a Central Nacional Unimed, de programa de capacitação em RS para a cadeia de valor;
- planejamento e desenvolvimento conjunto de ações com a equipe do Centro de Recuperação e Educação Nutricional (Cren);
- ampliação do projeto “Unimed Seguros e Instituto Criança é Vida Educando para a Saúde”, com 40 voluntários, promovido em duas creches da cidade de São Paulo;
- implantação do projeto de voluntariado como RS individual para colaboradores da sede e dos escritórios regionais (ERs), em parceria com o Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP);

- continuidade do apoio financeiro ao projeto do WWF-Brasil de educação ambiental na Estação Ecológica de Águas Emendadas;
- continuidade das ações do Programa de Consumo Consciente, que envolve todos os colaboradores da sede e dos ERs;
- continuidade dos processos de destinação de 1% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e de até 6% do IR de Pessoa Física.

Participação de funcionários

O grande diferencial da atuação comprometida da Unimed Seguros está na constante participação de seus colaboradores. Para isso, foi criado em agosto em 2005 o Comitê Interno de RS – aberto a todos os profissionais que se identificam com o tema –, que envolve pessoas de diferentes áreas nos processos e iniciativas internas e externas voltados para o social.

Formado por 22 funcionários, o grupo promove reuniões periódicas, com duração de 1h30 e durante o horário de expediente, em que são discutidos assuntos embasados nos Indicadores Ethos, em conformidade com a realidade da empresa.

Os colaboradores também são incentivados a participar como voluntários das ações sociais do Instituto Criança é Vida (ICV) – Oscip que tem como objetivo a educação para a saúde em comunidades de baixa renda. Segundo Oliveira, “o projeto está apoiado na transferência da metodologia de trabalho desenvolvida pelo ICV para planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades, além da capacitação e treinamento dos voluntários da empresa”.

Durante 2007, 22 voluntários transmitem conteúdos de quatro módulos do ciclo “Criança é Vida Adultos” e quatro módulos do “Criança é Vida Crianças”. O ciclo para adultos foi repassado para os funcionários e os pais das crianças do Centro de Educação Infantil Bela Vista, da capital paulista. Já o ciclo para crianças foi multiplicado para meninos e meninas de cinco e seis anos de idade, que

freqüentam a instituição, com os seguintes temas: problemas respiratórios, prevenção de acidentes na infância, primeiros socorros, diarreia, verminose e reidratação oral.

No total, 48 crianças e 32 adultos participaram dos oito módulos.

Realizações e perspectivas

Ao ser questionado sobre os resultados já alcançados pela Unimed Seguros na área social, Dalmo Oliveira é enfático: “Uma de nossas maiores conquistas é o envolvimento de diversos colaboradores, de vários níveis hierárquicos, que integram o Comitê Interno de RS. Este é, sem dúvida, o primeiro passo para desenvolvermos nossas práticas, pois nossos funcionários podem comprovar a integridade e seriedade com que realizamos nossas ações”.

Ele também destaca como conquista a publicação anual do Balanço Social, as parcerias com o WWF-Brasil e Instituto Criança é Vida e a participação no projeto “Promoção da RSE nas Américas”, do Forum Empresa – uma aliança de 21 organizações promotoras do tema nas Américas, assinado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Fundación Acción RSE, do Chile, que atua




À esquerda, professores do curso Reeditor Ambiental e, à direita, o Centro de Informação Ambiental, ambos do projeto com o WWF-Brasil



como executora, representando também a Fundemás, de El Salvador; Instituto Ethos, do Brasil; e a Peru 2021. Já a Organização dos Estados Americanos (OES), por meio da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (Cida), é a contraparte do convênio.


Quanto às perspectivas, a manutenção dos projetos existentes é a prioridade. “Pelo fato da área de RS atuar de modo transversal em relação a todas as áreas da empresa, e ter suas atividades desenvolvidas de maneira consistente, contando com o envolvimento de diversos colaboradores no Comitê Interno de RS, além de estar ligada diretamente à presidência, não é necessário criar nossa própria fundação. Estamos alcançando

nossos objetivos com esta estrutura, fazendo mais pela vida, e isto é o mais importante”, explica o presidente. 

Números:

- 49 voluntários
- 511 funcionários
- Mais de 20 mil pessoas beneficiadas

Unimed Seguros

 Alameda Ministro Rocha Azevedo, 366
Jardim Paulista – São Paulo/SP
www.unimedseguros.com.br



Sergio Monello

Escritório Contábil Dom Bosco

- ▶ Especializado em contabilidade de entidades do 3º Setor
- ▶ Assessoria fiscal, previdenciária e trabalhista
- ▶ Assessoria na Obtenção e gerenciamento das Certificações
- ▶ Assessoria em departamento pessoal
- ▶ Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades assistenciais

40 anos
de exclusivo
compromisso
com as
entidades
do 3º setor

(11) 3872-1195

www.sergiomonello.com.br

São Paulo
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 1º e 2º andar Perdizes
São Paulo/SP - CEP 01150-001

Filial Brasília - Centro Multiempresarial
SRTVS, Quadra 701, Bloco O, sala 611
Brasília/DF - CEP 70340-000



Certificações de qualidade para o Segundo Setor

Empresas redirecionam esforços para obter documentos e reforçar imagem de socioambientalmente responsáveis

Por Luciano Guimarães

O Segundo Setor, composto pelo mercado corporativo, também está procurando reforçar a imagem perante a sociedade, a partir de mudanças de perfil em suas ações com as entidades e a comunidade com as quais se relacionam. Neste contexto, as normas e as certificações são indicadores usados para avaliar uma determinada realidade, com o objetivo de ampliar a adoção de práticas socioambientais à cultura organizacional.

As certificações são elaboradas e geridas por organizações da sociedade civil, organismos internacionais, associações e federações de determinados setores econômicos e pelo poder público. Nos últimos anos, muitas ferramentas têm sido colocadas à disposição das empresas para ajudá-las a adotar práticas de responsabilidade social e em favor da sustentabilidade.

“Entre as vantagens dos chamados selos de qualidade, certificados auxiliam o consumidor a decidir sua compra, adicionando informações sobre aspectos sociais e ambientais da atuação da empresa aos critérios tradicionais de decisão como preço, qualidade e inovação”, argumenta Fernando Credidio,

consultor em comunicação organizacional para o Terceiro Setor.

O processo de certificação das empresas é evolutivo. No futuro, as organizações bem-sucedidas serão aquelas que estiverem comprometidas com a sustentabilidade nos seus diversos aspectos – social, ambiental e econômico – de maneira contínua e simultânea. “As certificações têm sido um forte instrumento para elevação dos padrões setoriais de concorrência, assegurando vantagens competitivas para os produtos e serviços que ostentam a marca e, para as organizações, uma possibilidade a mais para diferenciação e crescimento”, frisa Credidio, que também é articulista da **Revista Filantropia**.

A certificação ainda está engatinhando no Brasil se comparado ao que acontece atualmente nos Estados Unidos e na Europa. De acordo com o jornalista e antropólogo Fernando Rossetti, secretário-geral do Grupo Institutos e Fundações e Empresas (Gife), o Brasil ainda está sentindo os impactos com o modelo de certificações vindos do Hemisfério Norte. “Estamos dando os primeiros passos nacionalmente”, diz.

Rossetti se refere à norma ABNT NBR 16001 (Responsabilidade social – Sistema da gestão – Requisitos), que fornece às

organizações os elementos de um sistema de gestão da responsabilidade social eficaz, passível de integração com outros requisitos da gestão, e à futura ISO 26000 (*Guidance on Social Responsibility*), norma internacional que deverá ser aplicável a organizações de todos os tipos e tamanhos, tanto no setor público quanto no privado, em países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

“Entretanto, ela não será uma norma de sistema de gestão e nem será voltada para fins de certificação”, assegura Rossetti. O Brasil é um dos países que contam com representantes na redação da ISO 26000, que tem a liderança compartilhada entre a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e o Instituto Sueco de Normalização (SIS), contando com participação de cerca de 400 especialistas.

“De forma inovadora, a contribuição de todos aqueles que têm interesse sério em responsabilidade social está sendo alcançada pela participação equilibrada de seis categorias de *stakeholders* representadas em delegações nacionais, além de organizações internacionais relevantes”, destaca Eduardo Campos de São Thiago, assessor de Relações Internacionais da ABNT e co-secretário do Grupo de Trabalho de Responsabilidade Social da ISO (WG SR).

Certificações nacionais e internacionais oferecidas às empresas

A iniciativa privada também inspira reconhecimento social por meio de certificações como a NBR 16001/2004, que faz menção aos objetivos do sistema de gestão de responsabilidade sócia; a SA 8000, o primeiro padrão global de certificação de aspectos de responsabilidade social; o Padrão do ISEA – Norma AA 1000, que tem por objetivo padronizar internacionalmente o sistema de gestão de responsabilidade corporativa e também é de natureza internacional; além da ISO 14000, que estatui um sistema para gestão do meio ambiente.

Voltadas às necessidades das corporações em diversas etapas da gestão, contribuindo para processos de aprendizagem, auto-avaliação e prestação de contas, as certificações visam desenvolver um sistema de gestão voltado exclusivamente para a responsabilidade socioambiental,

forneendo subsídios para a melhoria contínua do desempenho social das empresas.

O uso de tais ferramentas possibilita, por exemplo, a redução de acidentes de trabalho, promove lideranças, atraindo mão-de-obra qualificada, reduz desperdícios e viabiliza a abertura de novos contatos, uma vez que a imagem da instituição encontra-se fortalecida. Além das melhorias internas, as pessoas jurídicas que possuem certificações de qualidade social percebem sua conotação diferenciada, devido à credibilidade conquistada.

Cada norma tem sua especificidade e, por isso, seria impossível descrever todas as etapas a serem seguidas pelas empresas para obterem e manterem a certificação, uma a uma. De qualquer modo, conheça as certificações nacionais e internacionais mais importantes atualmente:

Certificação NBR 16001/2004 (Brasil)

A NBR 16001/2004, editada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), é o primeiro documento normativo a estabelecer requisitos para um Sistema da Gestão da Responsabilidade Social e principal referência para a certificação desse tipo de sistema de gestão, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC). Define os requisitos necessários para um sistema de gestão de responsabilidade social, a forma de planejamento, implementação e operação adequados.

Os objetivos e metas considerados compatíveis com a política da responsabilidade social vinculam-se a boas práticas de governança; combate à pirataria, sonegação, fraude e corrupção; práticas leais de concorrência; direitos da criança e do adolescente, incluindo o combate ao trabalho infantil; direitos do trabalho, incluindo o de livre associação e de negociação; remuneração justa e benefícios básicos, bem como o combate ao trabalho forçado; promoção da diversidade e combate à discriminação (por exemplo: cultural, de gênero, de raça/etnia, idade, pessoa com deficiência); promoção da saúde e segurança; promoção de padrões sustentáveis de desenvolvimento, produção, distribuição e consumo, contemplando fornecedores, prestadores de serviço, entre outros; proteção ao meio ambiente e aos direitos das gerações futuras; ações sociais de interesse público.

A coordenação geral de Acreditação do Inmetro é responsável pela acreditação de Organismos de Avaliação da Conformidade (OAC). Nesse caso, cabe ao Organismo de Certificação de Sistema de Gestão da Responsabilidade Social realizar auditoria, por intermédio da Fundação Carlos Alberto Vanzolini, que está creditada a realizar tal certificação.

SA 8000 (EUA)

A Social Accountability 8000 foi lançada em outubro de 1997, pela organização não-governamental

norte-americana Council on Economics Priorities Accreditation Agency (CEPAA), atualmente chamada Social Accountability International (SAI). É o primeiro padrão global de certificação de aspectos de responsabilidade social das empresas. Seu principal foco é garantir direitos dos trabalhadores envolvidos em processos produtivos, promovendo a padronização em todos os setores de negócios e em todos os países.

A norma é composta por nove requisitos e tem como parâmetro as Convenções da Organização Internacional do Trabalho, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. A certificação cobra ainda o cumprimento de leis locais. O comprometimento da alta administração é fundamental na implantação do sistema, que tem enfoque na prevenção e não na reação, promovendo o cumprimento das regras locais, ações corretivas, participação dos funcionários, busca pela melhoria contínua e por fornecedores éticos.

Atualmente, a SAI promove e estimula a implementação da norma no mundo todo, além de credenciar organizações qualificadas para certificação. A certificação com base na SA 8000 tem validade de três anos e recebe visitas semestrais para avaliação do sistema.

Padrão do ISEA – Norma AA 1000 (Reino Unido)

Elaborada em novembro de 1999 pelo Institute of Social and Ethical Accountability (Isea), a norma AA 1000 tem por objetivo padronizar internacionalmente o sistema de gestão de responsabilidade corporativa. O Isea, alocado em Londres (Inglaterra), regula o padrão e monitora o treinamento dos consultores da AA1000. A organização que adota a AA 1000 visa seguir um processo contínuo de ciclos de atividades, definir ou redefinir valores, desenvolvimento de performance ética e social, além de avaliação e comunicação do desempenho em relação às metas desenvolvidas.

Fazem parte da norma oito princípios norteadores de qualidade, entre eles: escopo e natureza do processo (completude, materialidade, regularidade e oportunidade); significado da informação (garantia de qualidade dos dados, acessibilidade e qualidade da informação); e gestão de processo contínuo (integração de sistemas e melhoria contínua).

A AA1000 não é uma certificação, mas, sim, um padrão que auxilia as instituições ao fornecer ferramentas práticas, ao guiá-las no sentido do aperfeiçoamento e ao difundir a responsabilidade social. Portanto, ela não verifica a conformidade do desempenho, mas foca na promoção da aprendizagem contínua da organização.

AS 8003 ASCSR (Austrália)

É uma das primeiras no mundo direcionada para a implantação de responsabilidade social corporativa integrada às políticas e cultura da empresa. Essa norma faz parte de um conjunto de compromissos de governança: a publicação e divulgação da própria norma, assim como outros produtos e serviços da *Standards Austrália*, é feita por meio da *Standards Web Shop*, mas apenas empresas associadas têm acesso.

O objetivo da norma AS 8003 é: fornecer elementos essenciais para estabelecer, implementar e gerenciar um programa de responsabilidade social corporativa dentro da organização e orientá-lo em sua metodologia; fornecer às empresas um processo de implantação e manuseio da cultura de responsabilidade social por meio de um comitê auto-regulatório; e proporcionar uma estrutura efetiva para um programa de RSC, de forma que seu processo possa ser monitorado e avaliado.

BS 8555 BSI (Reino Unido)

Conjunto de padrões de gerenciamento ambiental voltado para pequenas e médias empresas. Objetiva a implementação (por fases) de um sistema de gestão ambiental, visando à melhoria

contínua e preparação para a obtenção de certificação ISO 14001 e registro Emas (*European Emas Regulation*). O processo de implantação é realizado em cinco níveis. Um sexto nível permite às organizações desenvolver sistemas com a possibilidade de atingir reconhecimento por padrões aceitos e reconhecidos internacionalmente como a ISO 14001 e o EMAS.

BS 8800 BSI (Reino Unido)

Norma de origem inglesa voltada à gestão da saúde e segurança ocupacional, passível de auditoria e certificação. Implantação de um sistema eficaz de gerenciamento das questões relacionadas à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. A norma prescreve um sistema de gestão de saúde ocupacional e segurança compatível com a ISO 14001, apoiado nas mesmas ferramentas do ciclo PDCA (*Plan-Do-Check-Act*) de melhoria contínua. Esta compatibilidade permite a unificação de ambas as normas e a integração com as normas da série ISO 9000, formando uma poderosa ferramenta de gestão para a empresa.

BS 8900 BSI (Reino Unido)

Não é uma norma de sistema de gestão, mas um guia de diretrizes, sem propósito de certificação, para organizações de todos os tamanhos, tipos e setores, sobre as opções para o gerenciamento da sustentabilidade, por meio do balanceamento entre o capital social e os capitais ambiental e econômico do negócio, tendo em vista a melhoria contínua do desempenho e a *accountability* das organizações. Essa norma é um importante passo no sentido de ajudar as organizações a concretizarem um futuro sustentável, mantendo-se ao mesmo tempo o desempenho da empresa.

A norma inglesa está alinhada com as principais deliberações já aprovadas para a futura ISO 26000, quais sejam: não terá propósito de certificação, não terá caráter de sistema de gestão e será aplicável a todos os tipos de organização. A BS 8900 também ajuda as empresas a fazerem a conexão entre as normas existentes relacionadas ao tema (como a série ISO 14000, as diretrizes GRI e a AA 1000), além de contribuir no processo mundial de elaboração da futura norma ISO 26000 de Responsabilidade Social.

Community Mark Btic (Reino Unido)

É um padrão certificável de atuação social para as pequenas e médias empresas inglesas. Community Mark é destinado às pequenas e médias empresas (até 250 assalariados) que desejam obter o reconhecimento da sociedade diante das atividades de interesse público e dos investimentos que realizam em proveito das comunidades nas quais estão inseridas. O instrumento permite à empresa dar visibilidade à sua atuação social e aos benefícios gerados às comunidades locais, agregando valor à sua imagem institucional (como empresa responsável), esperando que esse reconhecimento contribua para a conquista e fidelização de clientes.

Uma certificação Community Mark permite a uma pequena ou média empresa fornecer exemplos das suas práticas de investimento local, quando responde a um concurso público. Analisa 12 domínios de atividades das pequenas e médias empresas nas suas localidades, avaliando os benefícios gerados para a comunidade e as iniciativas empreendidas para chegar aos resultados apresentados. Os resultados são comunicados, e as abordagens são descritas.

DSI – Det Social Index (Dinamarca)

É uma ferramenta de gestão de responsabilidade social passível de certificação com foco na relação das organizações com seus funcionários enquanto uma de suas partes interessadas. É, ainda, o primeiro instrumento de processo destinado a organizações privadas ou públicas de todos os portes que desejam avançar o seu grau de responsabilidade social com relação ao seu público interno.

A ferramenta foca o diálogo entre os empregados e a empresa, oferecendo a esta uma oportunidade de se certificar como um local de trabalho socialmente responsável, sendo assim também um instrumento para a comunicação do compromisso social da organização.

O Det Social Index é utilizado para avaliação do status da empresa em relação à responsabilidade social; o planejamento de ações específicas para melhorias que podem ser diretamente incluídas em planos de trabalho com responsabilidade social; e a comunicação para a sociedade do comprometimento social da organização.

ECS 2000 JSBES (Japão)

A ECS 2000 é uma norma que auxilia na implementação de sistemas de conformidades legais e éticas nas organizações, de acordo com os princípios dos direitos humanos e de liberdade e co-prosperidade dentro do mercado econômico. Os direitos humanos e de liberdade são condições básicas para a democracia, e sem elas a economia em termos gerais não funciona. Essa norma visa permitir que as organizações possam encontrar meios mais avançados de precaução contra negociações duvidosas – ilegais e/ou injustas – conduzidas pelos próprios membros da diretoria da empresa, violando o código de ética ou política de trabalho.

Assim, permite que essas violações e as pessoas responsáveis possam ser identificadas. Para conseguir isso é necessário: estabelecer e administrar um sistema de conformidades legais e criar um sistema interno de “ouvidoria” (coleta de sugestões e críticas) para os *stakeholders*, além de também criar um código de ética (caso não tenha) e uma filosofia de trabalho.

Emas CE (Comissão Européia)

Os sistemas de ecogestão, como são formalizados na ISO 14000 e no regulamento europeu Emas, definem o *modus operandi* que as empresas devem adotar a fim de atingirem uma gestão integrada do meio ambiente, permitindo a melhoria contínua dos seus desempenhos

ambientais. Esta operação é realizada apenas após ter determinado a situação ambiental da empresa. No caso da EcoAuditoria (Emas) essa etapa é pedida explicitamente; a aplicação da ISO 14001 não pode ser feita corretamente sem essa etapa prévia.

O Emas é um instrumento importante da responsabilidade social empresarial (RSE), reconhecido como ferramenta-chave para orientar as exigências ambientais e para promover a inovação e a modernização dos processos. Conseqüentemente, contribui para a competitividade das empresas. Neste contexto, solicita-se ao fórum do CSR EMS (órgão europeu multilateral sobre RSE) que explore a oportunidade de aplicar a abordagem Emas ao desempenho social das empresas e de outras organizações.

FSC-IC (Alemanha)

Para manter o diálogo sobre o uso sustentável das florestas, a iniciativa estabeleceu princípios, critérios e padrões que envolvem preocupações econômicas, sociais e ambientais. Os padrões do FSC, hoje amplamente disseminados, representam o mais forte sistema mundial para o manejo de florestas, visando a sustentabilidade. São dez princípios e 57 critérios que remetem a questões legais, direitos indígenas, direitos trabalhistas, benefícios múltiplos e impactos ambientais, levando-se em conta o gerenciamento florestal.

Os dez princípios são os seguintes: obediência às leis e aos princípios do FSC; responsabilidades e direitos de posse e uso da terra; direitos dos povos indígenas; relações comunitárias e dos direitos dos trabalhadores; benefícios da floresta; impacto ambiental; plano de manejo; monitoramento e avaliação; manutenção de florestas de alto valor de conservação e, por fim, plantações.

Good Corporation Ltd (Reino Unido)

É uma certificação distribuída por uma empresa privada às organizações que demonstrem práticas de gestão responsável e melhoras em relação às questões sociais, éticas e ambientais de acordo com um conjunto de critérios definidos. A Good Corporation Ltd confere às empresas uma certificação independente que as ajuda a proteger sua reputação e a promover práticas de negócio responsáveis.

A certificação destina-se a empresas de qualquer tamanho ou setor. Para obtê-la, a empresa tem de comprovar a adoção de boas práticas em relação a funcionários, clientes, fornecedores, comunidade, meio ambiente e acionistas.

Investors in People Standard (Reino Unido)

É um padrão de gestão de recursos humanos, passível de certificação, administrado por uma empresa privada. Tem como proposta fornecer uma metodologia de planejamento e gestão, para melhorar os resultados de organizações, a partir da formação e do desenvolvimento de seus recursos humanos, relacionando-os com as estratégias e objetivos da empresa.

ISO 14064/5 ISO (Suécia)

Normas internacionais que estabelecem diretrizes e procedimentos para a implementação de Projetos MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), previstos no Protocolo de Kyoto, englobando os conceitos sobre mudanças climáticas, emissões e remoções de gases de efeito estufa. A norma ISO 14064 aparece como um diferencial para as empresas que possuem ou estão desenvolvendo projetos de MDL na busca da credibilidade e transparência do projeto, bem como para a valorização dos seus créditos de carbono.

Seus objetivos são: melhorar a confiabilidade ambiental da quantificação de gases de efeito estufa (GEE); aumentar a credibilidade, a consistência e a transparência da quantificação, do monitoramento e da elaboração de relatórios de GEE sobre reduções de emissões e melhorias de remoções de projetos de GEE; facilitar o desenvolvimento e a implementação de planos e estratégias de gerenciamento de GEE de uma organização; facilitar o desenvolvimento e a implementação de projetos de GEE; facilitar a capacidade de acompanhar o desempenho e o progresso na redução de emissões de GEE e/ou aumento nas remoções de GEE; facilitar a concessão de créditos de carbono originados de reduções de emissão ou melhorias de remoção de GEE e sua negociação.

OHSAS 18001 (EUA)

A OHSAS 18001, cuja sigla significa *Occupational Health and Safety Assessment Series*, entrou em vigor em 1999, após estudos de um grupo de organismos certificadores e de entidades de normalização da Irlanda, Austrália, África do Sul, Espanha e Malásia. Essa norma auxilia as empresas a controlar os riscos de acidentes no local de trabalho. É uma norma para sistemas de gestão da Segurança e da Saúde no Trabalho (SST). A certificação por essa norma garante o compromisso da empresa com a redução dos riscos ambientais e com a melhoria contínua de seu desempenho em saúde ocupacional e segurança de seus colaboradores.

A criação da OHSAS 18001 levou em conta algumas normas nacionais já existentes, como a BS 8800, na Inglaterra. A norma se baseia no conceito de que a companhia deve periodicamente analisar e avaliar seu sistema de gestão da SST, de maneira à sempre identificar melhorias e implementar as ações necessárias.

Ela exige que a empresa atenda integralmente à legislação e regulamentos aplicáveis e se comprometa com o aperfeiçoamento contínuo dos processos. Por não estabelecer padrões rígidos, duas organizações que desenvolvam atividades similares, mas que apresentem níveis diferentes de desempenho da SST podem, simultaneamente, atender aos requisitos da norma.

Q-RES Cele (Itália)

Sistema de gestão para a responsabilidade social e ética que pode ser adaptado para empresas privadas, organizações públicas e associações, baseado no conceito de gestão estratégica,

justa e eficaz das relações com *stakeholders*. Para que se obtenha um acordo justo, algumas condições têm de ser preenchidas: os interesses de todos devem ser levados em consideração; todos devem ser informados, e não enganados; ninguém pode sofrer ou ter sofrido violência ou constrangimento; e o acordo tem de ser obtido voluntariamente, pela racionalidade.

O projeto Q-RES visa elaborar um padrão de qualidade de responsabilidade social e ética das corporações que possa ser certificável e capaz de proteger a reputação social e ética, além de construir confiança nas relações com *stakeholders*. A idéia é que as empresas reconhecidas como socialmente e eticamente responsáveis possam gozar de melhores relações com os seus *stakeholders* e ter uma vantagem competitiva em termos de reputação, confiança e credibilidade.

SD 21000 AFNOR (França)

O Guia SD 21000 representa a contribuição francesa para o debate internacional sobre as normas de desenvolvimento sustentável organizado pelas instâncias da ISO. Porém, suas recomendações não são destinadas para certificação. Ele pretende ser um guia de boas práticas, e não a implantação de uma nova norma. Também não é uma receita do desenvolvimento sustentável.

É uma ferramenta pedagógica de sensibilização que ajuda os chefes de empresas a refletirem estrategicamente, a identificarem os desafios significativos e a instaurarem uma iniciativa de progressos do controle das relações com as PI, da integração dos sistemas de gestão e de informação (avaliação, indicadores, *reporting*).

O Guia visa responder, ainda, a duas problemáticas: ajudar as empresas a construir uma estratégia que leva em conta os desafios do desenvolvimento sustentável e levá-lo a efeito, além de organizarem um sistema de transação com as partes externas à empresa numa visão estratégica e construir as ações com base em desafios julgados como significativos.

SGE 21 Forética (Espanha)

Norma voluntária que permite a avaliação da gestão ética e responsável das organizações, estabelecendo um sistema de gestão passível de auditoria e certificação. Tem como objetivo introduzir valores éticos e auditáveis nas áreas de gestão de uma organização de qualquer porte e setor que deseja assumir compromissos sociais, permitindo a avaliação e a verificação dos compromissos adquiridos pela alta direção em termos de responsabilidade social.

A norma desenvolve os critérios que permitem estabelecer, implantar e avaliar nas organizações o sistema de gestão ética e socialmente responsável proposto pelo Forética, que, por sua vez, permite às empresas seu gerenciamento, isto é, planejar, monitorar e avaliar, de acordo com seus valores, as relações com todas as partes interessadas. O sistema garante a integração estratégica dos valores organizacionais nas operações, mediante um enfoque de processos, avaliações e planos de melhoria.


SI 10000 SII (Israel)

A norma SI 10000 aborda práticas de responsabilidade social e envolvimento com a comunidade. Exigências específicas de práticas de responsabilidade social e envolvimento com a comunidade buscam capacitar as companhias a: desenvolverem, manterem e reforçarem políticas e procedimentos para controlar suas ações de RS e interação com a comunidade, e demonstrarem para as partes interessadas que as políticas e procedimentos com foco na comunidade estão sendo seguidas de acordo com as exigências da norma.

VMS DNWE/ZFW (Alemanha)

É a norma alemã de gerenciamento de valores que integra a dimensão moral das transações econômicas e outras questões de valores às estratégias, às políticas e aos procedimentos das companhias. Seus objetivos são: oferecer uma estrutura de proteção sustentável às empresas e ao seu desenvolvimento, em todas as dimensões (jurídicas, econômicas, ecológicas, sociais); auxiliar as empresas a fim de que alcancem o gerenciamento sustentável, nas suas dimensões econômicas, morais, jurídicas e políticas. De acordo com a organização, credibilidade e reputação moral são os pré-requisitos para o sucesso corporativo em sua relação com os mercados e a sociedade.

ISO 26000 (Suécia)

A ISO 26000, como a norma será chamada, estabelecerá um padrão internacional de diretrizes de responsabilidade social. Diferentemente da ISO 9001 e da ISO 14001, não será uma norma para certificação, pelo menos nesta primeira versão. Sua finalidade consistirá em apresentar diretrizes de responsabilidade social (sem ter caráter de sistema de gestão) e orientar organizações de diferentes portes e naturezas – pequenas, médias e grandes empresas, governos, organizações da sociedade civil, entre outras – a incorporá-las à sua gestão. Por ser aplicável a diversos tipos de organização e não somente às empresas, a ISO 26000 utilizará a terminologia responsabilidade social (RS) e não responsabilidade social empresarial. A norma deverá vigorar a partir de 2009. 

Fontes: Marcos Biasioli, advogado, membro do Conselho Editorial da Revista Filantropia e sócio da M. Biasioli Advogados. Fernando Credidio, consultor em comunicação organizacional e marketing para o Terceiro Setor, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

Alunos do Instituto CSU são indicados para seleção na empresa

O Instituto CSU desenvolve um trabalho gratuito de capacitação em informática para jovens e adultos que estão fora do mercado de trabalho. E, em parceria com a CSU TeleSystem, divisão do Grupo CSU na área de tele atendimento, criou o projeto Crescendo com Você, que seleciona alunos do curso de informática para participarem do processo seletivo da companhia. As chamadas acontecem cerca de uma vez por mês e exigem que o candidato tenha no mínimo 18 anos, ensino médio completo e ter concluído pelo menos um dos módulos do instituto.

i www.institutocsu.org.br

CIEE inaugura salas para alfabetização de adultos

O Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) inaugurou em 18 de março, em seu prédio-escola localizado no centro histórico de São Paulo (SP), 16 salas de aula do Programa CIEE de Alfabetização Gratuita para Adultos. Por esse programa, a entidade propicia a pessoas acima de 15 anos a possibilidade de concluir os ensinos fundamental e médio. Serão 320 beneficiados por ano. Os alunos do curso recebem, sem nenhum custo, um kit com material escolar, uniforme, vale transporte e lanche. Lançado em 1997, o programa já beneficiou mais de 50 mil pessoas.

i www.ciee.org.br



Maira Augusta de Oliveira, de 58 anos, quer concluir todo o programa e, depois, se graduar em Nutrição e abrir uma fábrica de pães

Avon lança pulseira em prol das mulheres

A Avon Products apresentou no dia 4 de março, em Nova York, a Pulseira da Atitude (como foi batizada no Brasil), com o objetivo de melhorar a vida das mulheres em todo o mundo. O acessório foi apresentado pela embaixadora global da Avon, a atriz norte-americana Reese Witherspoon, durante o 2º Encontro Anual por um Amanhã Melhor, evento promovido pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) em parceria com a companhia. Os recursos obtidos serão destinados ao novo Fundo Avon para o Fortalecimento da Mulher que, por sua vez, contribuirá com o UN Trust Fund to End Violence Against Women, administrado pelo Unifem.

i www.avon.com



Reese Witherspoon e Andrea Jung, presidente global da Avon, apresentam a Pulseira da Atitude

Instituto Votorantim inicia série Concertos pelo Brasil

Com 90 apresentações em 43 municípios de 12 estados do país, mais o Distrito Federal, a série Concertos pelo Brasil é um projeto que teve início em março deste ano e recebe o patrocínio do Instituto Votorantim, como parte do Programa de Democratização Cultural (PDC). O projeto será realizado nos estados da Bahia, Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás e Sergipe, além de Brasília (DF), entre março e novembro deste ano. A expectativa é receber cerca de 30 mil pessoas, em concertos totalmente gratuitos.

i www.institutovotorantim.org.br



A assistente comercial Vera Viveiros, voluntária no hospital Darcy Vargas

Voluntários da Philips promovem humanização em hospitais

Em parceria com a Associação Viva e Deixe Viver, voluntários da Philips contaram histórias e melhoram o ambiente hospitalar para mais de 3 mil crianças e adolescentes que passaram por internação hospitalar no último ano. Esse é o resultado do segundo ano de parceria entre a empresa e a associação, que capacitou 30 funcionários. Durante as cerca de 600 visitas, os voluntários promoveram entretenimento, cultura e informação educacional em 14 hospitais das cidades de São Paulo e Capuava (SP).

i www.philips.com.br

Sadia é a primeira a usar embalagens certificadas

A Sadia é a primeira empresa brasileira de alimentos congelados a usar embalagens socioambientais certificadas internacionalmente. Iniciativa é fruto de parceria da companhia com a Klabin e prevê a utilização de papel cartão e papelão certificados com o selo Forest Stewardship Council (FSC), que garante o manejo sustentável das florestas em todo o mundo.

i www.sadia.com.br

Mueller, Alstom e PSA Peugeot Citroën inauguram Escolas Formare

Durante o mês de março, três novas parceiras da Fundação Iochpe deram início às atividades de suas Escolas Formare. No dia 3 a Mueller realizou sua inauguração, em Contagem (MG), e no dia 17 foi a vez da Alstom inaugurar uma unidade em Taubaté (SP) e a PSA Peugeot Citroën, em Porto Real (RJ). Com as novas turmas, mais 60 jovens começam o processo de capacitação para o mercado de trabalho.

i www.alstom.com.br
www.formare.org.br
www.mueller.com.br
www.psa-peugeot-citroen.com



Alunos e voluntários da Mueller

Txai Itacaré e Track & Field juntos pela preservação de tartarugas

O Txai Itacaré e a Track & Field se uniram para apoiar a conservação de ninhos de tartarugas marinhas que desovam nas praias de Itacarezinho, Patizeiro e Pompilho, em Itacaré (BA). A marca desenvolveu uma linha especial de camisetas confeccionadas a partir de garrafas PET e almofadas FOM em poliestireno, 100% ecológico, e parte das vendas é revertida para o projeto Txaitaruga.

i www.tf.com.br
www.txai.com.br

YCI capacita jovens para o mercado hoteleiro

Começou em 31 de março a edição 2008 do programa Youth Career Initiative (YCI), cujo objetivo é capacitar jovens de baixa renda para o mercado de trabalho na área da hotelaria. O programa treinará 94 jovens e contemplará 12 hotéis, distribuídos em São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Costa do Sauípe (BA). Além do treinamento profissional, com duração de 24 semanas, a iniciativa propõe instruções em finanças pessoais, habilidades de relacionamento, saúde pessoal e bem-estar.

i www.youthcareerinitiative.org



Alunos em treinamento pelo programa do YCI na Marriott

© UNICEF/BRZ/ANA MARIA SILVA



Rafael Araújo de Andrade, do Cecip; Bruna Souza, do Aprendiz; Luis Álvarez, presidente da BT Global Services; Marie-Pierre Poirier, representante do Unicef no Brasil; Maria Livani Moura da Silva, da Comunicação e Cultura; Ivania Tupinambá Ramos, da Cipó; João Macias, vice-presidente da BT Global Services para a América Latina; e Roger Inácio dos Santos, da Oficina de Imagens, no lançamento da parceria

BT e Unicef lançam programa para adolescentes

BT e Unicef anunciaram em 8 de abril o lançamento de um projeto com foco em educação e comunicação para adolescentes brasileiros que vivem em comunidades de baixa renda. A BT está oferecendo R\$ 1,75 milhão (500 mil libras esterlinas) para custear o programa, que vai apoiar e treinar os jovens na utilização de uma série de ferramentas de comunicação, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação em suas escolas e comunidades, além de contribuir no processo de tomada de decisões para sua vida. Espera-se que a iniciativa beneficie 10 mil adolescentes nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Fortaleza.

i www.bt.com
www.unicef.org.br

Marriott International apoia proteção da Amazônia

A Marriott International e o Estado do Amazonas assinaram em 7 de abril um acordo para ajudar a proteger 1,4 milhão de acres da floresta Amazônica. A parceria, firmada entre governo e uma empresa privada, é uma das primeiras no mundo a reduzir emissões de gases de efeito estufa pelo desmatamento. A Marriott destinou US\$ 2 milhões a um plano de gerenciamento ambiental administrado pela recém-criada Fundação pela Sustentabilidade do Amazonas. Além disso, até o final do ano os hóspedes terão a chance de compensar as emissões de gás de efeito estufa, geradas por suas estadas em hotéis da rede, contribuindo com o fundo destinado à floresta.

i www.amazonas.am.gov.br
www.marriott.com

Sustentabilidade – Você sabe o que significa essa palavra?

Ainda hoje, conceito não é absorvido de maneira global pela sociedade, sendo confinado a entendimentos rasos

Fernando Credidio
fernando.credidio@futurosustentavel.org.br



Estamos ouvindo – e vamos ouvir cada vez mais – a palavra sustentabilidade. Ela está presente no ambiente corporativo, nas capas das revistas, nas manchetes dos jornais, nos comerciais de televisão, nas discussões acadêmicas e até nas rodas de amigos. Muita exposição e pouca explicação. Muito discurso e pouca prática.

Quando perguntada sobre o significado da palavra sustentabilidade, a expressiva maioria das pessoas demonstra desentendimento a respeito da expressão, fato preocupante, já que ela veio para modificar, em muito, a vida de todos. Desse conceito, depende a nossa própria sobrevivência no planeta.

Pesquisa divulgada pelo Ibope, no segundo semestre do ano passado, apontou que a maior parte dos cidadãos acredita que a sustentabilidade está relacionada à qualidade do produto, à gestão da empresa e ao quanto ela é tradicional e de confiança. Poucos mencionaram os outros aspectos que compõem uma política sustentável. A mesma pesquisa constatou que os cidadãos executam uma série de ações de maneira desarticulada. Alguns não adquirem produtos “piratas”, outros reciclam o lixo. Há ainda aqueles que racionam energia e os recursos hídricos.

Nas empresas acontece o mesmo, ainda que os empresários e executivos tenham se mostrado um pouco mais alinhados com o conceito de sustentabilidade que se trabalha hoje. Mesmo assim, 80% dos entrevistados enfatizou a gestão, focando mais no aspecto ético, no cumprimento das leis e na não-discriminação. Sustentabilidade também é isto, mas vai mais além.

Conceito

Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente apresentou na ONU um diagnóstico dos problemas ambientais, cujo documento ficou conhecido como Relatório Brundtland. Ele propunha que o desenvolvimento econômico fosse integrado à questão ambiental. Foi quando apareceu, pela primeira vez, o conceito de sustentabilidade.

Como se vê, a definição não é tão nova assim. Ocorre que, à época, não se sabia bem o que propor. Existia o conceito, mas faltavam tecnologia e investimentos. Atualmente, temos ambos. Portanto, a oportunidade está em nossas mãos. Já possuímos as ferramentas necessárias para compreender, exatamente, quais são as conseqüências de cada ação nossa no planeta e, mais do que isto, partir do discurso para a ação.

Em suma, sustentabilidade é um conceito sistêmico que resulta e se reflete nas atitudes das pessoas, das organizações, e está diretamente ligada à sobrevivência do planeta. Para os mais pragmáticos, ela é o ponto de intersecção entre as estratégias de negócio de uma organização e os interesses de toda a sociedade. A definição mais difundida, contudo, é a da ONU, que define sustentabilidade como “o atendimento das necessidades das gerações atuais, sem comprometer a possibilidade de satisfação das necessidades das gerações futuras”.

Sustentabilidade significa, sobretudo, sobrevivência. Sobrevivência dos recursos naturais, dos empreendimentos e da própria sociedade. Não por acaso, ela está baseada no chamado *Triple Bottom Line*, uma expressão britânica sem tradução para o português, constituído por três



pilares: o econômico, o social e o ambiental. Isto quer dizer que, para qualquer empreendimento se tornar viável, daqui para frente ele terá de ser socialmente justo, ambientalmente responsável e economicamente lucrativo. Dessa maneira, para que haja a perenidade do negócio, esses três componentes deverão estar, obrigatoriamente, presentes.

Sem lucro não existe sustentabilidade, porque o empreendimento não sobreviverá. A antiga oposição entre desenvolvimento e meio ambiente é coisa do passado; não há mais espaço para essa postura no século 21. O desenvolvimento econômico tem de ser sustentável. Se não for, não pode ser considerado desenvolvimento econômico.


Entretanto, a viabilidade econômica, por mais importante que seja, deve possuir um caráter puramente instrumental. O crescimento econômico não pode ser um fim em si mesmo, mas, sim, uma maneira de alcançar os objetivos sociais, respeitando a condicionalidade ambiental.

Desafios

A sustentabilidade não é mais uma questão para uma parcela da sociedade. Todos têm de participar. Como já foi dito, ela precisa ser entendida como uma garantia da manutenção dos recursos naturais, da sobrevivência da humanidade e das próprias empresas. O brasileiro tem a consciência muito clara, até intuitiva, a respeito do impacto de suas ações sobre o meio ambiente. O que ele ainda não desenvolveu é a percepção de que qualquer ação individual, da família, da rua, da vila, do bairro ou do município se repercute, de modo significativo, sobre o seu ambiente.

Paralelamente, no âmbito corporativo, a sustentabilidade ainda é encarada de maneira pontual e pulverizada, havendo dois grandes desafios a serem enfrentados. O primeiro diz respeito à disseminação do conceito, que precisa ser mais bem entendido e não confundido com o significado mais direto da responsabilidade social ou da filantropia, mas, sim, como um valor estratégico que garanta a perenidade da organização. O segundo grande desafio se refere à transparência das organizações ao se comunicarem com os seus diferentes públicos – a chamada prestação de contas, fundamentada em dados, métricas, séries históricas e metas, que, infelizmente, ainda não estão presentes na agenda empresarial.

Ainda assim, as mudanças já começaram. Propostas não faltam, nem questionamentos. Mas em um ponto todos concordam: é preciso fazer muito mais do que está sendo feito hoje. E as medidas devem ser urgentes. Estamos apenas no início das discussões. Falta um longo caminho pela frente. A mudança de atitude da sociedade e da cultura empresarial não se faz da noite para o dia. Então, é necessária uma visão de longo prazo e propostas ambiciosas. Ambiciosas, mas factíveis.

Vivemos um capítulo importante da História que todos devem ajudar a escrever. Neste momento, temos a obrigação de pensar sobre que tipo de mundo vamos deixar para as futuras gerações. A situação atual exige ações urgentes e traz desafios que precisam ser vencidos para a promoção do desenvolvimento econômico, ambiental e socialmente sustentável do Brasil e deste condomínio chamado Terra. 

“Sustentabilidade significa, sobretudo, sobrevivência. Sobrevivência dos recursos naturais, dos empreendimentos e da própria sociedade”

Fernando Credidio. Professor, articulista e consultor em sustentabilidade e comunicação e marketing para o Terceiro Setor, além de ministrar cursos e palestras por todo o país.



Sustentabilidade na prática

Empresas incorporam crescimento sustentado aos negócios

Lívio Giosa

liviogiosa@liviogiosa.com.br



Por força do reconhecimento da importância da visão social e ambientalmente responsável, o mundo corporativo começa a avaliar agora a sua atividade sob o foco do desenvolvimento sustentável e suas influências no contexto das suas ações.

Um dos conceitos consagrados de sustentabilidade diz que é o princípio de uma sociedade que mantém as características necessárias para um sistema social justo, ambientalmente equilibrado e economicamente próspero por um longo período de tempo. Alinhar estes três pontos-chaves da visão sustentável das organizações é o desafio constante que vem sendo percorrido, tanto pelo ponto de vista interno quanto externo às empresas.

Para incluir esta percepção, também sob o olhar estratégico, há que se incorporar um quarto fator desta linha de raciocínio: governança e gestão permanentes. Como, então, enquadrar todo este processo no dia-a-dia das empresas?

A Fundação Dom Cabral, recentemente, divulgou uma pesquisa demonstrando que ainda está longe da prática rotineira das campanhas levantadas a caracterização da sustentabilidade no seu negócio. Também, poderia. Tudo é muito novo, e o processo de conscientização e sensibilização tem de ser pleno, presente e contínuo junto a todos os níveis hierárquicos da empresa.

Por isso, sugerimos às organizações a adoção de um Programa de Sustentabilidade, capaz de abordar e influenciar as suas práticas e atitudes do conjunto de *stakeholders* envolvidos.

Este programa é dividido em três módulos: “Momento Empresa Sustentável”, voltado para a percepção estratégica da empresa na concepção do seu negócio e junto a todos os *stakeholders*; “Fornecedores Sustentáveis”, voltado para proporcionar um aprimoramento da empresa e conscientização dos seus fornecedores quanto ao tema; e “Cidadão Sustentável”, voltado para todos os funcionários/trabalhadores da empresa, no sentido de alinhá-los como agentes de transformação para mudanças

de atitudes, consumo consciente e práticas efetivas de sustentabilidade.

Assim, novos valores são incorporados às organizações, capazes de influenciar suas camadas de interlocutores da sociedade. A empresa tem força e reconhecimento para isto. Basta dar o primeiro passo e responder ao chamado da cidadania corporativa, com mudanças de atitudes. E aí, sem dúvida, os herdeiros do futuro agradecerão.



Lívio Giosa, Vice-presidente da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB), coordenador-geral do Instituto ADVB de Responsabilidade Social (Ires) e coordenador-geral do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).

Sistema de Captação de Fundos e Gerenciamento de Recursos

SISCAF-GR é um sistema atual, moderno, customizável e bastante abrangente, que permite efetuar acompanhamento e controle gerencial total. Emite boletos, controla sua carteira de cobrança e suas receitas e despesas.

Solicite-nos maiores informações também sobre o PROJETO APRENDIZES

Consultoria e Sistemas Ltda

Av. Angélica, 546 sala 2 | (11) 3661.3034 | 3822.2432 | 9933.9416 | www.checkupinfo.com.br | checkupinfo@checkupinfo.com.br

CHECKUP
informática

9º Prêmio Re(ha)bilita Rio homenageia empresas e personalidades

Aconteceu em 31 de março, no centro do Rio de Janeiro (RJ), a cerimônia de entrega do 9º Prêmio Re(ha)bilita Rio, promovido pelo Movimento Re(ha)bilita Rio a fim de reconhecer as empresas que contribuíram para mudar a realidade de crianças e adolescentes deficientes atendidas pelas instituições Sociedade Beneficente de Anchieta (SBA), Associação de Assistência à Criança Surda (AACR) e Centro de Orientação e Reabilitação Beneficente de Inhaúma (Corbi). Dividida em 16 categorias, a premiação homenageou empresas públicas e privadas, além de personalidades, que se destacaram com projetos e ações sociais, relacionados às instituições, em 2007.

www.mrr.org.br



O coordenador do Movimento Re(ha)bilita Rio, Márcio Petrone, com o vereador Márcio Pacheco, que recebeu o prêmio na categoria Político do Ano, e Mônica Volpato, diretora do Senac Rio, premiado na categoria Programa Modelo



O vice-campeão de simples Laszlo Farkas, da Hungria, e o campeão Joachim Gerard, da Bélgica

Minas Tennis Open recebe paraatletas de 13 países

Terminou em 6 de abril, em Belo Horizonte (MG), o 3º Minas Wheelchair Tennis Open, torneio que faz parte do Circuito Internacional de Tênis em Cadeira de Rodas e que distribuiu US\$ 8 mil em prêmios aos tenistas. Com quatro dias de jogos, esta foi a maior etapa já disputada no Brasil em número de países representados: Argentina, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Eslováquia, Espanha, França, Hungria, Itália, Japão e Malásia. O evento mostrou que o tênis em cadeira de rodas encontra-se em grande fase de expansão no país, seguindo a tendência mundial.

www.tenisparatodos.com.br



Dicionário Aurélio no formato Lida

Dicionário Aurélio em formato Lida

A Fundação Dorina Nowill para Cegos lançou na Reatech – evento que ocorreu entre 24 e 27 de abril – o dicionário Aurélio no formato Livro Digital Acessível (Lida). Com 136 mil verbetes digitalizados, o deficiente visual poderá realizar pesquisas rápidas com esse sistema, o que é inviável no formato braille devido ao volume de palavras. Lançado em abril de 2007, o Lida é uma ferramenta criada pela fundação que possibilita a navegação por obras por meio de um sistema de voz digital. Outro recurso do programa é o de anotações, que permite ao usuário exportar suas notas para o Word e imprimi-las.

www.lida.org.br



Alunos do curso de capacitação em TI

Capacitação de pessoas com deficiência em TI

O Instituto de Pesquisas Eldorado lançou em 2008 uma nova abordagem do projeto Oficina do Futuro, que oferece, gratuitamente, capacitação em TI para pessoas com deficiência. As duas primeiras turmas, na fase piloto do projeto, concluíram em 12 e 16 de abril os cursos em Processos de Manufatura e Soluções em TI. Os 29 alunos foram divididos em duas turmas, deficientes físicos e auditivos, e receberam a orientação de professores preparados para atender suas demandas pedagógicas específicas e instalações adequadas à acessibilidade desse público.

www.eldorado.org.br
www.oficinadofuturo.org.br

Veículos adaptados para transporte de cadeirantes

A Technobras Veículos Especiais traz para o Brasil soluções de alta tecnologia europeia para adaptação de vans e veículos de uso misto que incluem plataformas, fixações, bancos especiais, cintos de segurança e outros itens, tornando mais seguro, prático e confortável o transporte de idosos e cadeirantes. Os projetos são personalizados pela equipe de Engenharia da Technobras e encaminhados para a unidade de transformação em Betim (MG), onde profissionais treinados na Europa darão continuidade ao desenvolvimento da solução.

www.technobras.com.br



Exemplo de adaptação em van



Grupo de escoteiros em atividade no Circuito Aventura

Esportes radicais no 9º Circuito Aventura

Rapel, tirolesa, parede de escalada, entre outros equipamentos radicais, fizeram parte do 9º Circuito Aventura, que aconteceu em 18 de maio no Parque Regional da Criança, em Santo André (SP). Realizado pela Prefeitura de Santo André, com patrocínio da Associação das Indústrias do Pólo Petroquímico do Grande ABC (Apolo), o evento reuniu mais de 250 deficientes com o objetivo de incentivar a superação de limites por meio da prática de esportes radicais. As novidades desta edição foram o picadeiro, com três malabaristas, onde o público aprendeu as práticas do malabares, e o sky coaster, pêndulo que lança a pessoa de uma altura de seis metros e funciona como um balanço.

www.poloabc.com.br
www.santoandre.sp.gov.br

O direito de ir e vir... de carro!

Isenções de impostos para portadores de necessidades especiais deixam o carro cerca de 27% mais barato

Por Juliana de Souza

Em um país em que, somente no primeiro trimestre deste ano, mais de 1 milhão de veículos foram emplacados, as facilidades para a compra de um carro por uma pessoa com necessidades especiais ainda não são muito difundidas, infelizmente. Obstáculos e preconceitos estão presentes no dia-a-dia de todos os cidadãos, mas, quando se trata de pessoas com mobilidade reduzida, a história fica ainda mais complicada.

Muitas vezes, os impedimentos fazem com que elas sequer se lembrem que têm o direito de comprar um carro e dirigir. O Brasil possui mais de 16 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), e as exigências, a falta de informações, além da burocracia, emperram um mercado marginalizado e carente de opções de modelos e bom atendimento.

Em primeiro lugar, informação

Com apenas 23 anos, Cláudio Mesquita sofreu um acidente durante o serviço militar e teve as duas mãos comprometidas. Hoje, aos 47, diz que um dos maiores obstáculos

para comprar um veículo adaptado é a falta de informação. “Muita gente abre mão de dirigir por achar que vai enfrentar uma tremenda burocracia e muito constrangimento. Isso acontece, mas o importante é exigir os nossos direitos e difundir os benefícios que temos”, encoraja.

Quando fala em benefícios na compra de um automóvel, Cláudio se refere à isenção de impostos, como Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). “Além do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), caso necessite de financiamento para a aquisição do bem, e até liberação do rodízio obrigatório”, explica o advogado e docente da Universidade Ibirapuera, Edison Fernandes.

Tudo isso, chega a deixar o carro de 25% a 27% mais barato. Desde que o requerente ultrapasse todas as etapas burocráticas:

- **IPI:** o pedido de isenção deste imposto é feito na unidade da Receita Federal mais próxima da residência do condutor. Ele deve levar documentos pessoais, Carteira Nacional de Habilitação

(CNH) e um formulário disponível no site da Receita. Esse benefício pode ser renovado a cada dois anos.

- **ICMS:** é a Secretaria da Fazenda de cada estado que dá isenção deste imposto. Além de documentos pessoais e da CNH, o condutor já precisa indicar o carro que vai comprar, por meio de uma carta da concessionária ou do ponto-de-venda. A isenção do ICMS pode ser renovada a cada três anos e está limitada a carros novos, de fabricantes nacionais, que custem até R\$ 60 mil e não sejam utilitários.
- **IPVA:** depois de documentar o carro no Detran, o condutor deve dar entrada no pedido de isenção de IPVA e do rodízio obrigatório, munido de cópias dos documentos pessoais, cópias dos documentos do veículo e nota fiscal de compra. A isenção vale durante todo o período em que o carro estiver no nome do mesmo condutor.
- **IOF:** para adquirir a isenção deste imposto o condutor deve ter em mãos um laudo de perícia médica que especifique o tipo de deficiência e a total incapacidade de dirigir veículos convencionais.

Aqueles que têm deficiência e querem comprar um veículo, mas não são os condutores, também podem obter a isenção do IPI. “Isso vale para qualquer pessoa, mesmo



Inovação e tecnologia

A Cavenaghi acaba de colocar no mercado um importante aliado para as pessoas que queiram adaptar o carro. A EC 2000 FIII é um equipamento que automatiza completamente o processo de embreagem do carro mecânico, ou seja, substitui a embreagem com um sistema computadorizado que des envolve as mesmas funções da convencional, porém, automaticamente. “Este novo produto permite controlar a velocidade de resposta do pedal da embreagem, evitando o retorno repentino, principal queixa dos usuários”, revela Carlos Cavenaghi.



DIVULGAÇÃO

uma criança ou um portador de deficiência mental. É só obter o laudo da Receita Federal feito por um médico credenciado pelo Sistema Único de Saúde (SUS)”, salienta a empresária Névia Bernardes, proprietária de uma empresa de São Paulo especializada no assunto.

Atendimento preferencial

Inaugurada em São Paulo no mês de janeiro, a Grand Special é a primeira concessionária na América Latina que atende exclusivamente clientes com deficiência física e mobilidade reduzida.

A loja faz parte do Grand Company, um dos mais expressivos grupos de concessionárias autorizadas de veículos do Brasil.

A idéia de criar uma loja especializada surgiu na reforma de uma das unidades do grupo na baixada santista. Na ocasião, a diretoria das concessionárias viu a grande importância em oferecer acessibilidade às pessoas com necessidades especiais. “São pessoas com uma garra enorme, é impossível não se contagiar. Nós apostamos em um nicho de mercado com o qual nos identificamos”, diz o diretor comercial das concessionárias Grand Company, Dreyfus Carmona.

O espaço reúne importantes empresas do setor preparadas para auxiliar o comprador, desde a carteira de habilitação até o seguro automotivo. Tudo isso aliado a um *showroom* completo e com vendedores treinados pela Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais (Avape), para

que o cliente saia dirigindo seu carro novo sem complicação.

A Honda do Brasil é uma das empresas que possui um programa especial para pessoas com necessidades, o Honda Conduz. Lançado há mais de dez anos, o programa inclui o treinamento diferenciado de vendedores, informação sobre isenção de impostos e detalhes sobre a preservação da garantia. “O grande objetivo do Honda Conduz é assessorar o cliente de maneira personalizada e agilizar o processo de compra do veículo”, explica Ângela Oliveira, secretária de vendas da Niponsul – concessionária Honda em Curitiba.

Tipos de adaptações

Seja para acelerar, frear ou trocar de marcha, Marcelli Gomes tem pelo menos uma das mãos no volante. Para acelerar, ela puxa uma alavanca que tenciona um fio grosso de nylon ligado ao acelerador. Para frear, basta empurrar a alavanca conectada ao pedal por uma barra de ferro.

De acordo com especialistas, o tempo para fazer uma adaptação varia de 15 minutos a duas semanas – de acordo com a necessidade –, mas a média de tempo fica entre 12 e 24 horas de trabalho. O custo é outro fator determinado pelo tipo de deficiência. O valor mínimo é de R\$ 422, e o máximo atinge R\$ 5 mil.

Segundo Carlos Eduardo Cavenaghi, proprietário da Cavenaghi – empresa líder no mercado de adaptação veicular para pessoas com deficiências –, “a demanda por carros adaptados no Brasil está estimada em 140 carros por mês”. Entre os tipos de adaptação estão:

- **volante:** pode ser utilizada uma espécie de alça para encaixe da mão ou encaixes de dois ou três pinos onde são colocados punho e dedos. Um pomo giratório (espécie de bola achatada), também pode ser utilizado, caso exista

Opções de adaptação para bancos oferecidas pela Cavenaghi

algum movimento de dedos. Todas estas adaptações são presas ao volante e giram sob seu próprio eixo, possibilitando todas as manobras.

- **freio e acelerador:** para estes comandos, pode ser utilizada uma única alavanca que, quando puxada para trás, acelera o veículo e, quando empurrada para frente, aciona o freio.
- **bancos especiais:** para ter mais conforto, o motorista pode adaptar também o banco do carro. Alguns modelos giram para a porta, facilitando a entrada e a saída do motorista; outros chegam a sair inteiramente do automóvel, chegando próximos ao chão e os mais avançados possuem uma base especial que conectam o banco do carro à cadeira de rodas.
- **demais comandos:** os diversos botões para acionamento dos controles dos vidros, espelhos, faróis, seta, travas e demais acessórios poderão ser adaptados de acordo com as necessidades e a conveniência do condutor. 🛠️

Links

- www.cavenaghi.com.br
- www.grandcompany.com.br
- www.neviaisencoes.com.br

Instituto HSBC Solidariedade apóia projetos sociais

Projetos educacionais de todo o país, voltados ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, podem se inscrever na seleção realizada pelo Instituto HSBC Solidariedade. Serão avaliados e selecionados 40 projetos, que receberão apoio por dois anos. Cada um deles receberá R\$ 40 mil no primeiro ano e até R\$ 20 mil no ano seguinte. Inscrições até 25 de julho.

i www.porummundomaisfeliz.org.br

Prêmio Educadores Inovadores, da Microsoft

A Microsoft Brasil está com inscrições abertas para a 3ª edição do Prêmio Educadores Inovadores, cujo objetivo é reconhecer os melhores projetos educacionais brasileiros que utilizam a tecnologia para aperfeiçoar o processo de ensino e de aprendizagem. Aberto a educadores da rede pública, fundações, secretarias de educação e ONGs que participam dos programas educacionais que a Microsoft mantém em 20 estados do Brasil. Inscrições até 8 de agosto.

i www.microsoft.com/brasil

Programa de Democratização Cultural Votorantim

Estão abertas as inscrições para a 3ª seleção pública do Programa de Democratização Cultural do Instituto Votorantim, que selecionará projetos que objetivem a fruição, experimentação e vivência de conteúdos culturais pelo público, principalmente pelos jovens entre 15 e 24 anos. A empresa investirá neste edital R\$ 4 milhões em iniciativas de todas as áreas culturais. Inscrições até 8 de agosto.

i www.institutovotorantim.org.br/democratizacaocultural

Concurso Banco Real Talentos da Maturidade

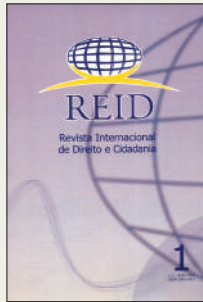
Em sua 10ª edição, o concurso Talentos da Maturidade, promovido pelo Banco Real, vai apoiar instituições sem fins lucrativos que necessitem de recursos financeiros e sejam voltados à qualidade de vida e integração do idoso na sociedade, além de incentivar a produção artística e cultural de pessoas com mais de 60 anos. Os projetos selecionados receberão, além de orientação e ajuda financeira de até R\$ 100 mil, uma consultoria que os auxiliará a gerar resultados sustentáveis. Inscrições até 22 de agosto.

i www.bancoreal.com.br/talentos

Radar

Revista Internacional de Direito e Cidadania

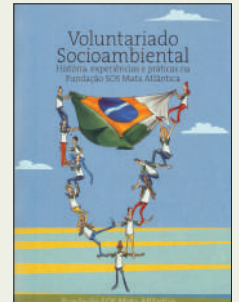
O Instituto Estudos Direito e Cidadania (IEDC) lançou em maio a 1ª edição da *Revista Internacional de Direito e Cidadania – Reid* (R\$ 28,50 ou download gratuito), coordenado por Inês Virgínia Prado Soares e Sandra Akemi Shimada Kishi. Com periodicidade quadrimestral, a publicação tem como finalidade a produção de material teórico atualizado que envolve os direitos sociais. Foram convidados a integrar o Conselho Editorial profissionais brasileiros e estrangeiros que se dedicam à busca da efetividade dos direitos fundamentais e se destacam por sua experiência prática e produção acadêmica.



i www.habiliseditora.com.br
www.iedc.org.br/reid

Voluntariado Socioambiental

A Fundação SOS Mata Atlântica lança o livro *Voluntariado Socioambiental – Histórias, Experiências e Práticas na Fundação SOS Mata Atlântica* (81 pág., distribuição gratuita). Além da história da organização, a obra traz algumas técnicas de como organizar um programa de voluntariado, o processo de seleção e treinamento, avaliação, planejamento, além de regras e dicas práticas que podem enriquecer as atividades das organizações.



i www.sosma.org.br

Blog bem-humorado retrata a vida dos cadeirantes

Hospedado no Globo Online, o blog *Mão na Roda* trata-se de “um guia de sobrevivência de um cadeirante cidadão”, produzido por Eduardo Câmara, cadeirante; Gabriella Zubelli, arquiteta e urbanista, especialista em acessibilidade; e Bianca Marotta, andante e namorada de um cadeirante. Eles escrevem, voluntariamente, sobre o cotidiano de pessoas com deficiência, dão dicas de locais acessíveis, contam casos e levantam algumas questões para reflexão e discussão sobre o tema acessibilidade.

i <http://oglobo.globo.com/blogs/maonaroda>



Deutsche Bank promove Urban Age Award

O Deutsche Bank Urban Age Award é uma iniciativa associada ao projeto de investigação conjunta entre Alfred Herrhausen Society, Deutsche Bank e London School of Economics and Political Science sobre o futuro das cidades. O prêmio foi criado para reconhecer e celebrar soluções criativas a problemas e oportunidades com os quais se depara a população urbana. Seu objetivo é incentivar cidadãos, formadores de políticas, empresas privadas e ONGs a assumirem um papel pró-ativo, a fim de forjarem responsabilidades partilhadas nas cidades. Inscrições até 1º de setembro.

www.urban-age.net

Programa ECC de Apoio ao Terceiro Setor

O Grupo ECC, proprietário das empresas E-Consulting Corp. e DOM Strategy Partners, iniciam a homologação de novas organizações para fazerem parte do Programa ECC de Apoio ao Terceiro Setor (Peats). Iniciado em 1999, promove um processo de apoio contínuo, sistêmico e profissional a entidades da sociedade civil, fortalecendo o comprometimento social vivido por todos os colaboradores no seu dia-a-dia. A meta é homologar cinco novas instituições até 31 de outubro.

www.grupoecc.com.br

Prêmio Empreendedor Social 2008

A Folha de S.Paulo e a Fundação Schwab promovem a 4ª edição do prêmio Empreendedor Social 2008, que visa identificar e premiar líderes de organizações ou empresas que alcançaram soluções para problemas sociais com uma abordagem inovadora e de maneira replicável. O vencedor fará parte de uma rede mundial de empreendedores, tendo acesso à consultoria internacional gratuita e bolsas de estudo em instituições de primeira linha nos EUA e na França. Também será convidado a participar do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. Inscrições até 10 de agosto.

www.uol.com.br/empreendedorsocial

ONGs podem publicar livros pela Imprensa Oficial

Diversidade de temas e visões é a marca do Imprensa Social, selo da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo voltado para a publicação de livros com trabalhos relevantes realizados por ONGs de todo o Brasil e previamente aprovados por uma comissão de educadores. Unesco, Andi, Intervezes, Ashoka Brasil, Geledés Instituto da Mulher Negra e Açã Educativa são algumas das entidades que já tiveram obras publicadas.

www.imprensaoficial.com.br/imprensasocial

Marketing Social

Com ênfase na ótica de promoção da transformação social, o livro *Marketing Social – Novos Paradigmas* (210 págs., R\$ 55), do consultor Miguel Fontes, oferece uma fundamentação teórica sobre a importância do investimento social, em contraposição aos projetos destinados ao resgate de dívidas sociais. A obra também mostra que a sociedade deve implementar as inovações sociais a partir da adoção de comportamentos, atitudes e práticas individuais e coletivas orientadas por preceitos éticos, fundamentados nos direitos humanos e na equidade social.

www.campus.com.br
0800-265340



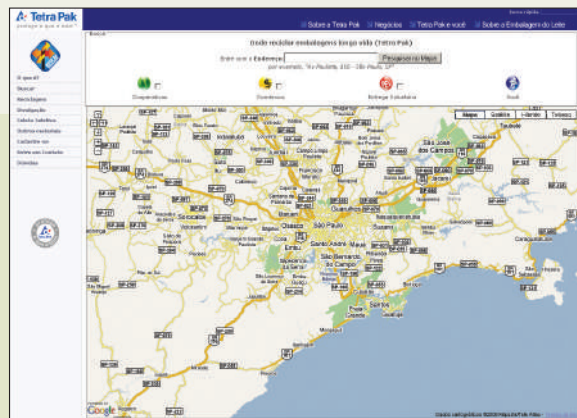
AfroReggae leva programa de rádio para SP

Estreou em maio, em São Paulo (SP), o programa Conexões Urbanas, produzido pela Rádio Eldorado FM em parceria com o Grupo Cultural AfroReggae. Com uma programação que alia música e conteúdo com entrevistas e convidados especiais, a atração pretende dar espaço às novas criações musicais, novas tendências e tradições culturais que passam longe do centro das atenções da grande mídia. O programa, que já é sucesso no Rio de Janeiro (RJ) e em Porto Alegre (RS), vai ao ar toda quinta-feira, a partir das 22h, e seu conteúdo será totalmente voltado ao público paulistano.

Onde reciclar embalagens longa vida

Em uma iniciativa inédita para a internet brasileira, a Tetra Pak disponibiliza o primeiro buscador específico de pontos de coleta seletiva e reciclagem de embalagens longa vida. Denominado Rota da Reciclagem, o sistema conta com a tecnologia do Google Maps para apontar a localização e o contato de cooperativas, pontos de entrega voluntária de materiais recicláveis e comércios ligados à cadeia de reciclagem em todo o território nacional. A maioria dos locais indicados concentra-se nas capitais e grandes cidades das regiões sul e sudeste. Mas a lista deve crescer, pois o site permite que sejam enviadas sugestões de postos de coleta e cooperativas que ainda não estão cadastradas.

www.rotadareciclagem.com.br



Agenda

Julho

28 a 30/7

Gerenciamento de Projetos Sociais nas Empresas

Realização: Senac São Paulo
Local: Rua 24 de Maio, 208 – 1º andar
São Paulo/SP
www.sp.senac.br
0800-8832000

28 a 30/7

Balanco Social: Elaboração e Interpretação

Realização: Senac São Paulo
Local: Rua 24 de Maio, 208 – 1º andar
São Paulo/SP
www.sp.senac.br
0800-8832000

28 a 30/7

Curso: Gestão Contábil no Terceiro Setor

Realização: TSA – Consultoria e Assessoria ao Terceiro Setor
Local: Av. Plínio Brasil Milano, 20
Porto Alegre/RS
www.tsa.com.br
tsa@tsa.com.br
(51) 3325-2080

Agosto

1/8

O Direito e a Igreja: a Legislação Aplicada às Organizações Religiosas

Realização: Dialogo Social Eventos
Local: Instituto ADVB – Rua Treze de Maio, 1.413
São Paulo/SP
www.dialogosocial.com.br
dialogosocial@dialogosocial.com.br
(11) 2281-9643 / 7186-9906

6 a 8/8

2ª Conferência Internacional – “Inovação para o Terceiro Setor: Sustentabilidade e Impacto Social”

Realização: Instituto William Davidson e Conversando com as Nações Unidas
Local: Av. Engenheiro Eusébio Stevas, 823
São Paulo/SP
www.impactosocial.org.br

9 a 30/8

Avaliação como Estratégia para Programas e Projetos Sociais Sustentáveis

Realização: Senac São Paulo
Local: Rua Francisco Coimbra, 403
São Paulo/SP
www.sp.senac.br
0800-8832000

11 a 14/8

Elaboração de Projetos Sociais para Organizações do Terceiro Setor

Realização: Senac São Paulo
Local: Rua 24 de Maio, 208 – 1º andar
São Paulo/SP
www.sp.senac.br
0800-8832000

13 a 15/8

2ª Mostra Sistema FIESP de Responsabilidade Socioambiental

Realização: Fiesp
Local: Bienal de São Paulo, Parque do Ibirapuera – Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº
São Paulo/SP
www.fiesp.com.br
cores@fiesp.org.br
(11) 3549-4548

15/8

Curso de Criação de Associações e Cooperativas

Realização: Fundação Semear
Local: Rua: Joaquim Pedro Soares, 540
Novo Hamburgo/RS
www.fundacaosemear.org.br
morgana@fundacaosemear.org.br
(51) 2108-2108, r. 2162 / 2193

16/8 a 4/10

Empreendedorismo Social

Realização: Senac São Paulo
Local: Rua Scipião, 67
São Paulo/SP
www.sp.senac.br
0800-8832000

17/8

1º Festival de Cantigas Afro-Brasileiras do Ciafro

Realização: Ciafro
Local: Rua dos Expedicionários, 91
Nilópolis/RJ
www.portalciafro.org.br
contato@portalciafro.org.br
(21) 3761-3354

19 e 20/8

Com: Atitude 2008 – 6º Seminário de Atitude de Marca

Realização: Significa
Local: Rua Dr. Plínio Barreto, 285
São Paulo/SP
www.comatitude.com.br
(11) 2818-5030

20 a 22/8

Oficina de Elaboração, Implementação e Gestão de um Programa de Voluntariado Empresarial

Realização: Dialogo Social
Local: Rua Dr. César, 530
São Paulo/SP
www.dialogosocial.com.br
dialogosocial@dialogosocial.com.br
(11) 2281-9643 / 7186-9906

27 a 29/8

KMBrazil 2008 – Congresso Anual da Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento

Realização: Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento (SBGC)
Local: Rua Teixeira da Silva, 647
São Paulo/SP
www.kmbrazil2008.com.br
(11) 3063-4360 / 3082-9098

30/8 a 18/10

Como Desenvolver Programa de Voluntariado na Empresa

Realização: Senac São Paulo
Local: Rua do Orfanato, 316
São Paulo/SP
www.sp.senac.br
0800-8832000

Resultado da última enquete no site da Revista Filantropia

Você acredita que ensinar valores de ética e cidadania é dever:

Da escola e da família	221
Da família	165
De cada indivíduo	128
Da escola	30
Do Estado	24
Nenhuma das opções	5
Da Igreja	2

Responsabilidade social, sustentabilidade e marketing social com Fernando Credidio

As principais demandas do mundo corporativo, desmitificadas em palestras e cursos ministrados por um dos mais conceituados profissionais do setor

- ▶ Marketing social, responsabilidade socioambiental e sustentabilidade: conceitos e papéis;
- ▶ Construindo negócios sustentáveis: o papel da responsabilidade social e da sustentabilidade na estratégia corporativa, no posicionamento da marca, na construção da reputação e da imagem institucional;
- ▶ Os desafios de comunicar as ações de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental;
- ▶ A nova economia: Protocolo de Quioto, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e Mercado de Carbono;
 - ▶ A busca pelo consumo consciente;
 - ▶ Contribuições pessoais para a sustentabilidade: como cuidar do seu meio ambiente;
 - ▶ Sobrevivência ao aquecimento global: 101 maneiras de salvar o planeta.

Saiba mais sobre Fernando Credidio, acessando os **blogs Cidadania.corp** (<http://rsempresarial.spaces.live.com>) e **Futuro Sustentável** (<http://futurosustentavel.spaces.live.com>)

cel.: (11) 8200-7159 | e-mail: fernando.credidio@futurosustentavel.org.br

**PALESTRAS
E CURSOS
IN COMPANY**

*Outros temas
sob consulta



A gestão contábil de sua organização levada a sério

SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas
de tradição, inovação,
informação e agilidade





i Avenida Joaquim da Costa Lima, 7
Wana – Belford Roxo/RJ
CEP 26165-390
www.qgdapaz.org
contato@qgdapaz.org
(21) 2699-5346

Centro de Terapia para Dependentes Químicos (Cetedeq) – QG da Paz

Fundada em 1997, a instituição visa atender pessoas de pequena e baixa renda, com dependência química, álcool e/ou transtornos compulsivos, e seus familiares. Funciona em período integral, no regime de internação, e das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, no regime ambulatorial. A entidade conta com uma equipe multidisciplinar que atua nas áreas de serviço social, psicologia, psiquiatria, enfermagem, psicanálise e apoio espiritual, desenvolvendo ainda ações de prevenção por meio de palestras preventivas a famílias.

Necessidades:

Alimentos não-perecíveis; material de higiene pessoal, de limpeza e de construção; equipamentos esportivos e de ginástica.

Doações:

Banco Itaú
Agência: 1282
Conta-corrente: 40708-7
CNPJ: 01.948.513/0001-91

Apae de Pindamonhangaba

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pindamonhangaba tem por missão prevenir a deficiência, capacitar e integrar a pessoa deficiente à sociedade, estando estruturada para o atendimento desde o nascimento até a terceira idade. Fundada em 1970, a instituição mantém programas de educação infantil, ensino fundamental, escolarização, trabalho e ambulatorio, além de realizar acompanhamento multidisciplinar nas áreas de serviço social, fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia, odontologia e neuropediatria. Atualmente, atende aproximadamente 280 alunos e pacientes, entre crianças, jovens e adultos.

Necessidades:

Cadeiras de rodas para transporte e para banho, computadores, aparelhos de som, máquina fotográfica, filmadora, uniformes esportivos e veículo adaptado.

Doações:

Nossa Caixa Nosso Banco
Agência: 0036-1
Conta-corrente: 04001206-5
CNPJ: 54.126.818/0001-84



i Rua José de Oliveira, 55
Crispim – Pindamonhangaba/SP
CEP 12402-250
www.pindamonhangaba.apaesapaulo.org.br
apaepinda@terra.com.br
(12) 3642-1900 / 3643-4021



i Rua Oswaldo Cruz, 206
Ponte São João – Jundiaí/SP
CEP 13218-010
www.downbtv.org.br
down@downbtv.org.br
(11) 4526-9446

Centro de Atendimento aos Portadores da Síndrome de Down (Casd) – Bem-te-vi

Fundado em 1990 por um grupo de pais, a entidade atende 70 pessoas com síndrome de Down, de zero a 50 anos, sem distinção de cor, raça ou classe social. Para isso, conta com uma equipe multidisciplinar formada por 26 profissionais qualificados, que atuam na área pedagógica e terapêutica, além de uma miniacademia utilizada para estimular a coordenação e promover qualidade de vida aos assistidos. O trabalho do Casd consiste em orientação familiar, inclusão profissional (encaminhamento ao mercado de trabalho e inclusão educacional) e convívio em escolas tradicionais. Atualmente, a maior meta é construir a sede própria, já que o prédio ocupado atualmente é alugado pela prefeitura do município.

Necessidades:

Auxílio para construção da sede própria e voluntários.

Doações:

Banco do Brasil
Agência: 3409
Conta-corrente: 205192-3
CNPJ: 59.035.6420/0001-79



Serviço Assistencial Mãe Querida

A creche foi fundada em 1985, por senhoras da comunidade, com o objetivo de desenvolver um trabalho voluntário em prol das crianças necessitadas, lutando por seus direitos à educação, à saúde e ao lazer. Hoje, atende a cem crianças de baixa renda, filhos de funcionários do bairro e algumas de abrigos, entre um e quatro anos, de segunda a sexta-feira, das 7h às 17h. Possui 17 funcionários entre diretora geral, diretora pedagógica, professores, cozinheira, auxiliares de cozinha e auxiliar de enfermagem, além de uma média de 12 voluntárias fixas.

Necessidade:

Alimentos perecíveis, móveis, impressora, livros infantis, brinquedos educativos e voluntários.

Doações:

Banco Santander
Agência: 702
Conta-corrente: 13000490-0
CNPJ: 54.458.2110/001-00

i Rua Doutor Alberto Seabra, 1.127
Vila Ida – São Paulo/SP
CEP 05452-001
www.maequerida.org.br
maequerida@ig.com.br
(11) 3021-5331

Movimento Fé e Amor

Instituição sem fins lucrativos cuja missão é favorecer o processo de transformação social por meio de trabalho socioeducativo junto às comunidades em situação de risco e exclusão, com atenção à criança e ao adolescente. Desde 1992, o Movimento tem concentrado seu trabalho na zona oeste da capital carioca, mantendo no bairro Ilha de Guaratiba o seu Núcleo de Cidadania Fé e Amor. Possui um projeto de desenvolvimento comunitário, em parceria com a Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social (Aneas), que visa criar alternativas de educação e trabalho para a transformação social da comunidade.

Necessidades:

Cadeira escolar, mesa grande, ventiladores, bebedouro de garrafão e ar condicionado.

Doações:

Banco Itaú
Agência: 0706
Conta-corrente: 11799-1
CNPJ: 29.260.0310/001-63



i Caminho do Boqueirão, 3.495
Ilha de Guaratiba – Rio de Janeiro/RJ
CEP 23035-380
(21) 3316-9581



Grupo da Fraternidade Espírita Irmã Scheilla

Casa cristã-espírita, fundada em 1930 sob a designação de Centro Espírita Oriente. Atualmente, mantém o núcleo de assistência social Casa Espírita André Luiz (Ceal), inaugurada em 1957. Tem como missão "promover o progresso do ser humano por meio da conjugação da ajuda material e espiritual, baseada nos princípios do evangelho e da doutrina espírita, construindo no mundo uma sociedade mais fraterna". Presta atendimento no contraturno escolar a 130 crianças e adolescentes, que participam de atividades socioeducativas, oficinas lúdicas, informática, entre outras. Realiza também o Programa para Jovens, distribuição de sopa para pessoas em situação de rua, visita a lares, entrega de cesta-básica a 150 famílias cadastradas e acompanhadas, distribuição de medicamentos alopatícos, curso para gestantes e cursos de qualificação profissional.

Necessidades:

Computadores, brinquedos, material pedagógico e material esportivo.

Doações:

Banco Bradesco
Agência: 0465-0
Conta-corrente: 102361-6
CNPJ: 17.333.261/0003-98

i Rua Aquiles Lobo, 52
Bairro Floresta – Belo Horizonte/MG
CEP 30150-160
www.gruposcheilla.org.br
secretaria@gruposcheilla.org.br
(31) 3226-3911



Colar

Tamanho único.
Material: corrente, bolas de tecido e argolas de metal.
R\$ 25



Bloco de notas

R\$ 6

Porta-treco

Tamanho P.
Material: feltro com apliques e miçangas.
R\$ 12



Bolsa

Tamanho único.
Material: brim, aplicações de feltro e bordados.
R\$ 80

Refazer

www.refazer.org.br
refazer@refazer.org.br
(21) 2527-3434 / 2286-8053



Camisetas

Modelos: Gatinha Preta da Sorte e Somos Todas Divas.
R\$ 15

Soama

www.soama.org.br
soamasite@yahoo.com.br



Refazer – Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente

Fundada em 1995, a entidade presta assistência a pacientes do Instituto Fernandes Figueira (IFF) – hospital referência materno-infantil, unidade da Fiocruz. Seu objetivo é evitar a reinternação ou o agravamento das doenças das crianças e adolescentes encaminhados pelo IFF, disponibilizando meios que promovam a melhoria da qualidade de vida de suas famílias.

Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 00.951.676/0001-60

Sociedade Amigos dos Animais (Soama)

A ONG foi fundada em 1998 para cuidar de animais abandonados e divulgar a posse responsável, a esterilização e o respeito com os animais. A renda dos produtos da Turminha da Soama é para manter as campanhas de castração, que no ano passado possibilitou a esterilização de aproximadamente 2.700 animais. “Quem ama não se importa com raça! Adote um Focinho Carente.”

Caxias do Sul/RS
CNPJ: 02.831.701/0001-06



Divulgue suas ações!

- Vídeos Institucionais;
 - Web TV;
- Transmissão de eventos on-line.



EDITORA COMUNICAÇÃO E MARKETING

|| 3556-5233 - www.a3.com.br

Cuidando do meio até o fim.

Serviços:
Consultoria em Gestão de Pessoas
Auditoria Externa do Terceiro Setor



Compromisso com você e com o meio ambiente.

www.audisa.net

São Paulo-SP (11) 3825.9671 | Porto Alegre-RS (51) 3325.3115 | Recife-PE (81) 3463.1862